



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

ISSN 1981-8769
(impresso)
ISSN 1981-8793
(online)

Financeirização, Crise Sistêmica e Políticas Públicas

Yann Moulier Boutang: *O poder das finanças e as estratégias para romper a crise sistêmica*

Gigi Roggero: *“A financeirização é a própria crise permanente que se torna forma de governo”*

Maria Lucia Fattorelli: *Dívida Pública. O veículo para o roubo de recursos públicos*

**Eduardo Gianetti da
Fonseca:**

Da crise civilizatória à utopia tropical, caminhos de retorno à complexidade da vida

Gaudêncio Frigotto:

Escola sem partido, o projeto que infantiliza alunos e professores

**Giuseppe Cocco e
Sílvio Pedrosa:**

A realidade da renda básica no Brasil Pós-Lula

Financeirização, Crise Sistêmica e Políticas Públicas

Nos próximos dias 13 e 14 de setembro, realiza-se o IV Colóquio Internacional IHU. Políticas Públicas, Financeirização e Crise Sistêmica. Diante do atual cenário político, econômico e social do País, caracterizado pela hegemonia do financeiro sobre a vida sócio-econômico-política, causando permanentes crises sistêmicas, a tal ponto de essas se transformarem em formas de governo, ou seja, em instrumento de comando político sistêmico, o evento debaterá a construção e efetivação das políticas públicas no Brasil.

A presente edição da revista **IHU On-Line**, debate o tema. Participam da discussão **Yann Moulrier Boutang**, professor de Ciências Econômicas na Université de Technologie de Compiègne - Sorbonne Universités, de Paris, **Edemilson Paraná**, pesquisador no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA no projeto Sistema Monetário e Financeiro Internacional; **Gigi Roggero**, formado em História Contemporânea pela Università degli Studi di Torino e pesquisador pós-doutorado no Departamento de Política, Instituições e História na Universidade de Bolonha, na Itália; **Ladislau Dobor**, doutor em Ciências Econômicas e professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP; **Maria Lucia Fattorelli**, auditora fiscal e coordenadora da organização brasileira Auditoria Cidadã da Dívida; **Carmen Cecilia Bressa-**

ne, auditora fiscal aposentada da Receita Federal; **Berenice Rojas Couto**, assistente social, doutora em Serviço Social, pós-doutora pela Universidade do Porto, Portugal e **Giuseppe Cocco**, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, que assina artigo com **Sílvio Pedrosa**, professor da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro e participante da rede Universidade Nômada.

Também podem ser lidas as entrevistas com **Gaudêncio Frigotto**, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e da Universidade Federal Fluminense - UFF, tendo como tema o projeto "Escola sem Partido"; com **José Gomes Temporão**, médico-sanitarista, ex-ministro da Saúde, que analisa as ameaças a uma política pública bem específica: o Sistema Único de Saúde - SUS; e **Eduardo Gianetti da Fonseca**, economista, que discute a crise brasileira no contexto da crise civilizacional, tendo em perspectiva seu último livro, *Trópicos Utópicos* (São Paulo: Companhia das Letras, 2016).

O artigo 'Guerra e conflito no Levante: de 1948 ao Pós-Guerra Fria', de **Carla Holand Mello**, mestra em Estudos Estratégicos Internacionais e graduada em Relações Internacionais pela UFRGS, completa a edição.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!

Imagem da capa: Steve/Flickr Creative Commons

IHU ON-LINE

A **IHU On-Line** é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da **IHU On-Line** é *copyleft*.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Flores da Cunha - MTB 18.241/RS (joaoflores@unisinos.br)

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS (joaovs@unisinos.br)

Márcia Junges - MTB 9.447/RS (mjunges@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi - MTB 7.466/RS (vnecchi@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Fernanda Forner, Matheus Freitas e Luísa Boésio.

Colaboração

Jonas Jorge da Silva, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-750

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling

Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

- 6 **Destaques On-Line**
- 8 **Linha do Tempo**
- 10 **Eduardo Gianetti da Fonseca:** Da crise civilizatória à utopia tropical, caminhos de retorno à complexidade da vida
- 15 **Gaudêncio Frigotto:** Proposta da Escola sem Partido infantiliza alunos e professores

Tema de Capa

- 20 **Yann Moulier Boutang:** O poder das finanças, a transição energética, a luta contra a poluição química de terras aráveis e uma renda decente para todos
- 30 **Edemilson Paraná:** Finança digitalizada: interação entre tecnologia e economia está reestruturando o sistema financeiro
- 36 **Gigi Roggero:** “A financeirização é a própria crise permanente que se torna forma de governo”
- 40 **Ladislau Dowbor:** Cercamento da democracia e fim do capitalismo democrático
- 46 **Maria Lucia Fattorelli:** Dívida Pública. O veículo para o roubo de recursos públicos
- 53 **Carmen Cecilia Bressane:** Brasileiro já nasce devendo em torno de R\$ 27 mil da dívida pública
- 57 **Berenice Rojas Couto:** A lógica que concebe políticas públicas de qualidade para poucos
- 62 **Giuseppe Cocco e Sílvio Pedrosa:** A realidade da renda básica no Brasil pós-Lula

IHU em Revista

- 70 **Agenda de Eventos**
- 74 **José Gomes Temporão:** O SUS e a dimensão ontológica do cuidado
- 76 **Carla A. R. Holand Mello:** Guerra e conflito no Levante: de 1948 ao Pós-Guerra Fria
- 78 **Publicações:** Andrea Grillo - O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae* e *Amoris Laetitia*
- 79 **Retrovisor**

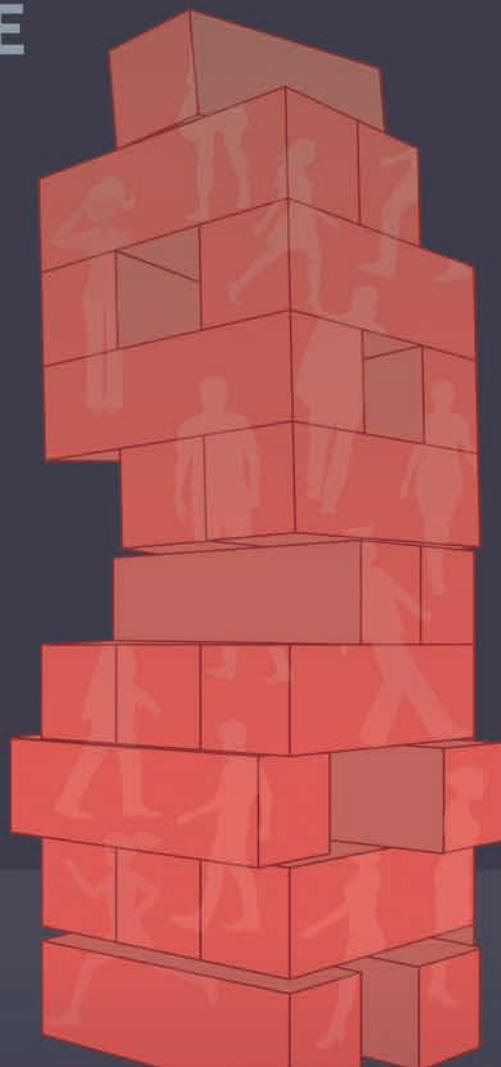
IV Colóquio
Internacional IHU

POLÍTICAS PÚBLICAS, FINANCEIRIZAÇÃO E CRISE SISTÊMICA

13

de setembro
de 2016

Local: Sala Ignacio Ellacuría
e Companheiros – IHU
Campus da Unisinos
São Leopoldo/RS



**Conferencista: Prof. Dr. Yann Moulier Boutang –
Université de Technologie de
Compiègne – UTC – França**

*9h15min às 10h15min – Compreendendo a
financeirização: conceito(s), origens,
impactos e (im)possibilidades*



Informações e inscrições em
ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

 UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Destques da Semana

Destaques On-Line

Confira as entrevistas publicadas entre os dias 26-8-2016 e 2-9-2016 no sítio do IHU.

“Nascerão, das políticas que a direita faz, as razões mais profundas para ser de esquerda”

Entrevista especial com Flavio Koutzii, graduado em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, da Universidade Sorbonne. Ao longo de sua militância política, foi filiado ao PCB, fez oposição à ditadura militar brasileira em 1964 e integrou a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul. Na Argentina, no início da década de 1970, atuou no Partido Revolucionário de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP). Quando regressou ao Brasil, nos anos 1980, se filiou ao PT, partido pelo qual foi eleito vereador e deputado estadual.

Publicada em 2-9-2016.

Disponível em <http://goo.gl/L5IJI0>

Os recentes acontecimentos da cena política brasileira, em especial o impeachment, levarão a uma reorganização da esquerda. Para Flavio Koutzii, “demandará mais tempo, mais aprendizado e uma reflexão autocrítica para que esse bloco - que será multifacetado e não responderá a um modelo mais clássico - se consolide”. Na sua avaliação, é preciso “entender bem o que aconteceu, por que aconteceu e, tendo acontecido, como está o terreno e o tecido da sociedade brasileira para encontrar os caminhos a seguir e a reconstruir”. Koutzii reflete sobre a situação da esquerda no cenário internacional e não corrobora com as críticas de que ela enfrenta uma crise.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

“Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder”

Entrevista especial com Rudá Ricci, graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e doutor em Ciências Sociais pela mesma instituição. É diretor geral do Instituto Cultiva, professor do curso de mestrado em Direito e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara e colunista Político da Band News. É autor de *Terra de Ninguém* (Ed. Unicamp), *Dicionário da Gestão Democrática* (Ed. Autêntica), *Lulismo* (Fundação Astrojildo Pereira/Contraponto) e coautor de *A Participação em São Paulo* (Ed. Unesp), entre outros.

Publicada em 1-9-2016.

Disponível em <http://goo.gl/3IDIQT>

Após o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff da Presidência da República, com o encerramento do processo de impeachment no Senado, Rudá Ricci propõe que a questão a ser respondida é: “O que deixará marcas na história do Brasil?”. Para ele, três são as marcas que ficarão na história política do país: a transformação do PT em um partido tão conservador quanto qualquer outro, a perda de legitimidade junto ao seu eleitorado e a não concordância da sociedade com esse estratagema de troca de poder, em que sai a presidente eleita e entram os derrotados da eleição de 2014. Ricci comenta o esvaziamento das ruas na última semana e atribui o fato ao próprio PT.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Secas e enchentes: dois sintomas da perda de 70% das áreas úmidas na Bacia do Rio dos Sinos

Entrevista especial com Rafael Gomes de Moura, graduado em Biologia pela Unisinos, onde também cursou o doutorado na mesma área, com a tese intitulada *Análise espacial da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos*.

Publicada em 31-8-2016.

Disponível em <http://goo.gl/aaUceQ>

Nos últimos 30 anos, a Bacia hidrográfica do Rio dos Sinos perdeu 70% dos seus banhados, e os impactos dessa redução de áreas úmidas são visíveis nos municípios da região, especialmente nos períodos de seca e enchentes, diz Rafael Gomes de Moura. Ele recorda que no verão passado, por exemplo, Novo Hamburgo e São Leopoldo enfrentaram muitas dificuldades no tratamento da água por conta do baixo nível do rio e da falta de áreas úmidas na Bacia. O contrário ocorreu nos períodos de cheias, neste ano e no ano passado, quando as cidades foram inundadas. O fenômeno também afeta a flora e a fauna no entorno da Bacia, especialmente a reprodução dos peixes.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Agricultura familiar e o cultivo de fumo: mais de três séculos de dependência econômica

Entrevista especial com Amadeu Bonato, coordenador do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - Deser, onde é responsável pelas áreas das políticas sociais e desenvolve pesquisas, estudos e assessoria às organizações, movimentos, entidades e instituições vinculadas à agricultura familiar.

Publicada em 30-8-2016.

Disponível em <http://goo.gl/Cki7Yd>

Apesar de 20 mil famílias no Nordeste e 170 mil na região Sul estarem envolvidas com o plantio de fumo no Brasil, garantindo a exportação de 85% da produção brasileira, essa cultura é “altamente controlada por um reduzido número de indústrias fumageiras, algumas poucas produtoras de cigarros”, diz Amadeu Bonato. O que explica a adesão desses agricultores familiares ao plantio de fumo é o contrato de integração com as empresas fumageiras. Entretanto, a maioria dos agricultores que cultiva fumo no país “consegue sobreviver”, mas, “para um grupo de mais de 30% das famílias a renda líquida do fumo é inferior a dois salários mínimos mensais”. Bonato defende a diversificação de culturas para a agricultura familiar e argumenta que, independentemente da relevância econômica, o cultivo do fumo é um grande mito, porque, além de o fumo não ser um alimento, é altamente tóxico e gera graves consequências para as pessoas envolvidas no processo produtivo.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Um novo ciclo: qual será o realinhamento do Mercosul?

Entrevista especial com Lauro Mattei, graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Atualmente leciona na UFSC.

Publicada em 26-8-2016.

Disponível em <http://goo.gl/H38AfW>

A nova política externa brasileira, iniciada pelo então governo interino após o afastamento da presidente Dilma, é “composta por princípios políticos e dez diretrizes programáticas, que encetam uma visão claramente oposta à política externa que estava em curso há mais de uma década”, diz Lauro Mattei. Segundo o professor, a política atual retoma o bilateralismo dos anos 1990 e define como prioridade ampliar o intercâmbio comercial com EUA, Japão, China e Europa, enquanto na América Latina deverão merecer prioridade as relações com a Argentina e com o México. Nesta nova configuração política, menciona, “ficou visível o baixo grau de prioridade das relações Sul-Sul, o que certamente afetará o andamento da política externa em relação ao bloco regional”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU que tiveram destaque ao longo da semana

A sessão final do golpe com nome de impeachment no Senado – epílogo da Operação Café Filho

“Discursando a favor da cassação dos direitos políticos de Dilma, a senadora Ana Amélia (PP-RS) deu o tom da distopia liberal conservadora: legalidade institucional para sangrar os direitos coletivos; esvaziar o exercício do Poder Executivo para que a maioria, apelando sempre para os intermediários profissionais. No ‘salve-se quem puder’, os grupos de interesses ‘prudentemente’ devem ir tentando alguma vantagem mínima através dos arranjos institucionais dos Estados pós-coloniais”, analisa Bruno Lima Rocha, cientista político e professor no Curso de Relações Internacionais da Unisinos. Segundo ele, “o governo que está sendo derrubado não é de esquerda, sequer é de centro-esquerda ou populista e tem no máximo, traços de nacionalismo autônomo. Com sua destituição, o modelo liberal-periférico vai se aprofundar após a posse definitiva dos interinos golpistas, reposicionando o Brasil no Sistema Internacional, aumentando o grau de subserviência e encurtando as margens de manobra”.

Leia o artigo completo em <http://goo.gl/x0JDhZ>

O tempo é superior ao espaço? Artigo de Ghislain Lafont

“Começando os seus princípios com a superioridade do tempo, Francisco apresenta a simbólica das sucessões, das aventuras, das rupturas e das recomposições, da morte e da vida, da duração muitas vezes repetitiva, certamente, mas sempre de novo atravessada por um inesperado que muda tudo.”

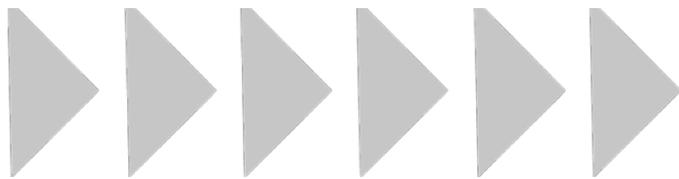
O comentário é do teólogo e monge beneditino francês Ghislain Lafont, professor emérito de teologia da Pontifícia Universidade Gregoriana e do Pontifício Ateneu Santo Anselmo, em Roma.

Leia o artigo completo em <http://goo.gl/nZHGG0>

Francisco cria novo dicastério e assume pessoalmente o departamento dedicado aos migrantes

Nasce o novo dicastério social, “para o desenvolvimento humano e integral”, que funde diferentes Pontifícios Conselhos. No momento, o papa Francisco estabeleceu que se ocupará diretamente do departamento dedicado aos migrantes e refugiados. Uma decisão relacionada à emergência destes tempos. Uma forma de ressaltar a importância deste tema e o compromisso pessoal do Pontífice. A responsabilidade direta do Bispo de Roma é “ad tempus”, quer dizer, temporal. Portanto, ainda que esta fusão considere que o atual Pontifício Conselho para os Migrantes e Itinerantes (que até agora era conduzido pelo cardeal Antonio Maria Vegliò) se torne uma das seções do novo dicastério, sua importância, com a decisão de hoje, terá maior evidência, pois contará com o Pontífice, pessoalmente, como comissário especial.

Leia reportagem completa em <http://goo.gl/xdFFZA>



Ri, palhaço

“Pela lógica destes dias, depois da cassação da Dilma, o passo seguinte óbvio seria condecorarem o Eduardo Cunha.

Manifestantes: às ruas para pedir justiça para Eduardo Cunha!”, escreve Luís Fernando Verissimo em sua crônica.

Leia o texto completo em <http://goo.gl/XdLW1G>

Xadrez da grande noite da humilhação nacional

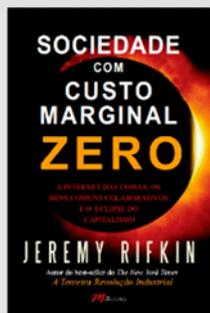
O desafio é explicar um golpe que tem, na ponta da fiscalização do TCU (Tribunal de Contas da União) personagens como Aroldo Cedraz e Augusto Nardy, na ponta política, Michel Temer, Romero Jucá, Eduardo Cunha, Aécio Neves e José Serra todos envolvidos em inúmeras denúncias de irregularidades e de uso político indevido do cargo. E, na ponta processual o Procurador Geral da República Rodrigo Janot e o Ministério Público Federal, na ponta jurídica Gilmar Mendes e Dias Toffoli falando em nome da moral e dos bons costumes. Como se explica que a moral e os bons costumes tenham se aliado ao vício para implantar o reino dos negócios escusos? O comentário é de Luís Nassif.

Leia o texto completo em <http://goo.gl/W5zUUG>

Michel Temer, o presidente que ninguém pediu

Conta Michel Temer, o homem que na quarta-feira assumiu a presidência do Brasil, que quando era um menino de nove anos, leitor e solitário, viu uma imagem que lhe ficou gravada para sempre: era em *À Noite Sonhamos*, um filme sobre o compositor franco-polonês Frédéric Chopin. “Fiquei tão impressionado quando vi cair uma gota de sangue sobre o piano que pedi a meu pai que me matriculasse em aulas de piano”, lembrava em 2010 para a revista Piauí. Seu pai, um imigrante que havia chegado do Líbano fazia 10 anos, o colocou em aulas de datilografia. “Aprendi a dedilhar as teclas da máquina como se fossem as do teclado.” O comentário é de Tom C. Avendaño.

Leia o texto completo em <http://goo.gl/cQIMg8>



Sociedade Com Custo Marginal Zero

A Internet das Coisas, os Bens Comuns Colaborativos e o Eclipse do Capitalismo

Apresentação da obra pelo **Prof. MS Gilberto Faggion – UNISINOS** e pelo **Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz – UNISINOS**

08 de setembro (quinta-feira) | 17h30min

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES – IHU.UNISINOS.BR



JESUÍTAS BRASIL



INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS



Somos infinitas possibilidades

ENTREVISTA

Da crise civilizatória à utopia tropical, caminhos de retorno à complexidade da vida

Eduardo Gianetti da Fonseca aborda os dilemas da atual crise civilizacional em seu livro lançado recentemente, *Trópicos Utópicos*, propondo uma vida menos submetida ao império dos valores econômicos

Por Ricardo Machado

As três grandes promessas de libertação da modernidade - a elucidação da condição humana por meio da ciência, a possibilidade de controle da natureza e a conquista da felicidade por meio do crescimento econômico - se tornaram, enfim, uma grande frustração. A crise civilizatória em que vivemos é uma espécie de síntese desses três fatores, em que nem mesmo os mais ricos do planeta sentem-se realizados. "Vou dar um exemplo simples do país mais rico do planeta: nos Estados Unidos, um norte-americano com renda mediana, ou seja, aquele cidadão que está na metade da distribuição de renda, pertence aos 5% mais ricos do planeta. No entanto, ele sente que lhe faltam mais coisas que a maior parte dos 95% restantes", pondera o professor e pesquisador Eduardo Gianetti da Fonseca, em entrevista por telefone à IHU On-Line.

Ao fazer uma crítica ao modelo hegemônico de civilização, Gianetti é enfático. "O que me parece condenável no mundo que nós estamos é uma supervalorização da dimensão econômica da vida e uma exacerbação do elemento competitivo, em detrimento dos elementos cooperativo e contemplativo. A humanidade nunca teve tanta tecnologia, tanta produtividade e provavelmente nunca foi tão obcecada, como é hoje, com o sucesso econômico, o que

me parece uma coisa no mínimo questionável, para não dizer estranha", critica.

Eduardo Gianetti da Fonseca lançou recentemente o livro *Trópicos Utópicos* (São Paulo: Companhia das Letras, 2016), em que ele aborda, justamente, a crise civilizacional que vivemos e tenta responder à questão: "Existe uma utopia capaz de mobilizar a alma e a energia dos brasileiros? O livro propõe essa pergunta e responde afirmativamente. A nossa utopia consiste na construção de uma forma de vida menos submetida ao império dos valores econômicos e mensuráveis", prospecta.

Eduardo Gianetti da Fonseca possui graduação em Ciências Econômicas e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e doutorado em Economia pela University of Cambridge. É autor, além de *Trópicos Utópicos*, de outros nove livros, dos quais destacamos *Vícios privados, benefícios públicos?* (São Paulo: Companhia das Letras, 1993), vencedor do Prêmio Jabuti 1994, categoria Estudos Literários - Ensaio; e *O Valor do Amanhã* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005), laureado com o segundo lugar no Prêmio Jabuti 2006, categoria Economia, Administração, Negócios e Direito.

Confira a entrevista.



Um norte-americano com renda mediana pertence aos 5% mais ricos do planeta. No entanto, sente que lhe faltam mais coisas que a maior parte dos 95% restantes

IHU On-Line - Como o livro *Trópicos Utópicos* aborda a crise civilizatória que vivemos?

Eduardo Giannetti da Fonseca - Ele a aborda em três etapas. A primeira é uma crítica à ciência moderna, no que ela alimentou uma falsa expectativa em sua origem, de que permitiria uma elucidação da condição humana do sentido da vida. A segunda é uma crítica à tecnologia, que prometia um controle crescente da natureza por parte do ser humano e que agora nos ameaça com um total descontrole das bases naturais da vida, como por exemplo a mudança climática. A terceira crítica é em relação à expectativa de que o crescimento econômico, da renda e do consumo trariam, ao ser humano, felicidade e vidas mais livres e dignas de serem vividas. São três grandes desapontamentos em relação às promessas que acompanharam a modernidade. Contudo, com o prelúdio do que seria uma utopia brasileira, faz-se uma crítica à civilização ocidental moderna desde uma perspectiva brasileira.

IHU On-Line - Por que o crescimento econômico, um dos três vetores da crise civilizatória, não significou aumento da realização humana?

Eduardo Giannetti da Fonseca - Primeiro, as evidências empíricas sobre bem-estar subjetivo são unânimes ao apontar para o fato de que, a partir de um certo nível de renda, não há correlação forte entre aumento de renda e bem-estar subjetivo, da felicidade. As razões por que isso acontece são muitas. A

hipótese que eu desenvolvo no livro é a da renda relativa. A partir de um certo momento na trajetória de crescimento econômico, as pessoas que já satisfizeram suas necessidades básicas passam a ficar muito mais preocupadas com sua posição relativa que com aquilo que estão consumindo e usufruindo.

Isso deflagra uma corrida armamentista do consumo, porque, à medida que as pessoas se comparam com seu grupo de referência, elas percebem que ficaram para trás. Então elas precisam alcançar os que estão na "frente" e isso vai renovando e recriando perpetuamente uma situação de escassez. Vou dar um exemplo simples do país mais rico do planeta: nos Estados Unidos, um norte-americano com renda mediana, ou seja, aquele cidadão que está na metade da distribuição de renda (a metade da população dos Estados Unidos está abaixo dele, a outra metade acima, do ponto de vista de renda monetária), pertence aos 5% mais ricos do planeta. No entanto, ele sente que lhe faltam mais coisas que a maior parte dos 95% restantes. Ele é considerado na sociedade norte-americana um perdedor, embora ele esteja entre os 5% mais ricos do planeta na métrica da renda per capita. Trata-se de uma corrida que não tem fim e que gera, para a grande maioria, uma situação incapável de derrota. Será que é isso que o mundo inteiro almeja?

IHU On-Line - Podemos pensar a financeirização, como o processo que tenta reduzir todas as dimensões da vida à lógica financeira, como um dos motores

que mantêm a crise civilizacional em movimento? Não haveria nisso um "desejo" de quantificar o inquantificável?

Eduardo Giannetti da Fonseca - Eu reformularia esta questão em outros termos, mas, provavelmente, apontando na mesma direção. O que me parece condenável no mundo que nós estamos é uma supervalorização da dimensão econômica da vida e uma exacerbação do elemento competitivo, em detrimento dos elementos cooperativo e contemplativo. Essa exacerbação da dimensão econômica e do elemento competitivo está calcada naquilo que se pode medir, no quantificável. A dimensão contemplativa não é passível da mesma lógica de ranqueamento, de quantificação.

Concordo com a tese de que a maioria dos seres humanos do século XXI gostaria de viver em um mundo que não fosse tão escravizado pela dimensão econômica e que não julgasse sucesso e fracasso de uma forma tão fechada em torno dos resultados econômicos. A humanidade nunca teve tanta tecnologia, tanta produtividade e provavelmente nunca foi tão obcecada, como é hoje, com o sucesso econômico, o que me parece uma coisa no mínimo questionável, para não dizer estranha.

Faço um paralelo entre economia e saúde. Se uma pessoa perde a saúde, é natural que ela concentre todo o esforço em recuperá-la, porque isso se torna um imperativo para tudo o mais. Mas se a pessoa goza de boa saúde, ela acredita que a saúde a liberta para viver plenamente a própria vida. A saúde quando é boa tem o efeito de libertar o ser humano para desfrutar a vida e realizar os seus sonhos como ele os concebe. A economia deveria ser como a saúde, quando a gente alcança um certo padrão como a humanidade já alcançou - de produtividade e de capacidade de gerar os bens e serviços indispensáveis para uma vida razoável -, deveríamos nos libertar para outros valores da existência. Dedicar-mo-nos às relações pessoais, à cria-

ção, à relação harmoniosa com a natureza, à busca do conhecimento, mas isso não acontece. Parece que quanto mais nós avançamos na dimensão da economia, mais a economia se torna o valor central da vida. É mais ou menos como uma pessoa que quanto mais saudável fica, mais obcecada ela se torna para conquistar mais saúde. Algo que seria para libertar o ser humano, torna-se um instrumento de crescente alienação e subjugação.

IHU On-Line - E como nos livramos da métrica monetária?

Eduardo Giannetti da Fonseca - Não será por decreto e tampouco por um salto no escuro. Isso ocorrerá por uma crítica e um amadurecimento que nos permita descobrir outras formas de organizar nossa convivência e vida prática. Uma coisa me parece clara, a natureza impõe limites, o que talvez seja a grande novidade do século XXI. Esse caminho economicista e muito calcado na população e no consumo, agora encontra, além de sua limitação ética, sua limitação biológica, porque põe em risco de maneira muito ameaçadora o equilíbrio da biosfera. Creio que isso vai pressionar por alternativas, e o que estou oferecendo no livro é exatamente em que o Brasil pode contribuir nessa busca por alternativas.

IHU On-Line - A crise brasileira que vivemos atualmente é resultado da falta de imaginação política para superar esses momentos ou é resultado, justamente, de uma imaginação política que transita entre a euforia e a melancolia?

Eduardo Giannetti da Fonseca - Isso não diz respeito à crise civilizatória, mas à crise brasileira. O Brasil é um país com uma imaginação muito volátil, que oscila com muita facilidade entre estados eufóricos e estados depressivos. O que me chama atenção, olhando para a humanidade, é como se tem épocas da história do pensamento e da política em que uma espécie de maré montante toma conta da capacidade de sonho coletivo.

Foi assim com a primeira geração romântica no início do século XIX, foi assim nos chamados “loucos anos 20” no início do século XX e foi assim na década de 1960, quando os movimentos jovens esboçaram uma utopia e uma revisão radical dos valores que tinham presidido a vida das gerações anteriores. A partir dos anos 1980 o que vimos foi um grande refluxo, um retrocesso dessa onda de pensamento utópico coletivo, que foi a geração dos anos 1960 e 1970. Tenho a impressão de que são movimentos cíclicos e que em algum momento, espero que em breve, a humanidade recupere essa ousadia de sonhar formas de vida radicalmente distintas dessa forma falida que nós temos hoje.

“
O que me parece condenável no mundo que nós estamos é uma supervulgarização da dimensão econômica da vida

IHU On-Line - A imprevisibilidade das crises econômicas não seria resultado de sua própria lógica de funcionamento que “prevê” não prever crises?

Eduardo Giannetti da Fonseca - Cada crise econômica tem a sua dinâmica e a sua natureza. O que nós vimos em 2008 e 2009 foi o estouro de uma bolha imobiliária gigantesca, especialmente nos Estados Unidos. Há um elemento muito curioso, e nisso a palavra financeirização se justifica. A partir dos anos 1980 a dimensão financeira da economia passa a crescer de maneira desligada do resto da economia real. O volume de ativos financeiros, que no fundo são papéis que representam riqueza,

cresceu de maneira muito desproporcional ao crescimento da economia real, que é o que produz bens e serviços que as pessoas consomem. Esse movimento gerou várias crises financeiras a partir de então, a principal delas em 2008/2009.

A aposta na desregulamentação dos mercados financeiros foi feita na década de 1990 e gerou essa bolha, que os próprios defensores da desregulamentação financeira, como Alan Greenspan,¹ ex-presidente do *Federal Reserv* americano, se penitenciam e se dizem arrependidos de terem feito uma aposta desastrada que gerou grande sofrimento e desapontamento nas pessoas.

IHU On-Line - O fracasso das teorias econômicas, manifestado no ato de que o crescimento econômico não corresponde à totalidade da realização pessoal, deriva exatamente do quê?

Eduardo Giannetti da Fonseca - Em grande medida isso foi o estreitamento do pensamento econômico, que começa no início do século XX, quando a economia se torna uma disciplina separada das demais disciplinas das ciências humanas. Os grandes economistas dos séculos XVIII e XIX, como Adam Smith,² John Stuart Mill,³

¹ **Alan Greenspan** (1926): é um economista liberal estadunidense; foi de 11 de agosto de 1987 até 31 de janeiro de 2006 presidente do Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Adam Smith** (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica tradicional. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para o entendimento das relações econômicas da sociedade sob a perspectiva liberal, superando os paradigmas do mercantilismo. Sobre Adam Smith, veja a entrevista concedida pela professora Ana Maria Bianchi, da Universidade de São Paulo – USP, à **IHU On-Line** nº 133, de 21-03-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon133>, e a edição 35 dos **Cadernos IHU ideias**, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível em <http://bit.ly/ihuon35>. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **John Stuart Mill** (1806-1873): filósofo e economista inglês. Um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX, defensor do utilitarismo. (Nota da **IHU On-Line**)

Karl Marx⁴ e Alfred Marshall⁵ eram filósofos e a economia era parte de um projeto intelectual abrangente, do qual faziam parte a história, a biologia, a ética, de uma reflexão sobre o ser humano em sua complexidade.

Especialmente a partir da segunda metade do século XX, houve uma especialização e a economia se tornou quase que um ramo da matemática aplicada, uma espécie de engenharia econômica que perdeu o vínculo com o resto das ciências humanas. Esse é um problema da divisão do trabalho intelectual e de um modo de especialização do pensamento, que levou ao estreitamento do âmbito de perguntas e do rol de reflexões que a economia se permite fazer.

IHU On-Line - O que há de efetivamente novo em termos de condução da política econômica brasileira? Avançamos ou recua-

4 **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, que tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra de Marx *O Capital*, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Alfred Marshall** (1842-1924) considerado um dos economistas mais influentes de sua época. Sua principal obra, *Principles of Political Economy*, de 1890, trouxe as teorias da fonte e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção. O Instituto Humanitas Unisinos, através do evento I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promoveu a palestra *A era industrial e a contribuição de Marshall*, em 05-10-2005, na Livraria Cultura, em Porto Alegre, ministrada pela Profa. Dra. Maria Aparecida Grandene de Souza, da UFRGS, e no dia 20-10-2005, na Unisinos, pela Profa. Dra. Ana Lucia Gonçalves da Silva – UNICAMP/SP. (Nota da **IHU On-Line**)

mos 15 anos trazendo os mesmos nomes do primeiro mandato de Lula?

Eduardo Giannetti da Fonseca - Nós estamos lidando com as consequências do desastre do experimento da nova matriz econômica conduzida no primeiro mandato

“

A humanidade nunca teve tanta tecnologia, tanta produtividade e provavelmente nunca foi tão obcecada com o sucesso econômico

da Dilma.⁶ Estamos em movimento de colocar a casa minimamente em ordem, especialmente na política fiscal e nas contas públicas depois de um experimento que resultou muito pior do que as piores expectativas. Levou o Brasil a ter 12 milhões de desempregados, inflação acima de 10%, 60 milhões de pessoas inadimplentes com dívidas acima de 90 dias, milhares de empresas em situação de recuperação judicial e um investimento

6 **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores-PT, presidente do Brasil de 2011 (primeiro mandato) até 31 de agosto de 2016 (segundo ano de seu segundo mandato). Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment que fora movido contra ela. No dia 31 de agosto o Senado Federal, por votação de 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio do impeachment foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci *‘Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder’*, disponível em <http://bit.ly/2bLPiHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. Em 2010, foi escolhida pelo PT para concorrer à eleição presidencial. (Nota da **IHU On-Line**)

caindo no Brasil há 11 trimestres consecutivos.

Seria difícil imaginar um resultado mais desastroso do que esse que derivou do primeiro mandato da Dilma Rousseff, que apostou em uma fórmula completamente equivocada, chamada “nova matriz econômica”. Então, não há nada de novo. Estamos voltando a ter o mínimo de racionalidade depois de ter perdido completamente o pé na condução da economia brasileira.

IHU On-Line - Como as utopias podem nos ajudar a retomar a imaginação política em busca de uma vida melhor?

Eduardo Giannetti da Fonseca - O livro *Trópicos Utópicos* (São Paulo: Companhia das Letras, 2016) não entra nas questões conjunturais e de economia política em um sentido mais corriqueiro do termo. O movimento intelectual que o livro propõe é o seguinte: a grande e bela linhagem de intérpretes do Brasil, entre os quais Sérgio Buarque de Holanda,⁷ Gilberto Freyre,⁸

7 **Sérgio Buarque de Holanda** (1902-1982): historiador brasileiro, também crítico literário e jornalista. Entre outros, escreveu *Raízes do Brasil*, de 1936. Obteve notoriedade através do conceito de “homem cordial”, examinado nessa obra. A professora Dr.^a Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, apresentou, no evento *IHU ideias*, de 22-08-2002, o tema *O homem cordial: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda* e no dia 08-05-2003, a professora apresentou essa mesma obra no *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, concedendo, nessa oportunidade, uma entrevista a **IHU On-Line**, publicada na edição nº 58, de 05-05-2003, disponível em <http://bit.ly/152MP1v>. Sobre Sérgio Buarque de Holanda, confira, ainda, a edição 205 da **IHU On-Line**, de 20-11-2006, intitulada *Raízes do Brasil*, disponível para download em <http://bit.ly/SMypxY>. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Gilberto Freyre** (1900-1987): escritor, professor, conferencista e deputado federal. Colaborou em revistas e jornais brasileiros. Foi professor convidado da Universidade de Stanford (EUA). Recebeu vários prêmios por sua obra, entre os quais, em 1967, o prêmio Aspen, do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos (EUA) e o Prêmio Internacional La Madoninna, em 1969. Entre seus livros, citamos: *Casa grande & Senzala e Sobrados e Mocambos*. Sobre Freyre, confira o **Cadernos IHU** nº 6, de 2004, intitulado *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado. Gênese e Dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil. Algumas Considerações*, disponível em <http://bit.ly/cadihu06>. (Nota da **IHU On-Line**)

Darcy Ribeiro,⁹ Caio Prado Júnior¹⁰ e tantos outros, sempre buscou a identidade brasileira com um olhar retrospectivo. Nossa identidade estaria em nossa história, em nossa formação, em nossas raízes e em nossos “males e bençãos de origem”, para fazer eco ao livro de Manuel Bonfim.¹¹

9 **Darcy Ribeiro** (1922-1977): etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta, romancista e político mineiro. Completou o curso superior na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no ano de 1946. Trabalhou como etnólogo no Serviço de Proteção ao Índio, e, em 1953, fundou o Museu do Índio. Foi professor de etnologia e linguística tupi na Faculdade Nacional de Filosofia e dirigiu setores de pesquisas sociais do Centro de Pesquisas Educacionais e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, além de ocupar, no biênio 1959/1961, o cargo de presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Foi eleito em 8 de outubro de 1992 para a Cadeira n. 11 da Academia Brasileira de Letras. (Nota da **IHU On-Line**).

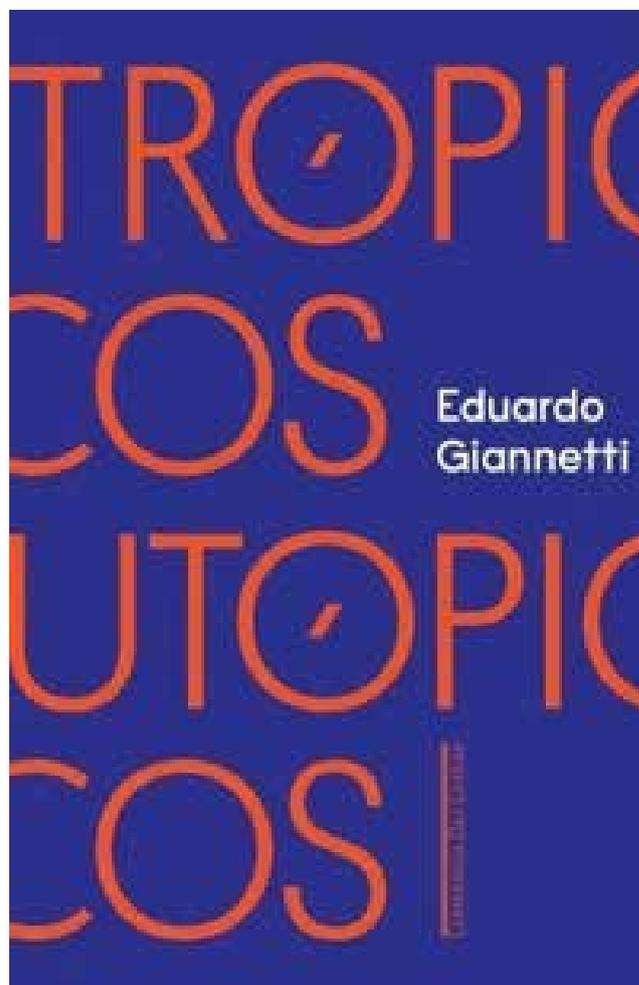
10 **Caio Prado Júnior** (1907-1990): pensador e político brasileiro. Em 1942 publica sua obra mais importante, *A formação do Brasil contemporâneo*, sofrendo perseguições devido ao seu alinhamento político com a orientação comunista, tendo seu mandato cassado dois anos depois da publicação do livro. Sua obra criou, porém, uma tradição historiográfica no Brasil, identificada sobretudo com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial. A obra foi apresentada no I Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU em 14-08-2003, e é tema de entrevista com a professora Marcia Eckert Miranda, publicada na **IHU On-Line** n° 70, de 11-08-2003, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161285> <http://bit.ly/iiril08>. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Manoel Bomfim** (1868-1932): foi um médico, psicólogo, pedagogo, sociólogo, historiador e intelectual brasileiro. Seu livro

Por que não pensar a busca de uma identidade prospectiva? Ou seja, qual é o sonho que nos une? Existe uma utopia capaz de mobilizar a alma e a energia dos brasileiros? O livro propõe essa pergunta e responde afirmativamente. A nossa utopia consiste na construção de uma forma de vida menos submetida ao império dos valores econômicos e mensuráveis. Digo que é uma compreensão mais lúdica e amigável da vida, não submetendo tudo à métrica da renda e da

produtividade. Os nossos valores decorrem da presença, na cultura e

mais conhecido é *América Latina: males de origem* (Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008). (Nota da **IHU On-Line**)



Trópicos Utópicos (São Paulo: Companhia das Letras, 2016.)

na vida brasileira, de fortes elementos das culturas não ocidentais pré-modernas de extração ameríndia e africana que nos dão a condição de uma originalidade no mundo moderno. ■

LEIA MAIS...

- “*Alternamos embriaguez eufórica com depressão que arrasa*”. Entrevista com Eduardo Giannetti da Fonseca, publicada por Zero Hora, em 20-8-2016, e reproduzida nas **Notícias do Dia** de 23-8-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2c5lk2H>.
- “*O Brasil ideal não é um país do hemisfério norte. Temos que valorizar nosso dom de celebrar a vida*”. Entrevista com Eduardo Giannetti da Fonseca, publicada por El País, 25-7-2016, e reproduzida nas **Notícias do Dia** de 26-8-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2csll6g>.

Proposta da Escola sem Partido infantiliza alunos e professores

Gaudêncio Frigotto alerta que o projeto de lei, que defende a neutralidade no ensino, pode criar “pequenos ditadores”

Por João Flores da Cunha

O movimento Escola sem Partido, que defende a neutralidade no ensino, tem apresentado projetos de lei nos níveis municipal, estadual e federal contra o que compreende como ideologização da escola e doutrinação de alunos por parte dos professores. Crítico do projeto, o professor Gaudêncio Frigotto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, denuncia que o texto da lei provoca a “infantilização” de alunos e de professores. Ele participou da criação da Frente Nacional contra a Escola sem Partido.

Em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, Frigotto alerta que o projeto “já está produzindo efeitos” e “não pode ser subestimado”. Segundo ele, se for aprovada, a lei representa “uma guilhotina sobre a cabeça dos professores” e pode criar “pequenos ditadores” na figura de diretores, alunos e seus pais. De acordo com ele, a Escola sem Partido acaba por “impingir uma única visão

na escola - tudo ao contrário do que ela própria diz”. Para Frigotto, o movimento opera como “um *bullying* político e psicológico, que visa a amedrontar o professor e fazer com que ele se cale”.

Gaudêncio Frigotto é graduado e bacharel em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, graduado em Pedagogia pela Unijuí, mestre em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e professor Titular em Economia Política da Educação aposentado na Universidade Federal Fluminense - UFF. É pesquisador 1A - Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O projeto de lei da Escola sem Partido busca reconhecer “a vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado”. O senhor acredita que o aluno está de fato em uma posição de vulnerabilidade dentro da sala de aula?

Gaudêncio Frigotto - Não, isso já é uma suposição arbitrária. É já uma certa acusação: é como se nós, professores, não estabelecêssemos uma relação que, como diz Paulo Freire¹

- que é tão condenado pela Escola sem Partido -, é sujeito-sujeito, é uma relação sempre entre educador e educando. Se alguns professores têm uma atitude de considerar o aluno um submisso, isso não é a regra. Não é isso o que se ensina, e não é isso o que nós vemos no dia a dia dos abnegados professores, especialmente os da escola básica.

É um argumento sem fundamento objetivo, e é uma visão ideológica de quem não admite uma relação educativa na escola. Eles acham

que o professor quer impingir a sua ideologia, a sua religião, a sua visão de mundo. A lei infantiliza o jovem. A criança hoje já discute vis-à-vis com os pais e com os professores. É uma visão dentro daquilo que caracteriza a perspectiva da Escola sem Partido, que é na verdade uma perspectiva de impingir uma única visão na escola - tudo ao contrário do que ela própria diz.

IHU On-Line - O projeto de lei usa termos como “cooptação” e “doutrinação” político-partidária e ideológica. Qual é a visão que se tem do professor e do seu papel dentro de sala de aula, dentro da lógica da Escola sem Partido?

Gaudêncio Frigotto - Este é um outro aspecto: aquilo que é mencio-

¹ Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979)

e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). É autor de *A Pedagogia do Oprimido*, entre outras obras. A edição 223 da revista IHU On-Line, de 11-06-2007, teve como título Paulo Freire: *pedagogia da esperança* e está disponível em <http://bit.ly/ihuon223>. (Nota da IHU On-Line)

nado na questão anterior infantiliza-va o aluno. Já isto é muito pior, porque infantiliza o professor. No estado do Rio de Janeiro, só no ensino fundamental, existem mais de mil escolas. Imagine no Brasil. Como se pode dizer que os partidos utilizam os professores? Se isso fosse verdade, eu diria que a maioria passaria a visão dos partidos conservadores, que interessariam à Escola sem Partido.

Na verdade, o que desde a Revolução Burguesa² sempre se quis não é negar que as classes populares sejam instruídas, ainda que de forma desigual. O que se nega é que, por meio do conhecimento, elas assumam consciência própria e vejam as mazelas da sociedade. A ciência, se for uma ciência histórica e rigorosa, vai mostrar o que é a sociedade, vai educar e permitir que as pessoas leiam o mundo, como Paulo Freire dizia. Esse é o papel da escola. E este projeto da Escola sem Partido visa sobretudo e fundamentalmente à escola pública, porque as escolas particulares continuam dando a sua visão de mundo, mais plural ou menos plural.

É uma infantilização do professor e, mais que isso, um *bullying* político e psicológico, que visa a amedrontar o professor e fazer com que ele se cale. Eu venho dizendo “haja cadeias”, porque se se quer amordaçar dessa tal forma, duvido que os professores assumam tal posição de silêncio. Seria negar a sua função de professor, quanto mais de educador.

IHU On-Line - No campo da Educação, há alguma corrente teórica ou algum autor que defende essa neutralidade em sala de aula? Qual é a fundamentação deste movimento Escola sem Partido?

Gaudêncio Frigotto - É uma fundamentação que une as teses de uma extrema-direita que vem se

2 Revoluções burguesas: são movimentos sociopolíticos ocorridos entre 1640 e 1850. O perfil aristocrata, caracterizado pela monarquia absoluta e/ou pelos terrenos fundiários de propriedade da nobreza, é transformado em uma sociedade capitalista dominada pela produção mercantil liberalista. Os exemplos clássicos de revoluções burguesas são a Revolução Francesa (1789) e antes disto a Revolução Inglesa (1640/88). (Nota da **IHU On-Line**)

avolumando no Brasil, a qual testa a pluralidade e a divergência, que não admite o contraditório e que quer fazer passar isso como verdade, com os setores de seitas religiosas conservadoras e alienadores que crescem no mundo, e sobretudo no Brasil. Eu costumo dizer que são máquinas que procuram amordaçar as pessoas, vendendo Deus para ganhar o céu. No Brasil, temos visto essa junção de posições intransigentes, de ódio aos pobres, de ódio ao divergente. De um lado, há uma extrema-direita que mostra a sua cara, e de outro, há essas posições ultraconservadoras que lembram até a época da Inquisição³ da Igreja Católica. O amálgama disto é tremendo.

Do ponto de vista do conhecimento, claro, existem as teorias positivistas que acreditam que é possível um conhecimento neutro. Isso é uma longa discussão. Mas até mesmo pensadores como Max Weber⁴ admitem que na escolha

3 Inquisição: é um grupo de instituições dentro do sistema jurídico da Igreja Católica Romana, cujo objetivo é combater a heresia. Começou no século XII na França para combater a propagação do sectarismo religioso, em particular, em relação aos cátaros e valdenses. A partir da década de 1250, os inquisidores eram geralmente escolhidos entre os membros da Ordem Dominicana para substituir a prática anterior de utilizar o clero local como juizes. O termo Inquisição Medieval cobre os tribunais ao longo do século XIV. No final da Idade Média e início do Renascimento, o conceito e o alcance da Inquisição foi significativamente ampliado em resposta à Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica. O seu âmbito geográfico foi expandido para outros países europeus, resultando na Inquisição Espanhola e Portuguesa. A instituição da Inquisição persistiu até o início do século XIX (exceto dentro dos Estados Pontifícios), após as guerras napoleônicas na Europa e depois das guerras hispano-americanas de independência na América. A instituição sobreviveu como parte da Cúria Romana, mas recebeu um novo nome em 1904, de “Suprema Sagrada Congregação do Santo Ofício”. Em 1965, tornou-se a Congregação para a Doutrina da Fé. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Max Weber (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon101>. De Max Weber o **IHU** publicou o **Cadernos IHU em formação** nº 3, 2005, chamado *Max Weber* – o

das suas questões e da forma de tratá-las, você sempre tem uma subjetividade.

O problema é: como é que você vai ser neutro em uma sociedade que é historicamente cindida? Como é que você pode ser neutro ao analisar o período da escravidão, por exemplo? Como ser neutro ao examinar que, no Brasil, até os anos 1930, a mulher não podia votar, porque ela era tida como “não-crível”? Como ser neutro vendo que os indígenas não eram considerados cidadãos, e apenas na Constituição de 1988⁵ foram reconhecidos como qualquer cidadão?

No fundo, essas visões científicas da neutralidade são desmentidas pela própria História. A História anda, e as lutas de movimentos sociais, de sindicatos, de partidos que defendem as grandes maiorias vão modificando as condições e conquistando direitos. E a Escola sem Partido nasce em um contexto golpista no Brasil. Quem viu a votação do impeachment na Câmara dos Deputados vê a extrema mediocridade e as menções a valores fora do contexto do que estava em jogo ali, com a invocação cínica à família, a Deus e à pátria.

IHU On-Line - O senhor identifica as origens desse movimento? Como foi possível, no contexto da Educação e do ensino no Brasil, que ele surgisse e ganhasse visibilidade?

Gaudêncio Frigotto - Desde a Constituinte, e no projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB⁶, a sociedade e os movimen-

espírito do capitalismo disponível em <http://bit.ly/ihuemo3>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Carta de 88 – Carta Magna: é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988. É a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro a todas as demais normativas. Pode ser considerada a sétima ou a oitava constituição do Brasil (dependendo de se considerar ou não a Emenda Constitucional nº 1 como um texto constitucional) e a sexta ou sétima constituição brasileira em um século de república. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: a LDB define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou

tos sociais acabaram perdendo seu projeto, que tinha como pauta a luta por uma escola pública, gratuita, universal e laica. E nós, educadores que lutamos por uma escola com igualdade de direitos e de conhecimento, acrescentamos: uma escola unitária⁷. Se você acompanha desde a Constituinte, existe essa luta por projetos educacionais, que se opõe a um projeto conservador, que considera a educação como capital humano ou uma mercadoria, uma educação adestradora para a maioria da classe popular e uma educação diferenciada para a elite. Esse debate também teve consequências práticas no sentido de inclusão das cotas, de índios, de quilombolas, da discussão ampla e aberta das diferenças. Esse contexto de ganhos, pequenos, mas significativos, tornou-se insuportável para a classe dominante brasileira, que é uma classe escravocrata, colonizadora e das mais violentas do ponto de vista de subtrair direitos à grande maioria da população.

Este clima para o crescimento dessa realidade foi produzido. E um dos grandes responsáveis para esse crescimento é o monopólio privado da grande mídia empresarial. Foi se criando um clima de ódio, inclusive de ódio aos pobres. Os sinais primeiros apareceram em junho de 2013⁸, quando se mistu-

até a promulgação da mais recente em 1996. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Escola unitária: na escola unitária, idealizada por Antonio Gramsci, o indivíduo estaria presente em uma escola frequentada por trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais. Nesta escola, são aprendidos conteúdos relativos à formação profissional e à cultura clássica. É nesta escola que será formado o Intelectual Orgânico, que nada mais é do que o sujeito que possui ao mesmo tempo um comprometimento com a classe a que se vincula e um saber (erudito e técnico-profissional) que o distingue dos demais. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Junho de 2013: os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Mani-

rou algo legítimo, o movimento pelo passe livre⁹, e aí começou a se plantar algo que depois foi orquestrado a partir de 2014. É dentro de um contexto de golpe que setores que antes não eram vistos, de extrema-direita, estão às claras hoje, ameaçando e coagindo. A Escola sem Partido vem dentro desse contexto. Essas são pessoas articuladas, que não podem ser subestimadas. São grupos que têm poder e que encontram um Congresso que é absolutamente vulnerável a isso.

Felizmente, tenho visto que o bom senso da Advocacia Geral da União - AGU e de outros setores mostra a inconstitucionalidade desse projeto. Porém, em Alagoas ele já foi aprovado, inclusive contra o veto do governador. Isso está

festações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, sobretudo nas principais capitais. Inicialmente restrito a pouco milhares de participantes, os atos pela redução das passagens nos transportes públicos ganharam grande apoio popular em meados de junho, em especial após a forte repressão policial contra os manifestantes, cujo ápice se deu no protesto do dia 13 em São Paulo. Quatro dias depois, um grande número de populares tomou parte das manifestações nas ruas em novos diversos protestos por várias cidades brasileiras e até do exterior. Em seu ápice, milhões de brasileiros estavam nas ruas protestando não apenas pela redução das tarifas e a violência policial, mas também por uma grande variedade de temas como os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral. Os protestos geraram grande repercussão nacional e internacional. Sobre o tema, confira a edição 193 dos **Cadernos IHU ideias**, intitulada #VEMpraRUA: Outono Brasileiro? Leituras, disponíveis em <http://bit.ly/2aVdHxw>. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Movimento Passe Livre (MPL): movimento social brasileiro que defende a adoção da tarifa zero para transportes coletivos. Fundado em 2005 durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, o MPL ganhou repercussão nacional a partir da organização de vários protestos em junho de 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

se espalhando, e a sociedade tem que estar muito atenta.

IHU On-Line - O texto da lei é vago e genérico. Que implicações práticas essa lei pode ter, onde e se ela for aprovada?

Gaudêncio Frigotto - É uma lei que, se aprovada, é uma guilhotina em cima da cabeça do professor. Quem conhece a escola básica do Brasil sabe que a maior parte dos professores vive um cotidiano duro. O que eu percebo é que isso vai dar um poder a pequenos ditadores, sejam diretores, ou, como o próprio projeto diz, que pais e alunos denunciem professores. Então vai virar uma guerra. O ato pedagógico, que é um ato de confiança, vai virar um de desconfiança. A Escola sem Partido já está produzindo efeitos, incrivelmente. Em alguns lugares, os professores já estão com medo de pensar. É um projeto que não pode ser subestimado. Se aprovado, é uma guilhotina na cabeça dos professores - e nós viveremos a pedagogia do medo.

É evidente que vai haver reação da sociedade, para alertar sobre esses riscos. Há uma crônica de 2014 do Luís Fernando Verissimo¹⁰ intitulada "O sinal", em que ele chama atenção para o fato de que os judeus não viram os sinais do fascismo - e que, quando viram, já era tarde. Nós estamos vendo sinais no Brasil.

Então, o efeito, se o projeto for aprovado, é bastante perturbador - tanto do ponto de vista do medo quanto das denúncias que alguns pais e alunos possam começar a estabelecer. É um momento extremamente grave, e a gente deve estar bastante atento. ■

10 Luís Fernando Verissimo (1936): escritor gaúcho, filho de Erico Verissimo. É também jornalista, publicitário, humorista, cronista, cartunista e tradutor. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *Laçada Frente Nacional contra o Projeto Escola sem Partido*. Reportagem publicada nas **Notícias do Dia** de 18-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2bVBJPY>.
- *"Houve avanço na educação, mas é insuficiente"*. Entrevista com Gaudêncio Frigotto publicada nas **Notícias do Dia** de 9-12-2014, disponível em <http://bit.ly/2ceXnWu>.

IV Colóquio
Internacional IHU

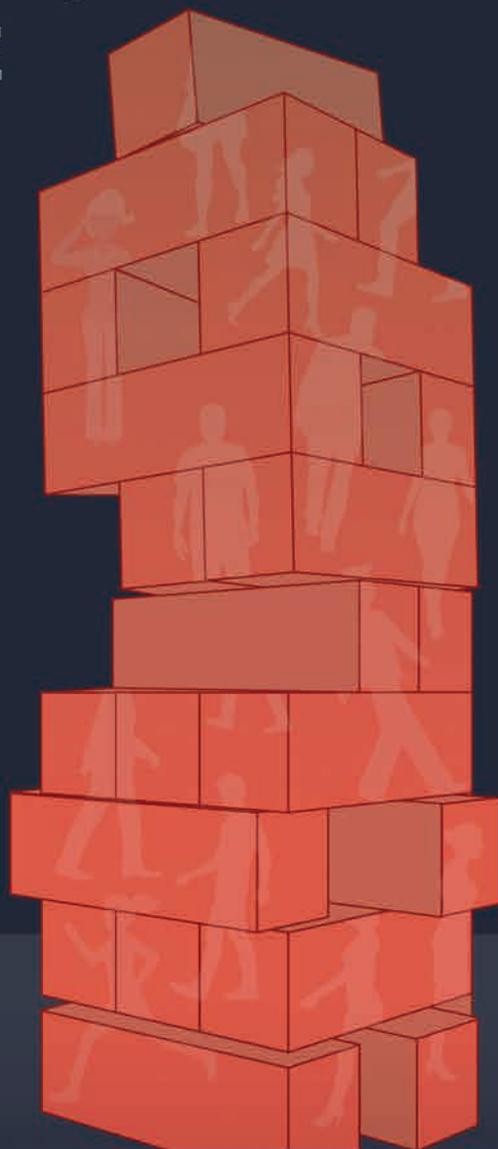
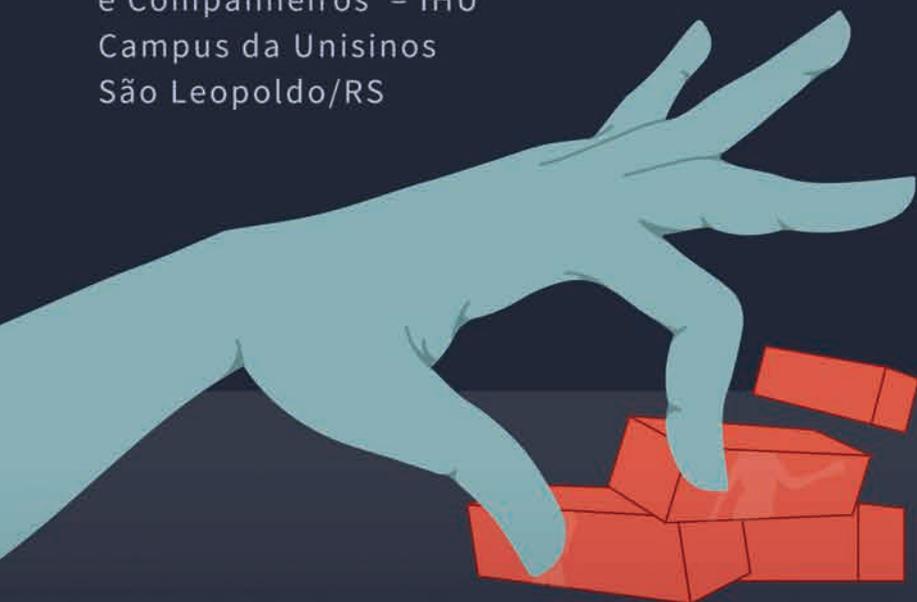


POLÍTICAS PÚBLICAS, FINANCEIRIZAÇÃO E CRISE SISTÊMICA

13

de setembro
de 2016

Local: Sala Ignacio Ellacuría
e Companheiros - IHU
Campus da Unisinos
São Leopoldo/RS



**Conferencista: Prof. Dr. Gaël Giraud –
Centre National de la Recherche Scientifique –
CNRS – França**

*14h às 15h – Financeirização e suas estruturas:
a transição ecológica para uma sociedade dos
comuns?*



Informações e inscrições em
ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

IHU ON-LINE



INSTITUT
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Tema de Capa

O poder das finanças, a transição energética, a luta contra a poluição química de terras aráveis e uma renda decente para todos

Yann Moulier Boutang analisa a necessidade de se compreender as funções da financeirização. Para ele, a esquerda não conseguiu isso por estar com a cabeça no passado e, logo, não foi capaz de superar a financeirização

Por Márcia Junges | Edição João Vitor Santos | Tradução Vanise Dresch

Imagine uma casa antiga, cheia de móveis de madeira maciça do início do século passado. Apesar de belíssimos, sofrem com a ação do tempo e hoje se tornaram pouco funcionais para a família que vive ali. A família pensa em adquirir móveis mais modernos e funcionais, mas não o faz por achar que não vão durar como os anteriores. Só que é inevitável fazer a compra. Gasta-se com os novos, não se desfaz dos velhos, e circular pela casa se torna impossível. O 'causo' serve de analogia para que compreendamos a perspectiva de Yann Moulier Boutang, professor de Ciências Econômicas na Université de Technologie de Compiègne, na França. Para ele, é fundamental que se encare a financeirização não como a doença do nosso tempo, antes disso, é preciso compreender sua lógica. "É difícil lutar contra ela e tolite imaginar que se poderá decretar sua supressão total. Será necessário reconquistar os espaços que ela conquistou, ocupando-se prioritariamente de toda a economia, inclusive de sua parte subterrânea ou imersa", aponta.

Boutang explica que a financeirização assume diversas funções. "Em seu aspecto revelador das transformações profundas do capitalismo num sentido cada vez mais cognitivo e globalizado, ela serve de governança por *default* de tudo o que a velha economia e a velha ciência econômica não levam em conta", exemplifica. Ele completa, ainda, lembrando que "ela constitui o principal auxiliar da perpetuação de um sistema capitalista muito injusto e destrutivo do planeta". Daí a importância de apreender essa lógica para então pensar em reações. "O gigantesco poder das finanças deve ser posto a serviço de objetivos como a transição energética, a luta contra a poluição química de terras aráveis, uma renda decente para todos. Chegaremos lá, pois não há outra solução", analisa.

Entretanto, o professor pondera que só realmente chegaremos lá se vencermos algumas distopias. A partir das experiências recentes em países da América Latina, Boutang demonstra como a esquerda não buscou entender a financeirização. "Enquanto a esquerda arrastar as velharias do socialismo e do comunismo industrial, fazendo delas referências puramente ideológicas, ela trairá as esperanças de igualdade, liberdade e fraternidade que tanta gente depositou nela", assevera, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para ele, tal postura acaba apenas "se deixando enganar por um neoliberalismo doravante puramente conservador e cínico. Nesse sentido, o *impeachment* institucional a que assistimos no Brasil nada tem de uma tragédia semelhante aos muitos golpes de Estado que abalaram a América Latina no último século", pontua.

Yann Moulier Boutang é professor de Ciências Econômicas na Université de Technologie de Compiègne - Sorbonne Universités, na França, membro do laboratório *Connaissance, Organisation, Systèmes Techniques - COSTECH EA 22 23, Trivium CNRS*. Leciona também na China, na Universidade de Shanghai - *UTSEUS*, na *Ecole Nationale Supérieure de Création Industrielle - ENSCI*, Paris, no curso *Master Innovation by Design*. É um dos fundadores e coordenadores da revista *Multitudes*. Trabalha com o tema das migrações internacionais, a escravidão, as transformações contemporâneas do capitalismo, a economia digital, os direitos de propriedade intelectual, a inovação. Entre suas obras mais recentes, estão *Cognitive capitalism* (2012, Polity Press, Cambridge, UK) e *L'abeille et l'économiste* (Paris 2010).

Confira a entrevista.



O hiperindustrial que formata o indivíduo, os recursos cognitivos e afetivos se mostram por detrás do entretenimento leve

IHU On-Line - Como compreender o processo que leva o atual modo de vida pós-moderno a ser tão atrelado ao paradigma do cálculo, reduzindo potências a bases numéricas e a binariedade entre positivo e negativo? E quais os impactos da lógica da financeirização em nossa sociedade dos dias de hoje, desde as perspectivas das gestões pública e privada e vida em sociedade como um todo?

Yann Moulier Boutang - Dois elementos principais ajudam a explicar a algoritmização do mundo, isto é, a realidade posta em cálculo preditivo. Em primeiro lugar, a globalização revela e acentua em todos os níveis as múltiplas interdependências (é o que chamo de peso crescente das externalidades). O resultado disso é um desafio crescente para a ação humana, o desafio da complexidade. Ora, o complexo não pode ser tratado por operações analíticas básicas, como bem representam as quatro operações básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão), nem pelo sexto princípio enunciado por Descartes¹ nas *Regras para a direção*

1 René Descartes (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesianas, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia e matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns comentadores, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo), posição filosófica dos séculos XVII e XVIII na Europa. (Nota da **IHU On-Line**)

do espírito², começar dividindo as coisas complicadas em partes simples e tratá-las de forma sucessiva, nem pela lógica aristotélica em seus três princípios (identidade, contradição e terceiro excluído).

No entanto, no projeto racionalizador da ciência, sempre há a vontade tenaz de “reduzir” a complexidade (diante dos defensores do segredo, do mistério, do sagrado). E se, por um lado, as regras do complexo lembradas por Edgar Morin³ emergem progressivamente, desvencilhando-nos de um cientificismo neopositivista, por outro lado, a ferramenta da informática e dos computadores trouxe um novo frescor à contabi-

2 Regras para a direção do espírito (originalmente em latim, *Regulae ad directionem ingenii*): é uma obra de René Descartes. Este trabalho delineou a base para seu trabalho posterior sobre problemas complexos de matemática, ciência e filosofia. 36 regras foram planejadas no total, mas apenas 21 foram realmente escritas. Este trabalho não foi publicado durante a vida do autor. A tradução holandesa apareceu em 1684, e a primeira edição em latim em 1701. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Edgar Morin (1921): sociólogo francês, autor da célebre obra *O Método*. Os seis livros da série foram tema do *Ciclo de Estudos sobre “O Método”*, promovido pelo IHU em parceria com a Livraria Cultura de Porto Alegre em 2004. Embora seja estudioso da complexidade crescente do conhecimento científico e suas interações com as questões humanas, sociais e políticas, se recusa a ser enquadrado na sociologia e prefere abarcar um campo de conhecimentos mais vasto: filosofia, economia, política, ecologia e até biologia, pois, para ele, não há pensamento que corresponda à nova era planetária. Além de *O Método*, é autor de, entre outros, *A religião dos saberes. O desafio do século XXI* (Bertrand do Brasil, 2001). Confira a edição especial sobre esse pensador, intitulada *Edgar Morin e o pensamento complexo*, de 10-09-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon402>. (Nota da **IHU On-Line**)

lização do mundo. O que antes dizíamos incontável e que desafiava a capacidade do cérebro humano (muito ruim em cálculo, essa parte menos importante da matemática) torna-se agora operável por robôs, os quais são incapazes de cumprir muitas funções cerebrais (sentir, reconhecer formas, perceber o contínuo), mas calculam milhões de vezes mais rápido. Bastando que seja binarizada, uma informação pode ser armazenada, conservada e combinada com bilhões de outras.

Diante do complexo, o pensamento que mede e calcula pode, graças às próteses digitais, orientar-se, efetuar operações que estavam fora de nosso alcance e seguir um programa de execução (implementação) que dá conta de informações geradas por sensores (em circuito *feedback*) e que, portanto, autorregula-se. Aristóteles⁴ e, mais tarde, Vaucanson⁵ sempre ficaram fascinados diante dos autômatos (para o primeiro, o vivente e, para o segundo, o mecânico, que parece vivo). Hoje, estamos deslumbrados diante dos autômatos mentais da inteligência artificial e das máquinas que aprendem, diante de robôs movidos pela primeira. É verdade que, no que diz respeito à complexidade, o pensamento calculador ainda não fez tudo. Ele acumula sucessos no processamento de problemas que envolvem um imenso número de variáveis. Conseguimos pensar em 2, 3, 4 dimensões, certos cérebros chegam a 8 dimensões, mas isso é excepcional, e, acima disso, o cérebro individual atinge seus limites.

4 Aristóteles de Estagira (384 a.C.–322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira. Suas reflexões filosóficas – por um lado, originais; por outro, reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou significativas contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia e história natural. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Jacques Vaucanson (1709–1782): inventor e artista francês. Foi responsável pela criação de autômatos e máquinas, tais como o primeiro tear totalmente automatizado. (Nota da **IHU On-Line**)

Simplificação binária e as inúmeras possibilidades

Assim, de certa forma, a revolução computacional, graças à simplificação do binário (verdadeiro/falso, conectado/desconectado), pode calcular em tempo recorde o que antes teria levado uma vida inteira. Do ponto de vista lógico, isso quer dizer que a fronteira entre o universal e a maior generalização empírica disponível se embaralha. Se, graças ao Google, podemos dispor de mais de um bilhão de ocorrências para uma expressão linguística qualquer, não precisamos mais das competências dos linguistas nem das regras de gramática para traduzir textos.

Em seu célebre artigo de 2008, Anderson dizia que não eram mais necessárias leis científicas cuja universalidade é demonstrada por inferências rigorosas. Por certo, não se dispõe assim de $n+1$, mas se está tão perto disso que se torna desnecessário buscar a precisão $n+1$. É verdadeiro aquilo que é operatório. A humanidade pode então esquecer grande parte da ciência e contentar-se com uma precisão de 99,8%. Essa concepção puramente operacional da verdade e do preditivo que opera na maior parte dos algoritmos repousa nas estatísticas. Será que está perfeitamente adaptada a todas as formas de complexidade? Podemos ter dúvidas.

No mundo do Extremistão, como diz Nassim Nicholas Taleb⁶ em *A Lógica do Cisne Negro*⁷, os acontecimentos não se distribuem segundo uma curva de Gauss⁸ (curva

6 Nassim Nicholas Taleb (1960): ensaísta libanês. Famoso por ser um dos maiores megalinvestidores deste país, é professor de Ciências da Incerteza da Universidade de Massachusetts. (Nota da [IHU On-Line](#))

7 *The Black Swan: The Impact of the highly improbable*, 2007. (Nota do entrevistado)

8 **Distribuição normal:** é uma das mais importantes distribuições da estatística, conhecida também como Distribuição de Gauss ou Gaussiana. Foi primeiramente introduzida pelo matemático Abraham de Moivre. Além de descrever uma série de fenômenos físicos e financeiros, possui grande uso na estatística inferencial. É inteiramente des-

unimodal em forma de sino), mas são bipolarizados nos extremos, de modo que raciocinar conforme as regras da estatística (média, variância, desvio-padrão) é muito enganador, pois os valores médios obtidos não existem. No mundo dos “mil tons de cinza” em que o ser humano tem de se orientar, e não no mundo das médias (no Mediocristão), é preciso mudar de lógica e enfraquecer o sistema lógico, suprimindo o princípio do Terceiro Excluído (*Tertium quid non datur*). Era o que os estoicos já opunham a Aristóteles.

Governamentalidade algorítmica

Uma das grandes questões morais e políticas que se apresentará nos próximos anos será justamente a questão do que Thomas Berns⁹ e Antoinette Rouvroy¹⁰ ou Dominique Cardon¹² chamam de “governamentalidade algorítmica”. Desde a “pastoral”, nos séculos XVI-XVII, que introduziu o governo das almas no núcleo familiar, nenhuma transformação tão profunda havia ocorrido. De fato, entre o “*profiling*” do consumidor conectado e a definição abdutiva (indução a partir

crita por seus parâmetros de média e desvio padrão, ou seja, conhecendo-se estes valores consegue-se determinar qualquer probabilidade em uma distribuição Normal. (Nota da [IHU On-Line](#))

9 **Thomas Berns:** filósofo, professor na Université Libre de Bruxélas, na Bélgica. (Nota da [IHU On-Line](#))

10 **Antoinette Rouvroy:** doutora em Direito do Instituto Universitário Europeu (Florença), é pesquisadora no Fundo Nacional Belga para a Investigação Científica – FNRS e pesquisadora sênior do Centro de Pesquisa de Informação, Direito e Sociedade, da Faculdade de Direito da Universidade de Namur (Bélgica). Ela também é membro da Comissão Informatique et Libertés – CNIL. É autora de *genes humanos e governação neoliberal: uma crítica foucaultiana* (Routledge-Cavendish, 2008) e coeditado com Mireille Hildebrandt, *Lei, Agência Humana e Autonomic Computing: filósofos da Lei atender filósofos da Tecnologia* (Routledge, 2011). (Nota da [IHU On-Line](#))

11 Antoinette Rouvroy et Thomas Berns, «Gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation », in *Réseau*, disponível em <http://bit.ly/2bI0tVP>. (Nota do entrevistado)

12 Dominique Cardon, *A quoi rêvent les algorithmes*, Le Seuil, Paris, 2015. (Nota do entrevistado)

de médias constatadas transformadas em leis) dos comportamentos, tudo o que se distancia das médias já passa a ser vigiado.

É grande a tentação de uma nova racionalização da tomada de decisão que se torne cada vez mais exata e operacional. Aquilo que se apresentava como a infinita variedade do gosto individual oposto à padronização industrial, como a multiplicidade das racionalidades pós-modernas, não passa de uma encenação. O hiperindustrial que formata o indivíduo, os recursos cognitivos e afetivos se mostram por detrás do entretenimento leve. O filme *Minority Report*¹³ revelou-se profético sobre o discurso que o poder oferece de sua ação: prevenir os crimes de todas as ordens antes que sejam cometidos. Com a alimentação dos autômatos por milhões de dados por segundo sobre qualquer tema, a resposta ganha em velocidade, em eficiência e em legitimação-justificação. As questões de sigilo na composição dos algoritmos para os governos, do respeito das leis (ver o escândalo da Volkswagen¹⁴ na fraude do controle da emissões de poluentes) e dos pressupostos lógicos nessa nova metafísica da contabilidade de tudo, da digitalização e da colocação de tudo em planilha de cálculo (a “*excellização*” do mudo) são as novas fronteiras da ética em matéria de políticas públicas industriais, ambientais, sanitárias.

Para além das utopias da catástrofe

Todavia, é preciso opor às utopias da catástrofe duas coisas que se revelaram cruelmente nos últimos episódios terroristas. A primeira se deve à possibilidade de outra

13 **Minority Report:** filme de ficção científica lançado em 2002 estrelado por Tom Cruise e dirigido por Steven Spielberg. O roteiro é baseado no conto com o mesmo nome de Philip K. Dick. (Nota da [IHU On-Line](#))

14 A seção Notícias do Dia, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, publicou uma série de textos sobre o caso. Entre eles, *Escândalo da Volkswagen: É hora da indústria alemã abandonar sua arrogância*, disponível em <http://bit.ly/2bIiEGF>. (Nota da [IHU On-Line](#))

lógica em matéria de complexidade, diferente daquela do terceiro excluído. Nassim Nicholas Taleb, em seu livro *Antifrágil*¹⁵, explica justamente que a complexidade, como a incerteza, diferentemente do risco, não pode ser reduzida à probabilidade estatística objetiva: as catástrofes e as criações radicais são possíveis, mas não sabemos nem o dia nem a hora. A única solução é nos tornarmos menos frágeis à sua ocorrência. A lógica nebulosa¹⁶, baseada na matemática do mesmo nome, permite-nos enunciados que não são binários, mas aproximativos, próprios justamente para resolver situações sutis e mais ou menos cinzentas. A metáfora, a metonímia e todos os tropos (figuras) do discurso.

Ao contrário do reducionismo calculador que não pode representar ambiguidades, a linguagem é o instrumento de resolução das contradições que as mantêm como tais. A dialética contra a lógica binária. Em matéria de informação, todos os dispositivos automatizados altamente sofisticados, sem a informação humana, se esvaziam e causam danos colaterais desoladores. Em matéria de sociedade, linguagem, cultura, história, a complexidade é a regra, a repetição é a exceção e a renovação e a criação, a única lei, uma lei que desafia a modelização matemática. Podemos usar modelos matemáticos para explorar a complexidade humana, mas é somente o que Kant¹⁷ chama de

15 *Antifrágil: Things That Gain from Disorder*. New York: Random House (2012). (Nota do entrevistado)

16 A respeito disso, são fundamentais os trabalhos de Zyed Zalila e de sua *start up* Intellitech, que obtêm resultados bem mais robustos que os métodos estatísticos. (Nota do entrevistado)

17 **Immanuel Kant** (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria

esquematismo da imaginação que permite a aplicação da regra ao caso específico. Da mesma forma, só pode ser automatizada e traduzida pelas máquinas a linguagem plana e sem estilo, uma vez que esta é um desvio inventivo relacionado ao uso mínimo da língua.

“

O complexo não pode ser tratado por operações analíticas básicas

Segundo elemento da revolução digital

O segundo elemento da revolução digital que muda a orientação monista e binária das soluções puramente calculadoras é a rede humana das interações que será chamada de inteligência coletiva conectada. O cérebro individual, confrontado com um cérebro auxiliado pela prótese automatizada do digital, será vencido. Porém, cérebros em rede, comunicando-se através do digital e de suas ferramentas, sempre vencerão os autômatos comandados por algoritmos. Os dados alimentados pelos sensores que incorporam *tags* humanos serão sempre superiores a sensores puramente físicos¹⁸. Um programa de um novo tipo de democracia em

constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A **IHU On-Line** n° 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant foi publicado o **Cadernos IHU em formação** n° 2, intitulada *Emmanuel Kant – Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuemo2>. Confira, ainda, a edição 417 da revista **IHU On-Line**, de 06-05-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <http://bit.ly/ihuon417>. (Nota da **IHU On-Line**)

18 Jean-Pascal Foucault e eu desenvolvemos essa ideia em relação às cidades inteligentes, em 2015. (Nota do entrevistado)

rede pode e deverá, então, controlar os excessos da governabilidade algorítmica. Assim será, ainda mais que as diversas formas de desvio incorporaram rapidamente a ferreamenta informática: o *hack*, a pirataria, a criptografia, o sequestro digital.

Notemos que ainda não falamos da financeirização, pois esta, longe de ser o *deus ex machina*, a *ultima ratio* (deus ou demônio, conforme a opinião), tem sua fonte na base material que acabamos de descrever: globalização, complexificação, digitalização. O surgimento daquilo que chamamos de financeirização atual (ou seja, a hegemonia do capital financeiro nos momentos de mudanças do capitalismo) está estreitamente relacionado com o fortalecimento da cadeia constitutiva do valor econômico, das externalidades, como veremos na questão seguinte.

IHU On-Line - A que tipos de mudanças o capitalismo é submetido a partir da perspectiva da financeirização? Quais as consequências?

Yann Moulier Boutang - Como expliquei longamente na entrevista anterior que concedi à revista **IHU On-Line**¹⁹, o sucesso fulgurante e duradouro das finanças vem do peso crescente das externalidades. A crescente complexificação do mundo construído pela intervenção e pela interação contínua dos homens em sociedade põe em crise os instrumentos clássicos de medida do valor econômico. Marx²⁰ venceu

19 A entrevista referida pelo autor está disponível em <http://bit.ly/29hffRS>. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, que tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que*

as dificuldades de Smith²¹ e de Ricardo²² de explicar o valor pelo valor trabalho. Os marginalistas neoclássicos superaram as aporias do valor trabalho pelo valor utilidade. Num grau de socialização bem mais avançado que aquele alcançado na economia industrial, a não consideração das externalidades negativas e positivas pelo fato de que o mercado é incapaz de integrá-las corretamente cria um fosso crescente entre a economia real (sua base material incorpora sua base espiritual ou imaterial) e o mundo míope e muito limitado em seu ângulo de visão da economia tradi-

*pensam e desejam, mas o que fazem, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A IHU On-Line preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra de Marx *O Capital*, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da IHU On-Line)*

21 **Adam Smith** (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica tradicional. A *Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para o entendimento das relações econômicas da sociedade sob a perspectiva liberal, superando os paradigmas do mercantilismo. Sobre Adam Smith, veja a entrevista concedida pela professora Ana Maria Bianchi, da Universidade de São Paulo – USP, à *IHU On-Line* nº 133, de 21-03-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon133>, e a edição 35 dos *Cadernos IHU ideias*, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível em <http://bit.ly/ihuid35>. (Nota da IHU On-Line)

22 **David Ricardo** (1772-1823): economista inglês, considerado um dos principais representantes da economia política clássica. Exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas neoclássicos, como sobre os economistas marxistas, o que revela sua importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Os temas presentes em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional, temas monetários. A sua teoria das vantagens comparativas constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial. Ao apresentar esta teoria, usou o comércio entre Portugal e Inglaterra como exemplo demonstrativo. O *Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia – Edição 2010*, em seu segundo módulo, fala sobre *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo*. Para conferir a programação do evento, visite <http://migre.me/xQsg>. (Nota da IHU On-Line)

cional, que ignora o continente das externalidades.

Propus avaliar a distância entre a nova economia e a velha economia recorrendo ao paradigma (analogia proporcional) da polinização das abelhas. A diferença entre o valor econômico (de mercado) do mel e da cera e o valor global da polinização é da ordem de 1 para várias centenas, até mesmo milhares²³. A crise da economia política é, portanto, uma crise de proporção. Ela mostra a urgência de mudar o paradigma teórico da economia política. É nessa distância que surge o papel que se tornou determinante das finanças. As finanças substituem atualmente a falsidade da medida da economia verdadeiramente real por uma pseudoeconomia real. As finanças de mercado, que funcionam inventando todos os tipos de regras que entram em choque violento com a economia tradicional, é o governo por *default* (como se diz em informática) da esfera das externalidades. Elas são o meio de integrá-las. Mesmo que o façam de forma muito imperfeita e de acordo com seus vícios específicos.

No entanto, enquanto a governança mundial se obstinar em manter as velhas categorias, as finanças continuarão a reinar como um “tapa-buraco”. Na verdade, do que são acusadas as finanças de mercado? De terem desenvolvido o multiplicador de crédito em até 32

23 Em 2007, quando apresentei, unicamente para a produção agroalimentar, um multiplicador de 790 e de 5.000 para a natureza selvagem, minhas elucubrações foram gentilmente ignoradas. Na época, o INRA falava de 153 para a primeira e calou-se em relação à segunda. A coruja de Minerva levanta voo somente ao entardecer. Só com o desaparecimento das abelhas, sob o impacto dos diversos pesticidas, entre os quais os neonicotinoides, e da destruição maciça dos pousos miliflora, chegou-se a um multiplicador entre 235 e 577 bilhões de dólares e, sobretudo, à consideração das abelhas selvagens (20.000 espécies) e de todos os insetos, pássaros, morecegos, polinizadores da flora (Le « GIEC de la biodiversité consacre l'importance cruciale des pollinisateurs » in *Le Monde.fr* | 26.02.2016 par Stéphane Foucart). Com a progressão muito rápida do envenenamento dos solos agrícolas pelos adubos e pesticidas, os dois multiplicadores terão seu valor aumentado. (Nota do entrevistado)

vezes os fundos próprios, ou seja, mais de seis vezes os índices habituais. Essa capacidade que se exerceu através dos produtos derivados permitiu cobrir o risco de câmbio que se ampliou muito desde o regime de câmbio flutuante e os riscos sistêmicos. Assim, as finanças de mercado levaram a especulação a níveis nunca alcançados. Os economistas tradicionais ou críticos denunciaram (com pouco sucesso) os novos riscos trazidos por essas finanças ou, mais exatamente, pela financeirização de tudo. Alguns preveem, desde 1997, uma crise geral. Esse não é nosso diagnóstico. É antes a resiliência das finanças desde 2008 que espanta. Por quê? Porque o crescimento aparentemente desmedido do crédito só é desmedido se relacionado à velha economia.

Polinização

Se o relacionarmos à economia de polinização, percebemos que as finanças de mercado não fazem senão explorar uma parte do continente das externalidades. Se a diferença entre o valor tradicional e o valor de polinização é de centenas de vezes, as finanças de mercado, aumentando em até dez vezes as transações financeiras (700 trilhões de dólares por ano para 70 trilhões do Produto Interno Bruto – PIB), permanecem muito aquém do que as velhas finanças faziam na velha economia. Eis a razão pela qual as finanças de mercado não entram em colapso e as injeções gigantescas aplicadas pelos bancos centrais (*quantitative easing* e índice de juros nominal quase nulo, portanto, índice real negativo) não têm os efeitos catastróficos previstos tanto pela direita como pela esquerda.

Um keynesiano observaria que o aumento de liquidez só estimula a inflação se o aparelho produtivo for plenamente utilizado, o que está longe de acontecer. Mas, então, por que, ao contrário dos anos 1935-1940, a política dos bancos centrais não estimula o crescimento? Talvez se deva fazer aqui uma crítica arrazoada às finanças de

mercado e às políticas monetárias que não são mais monetaristas. Dissemos que as finanças de mercado eram um “tapa-buraco”, e de modo algum a melhor solução possível. Considerando-se as péssimas soluções monetaristas ou neoliberais, que repousam em uma visão muito limitada da economia e do valor, um governo por *default* das externalidades e da economia global não traz nenhuma solução inovadora. As finanças continuam veiculando os mesmos velhos estereótipos da economia tradicional. Em vez de usar a liquidez, portanto, a criação monetária, para consolidar a nova economia emergente, elas fabricam sucedâneos para preencher os desequilíbrios mais aparentes. Adiam indefinidamente as crises.

Imateriais de segundo grau

A essa dimensão financeira corresponde uma transformação de igual amplitude da cadeia do valor. A automação das operações rotineiras do cérebro analítico desvaloriza os serviços humanos e faz surgir o valor daquilo que não é codificável, é o que denomino os imateriais de segundo grau. Combinados com as externalidades positivas, esses novos recursos aparentemente muito abstratos (o relacional, a confiança, a cooperação, o cuidado) são capitalizados. É a atividade cognitiva inovadora e viva do cérebro em interação com outros cérebros em rede que se torna a medida do valor econômico. A isso dou o nome de capitalismo cognitivo. Não foi por acaso que os GAFA (Google, Amazon, Facebook e Apple, especialmente) se tornaram as figuras de proa desse capitalismo que compreendeu onde o valor se situava realmente: na polinização humana.

IHU On-Line - Em que medida a dependência cada vez maior da tecnologia ancora as relações com as perspectivas financeirizadas? Como romper com essa lógica mantendo relação estreita com as ferramentas tecnológicas?

Yann Moulier Boutang - A revolução digital, como vimos, abre novas possibilidades para multiplicar muito rápido as reações a transformações do sistema financeiro. Uma das mais impressionantes são as negociações de alta frequência (*High-frequency trading*). Os autô-

“
A complexidade, como a incerteza, diferentemente do risco, não pode ser reduzida à probabilidade estatística objetiva

matos que regulam o comércio e os mercados dia e noite, trabalhando com algoritmos que aprendem em função de dados relevantes e contínuos, são outro exemplo. Combinadas com o perfil dos clientes dos comércios, dos bancos, das companhias de seguro, essas máquinas aprendizes são encarregadas de um número crescente de operações: concessão de empréstimo, gestão de patrimônios imobiliários, escolha de um sistema de seguro, gestão de carteiras financeiras.

A geração dos dados pessoais que são revelados durante a navegação torna-se a nova mola propulsora dos modelos econômicos das plataformas colaborativas gratuitas para o usuário, mesmo que este aceite, em contrapartida, cedê-los. A noção tradicional de espaço privado individual, oposta ao espaço comercial, cede seu lugar a uma categoria enganadora, de falso comum, muito intrusiva: os aspectos mais pessoais da vida privada, rastreados de forma digital e explorados em grande escala, possibilitam que o marketing entre enfim nos domicílios sem ser sob a forma de objetos.

No entanto, seria errôneo apresentar essa colonização do Novo Mundo das externalidades como um desdobramento inevitável de uma lógica de valorização financeira, um novo bezerro de ouro. É preciso ressaltar o caráter contraditório desse desdobramento. Se, por um lado, o digital permite subjugar, ele também permite, por outro lado, libertar das grosseiras tentativas de apropriação da vida das pessoas, da cultura, do imaterial, que constituía um espaço menos submetido às regras de mercado. Tomemos três exemplos: a questão da criptografia das mensagens, o anonimato na web (com o Tor, por exemplo) e as *block chains*, cujo desenvolvimento é tão rápido, que perdemos a conta de quantos congressos os bancos e os seguros dedicam a elas.

Não é à toa que o conceito de *block chains* surgiu em torno do *bitcoin*, essa moeda eletrônica muito ligada às tentativas de criar moedas locais alternativas e, ao mesmo tempo, possibilitar sua equivalência sem passar pelos bancos centrais nem pelos bancos secundários. As técnicas da informática são capazes de certificar as contas de uma unidade econômica (inclusive de um indivíduo) e reforçar a confiança entre os agentes sem a intermediação clássica. Trata-se de um importante desafio, e, desta vez, instrumentado pelas técnicas mais modernas em todo o sistema de intermediação financeira. Vemos que as finanças fazem crescer as tentativas de alternativas.

IHU On-Line - A ideia de crise na esquerda em todo mundo, de perspectivas mais socialistas e progressistas, se constitui também pelas lógicas da financeirização? Por quê? Como pensar noutra esquerda a partir do paradigma da financeirização?

Yann Moulier Boutang - Um dos elementos essenciais da crise de perspectivas que a esquerda sofre em escala mundial se deve à sua incompreensão das raízes da financeirização acelerada da economia no mundo. A esquer-

da teima em ver no capitalismo e em sua forma financeira atual o fator essencial de desordem e anarquia. Ora, como nos ensinou o operário italiano nas décadas de 1960 e 1970, o único elemento de anarquia no capitalismo é a combatividade das pessoas que não se satisfazem com as condições que lhes são dadas e que, por diversos meios, tentam pôr em xeque os equilíbrios econômicos que favorecem essencialmente os ricos e os dominantes. Mas é preciso acrescentar a essa análise uma outra dimensão: a socialização crescente da produção da sociedade e do mundo inclui, agora, as externalidades nos funcionamentos de reprodução do poder. Inclusive, de forma perversa e extremamente bipolarizante.

Isso quer dizer que as finanças de mercado reagem constantemente em nível mundial para cercar, superar e tornar inoperantes os meios de que dispunham os explorados e os dominados para fazerem ouvir suas vozes. As lutas são isoladas e até mesmo, às vezes, contradizem-se violentamente. A defesa do emprego torna-se muitas vezes a defesa das multinacionais que expropriam os índios ou poluem em grande escala o planeta. As noções de interesse geral ou interesse público, em cuja definição repousava o cerne do político, perderam sua substância. Os jornais, as mídias audiovisuais, que forneceram, nos últimos dois séculos, espaços de crítica e liberdade e alimentaram os desejos de transformação social, foram recolonizados pelas potências do dinheiro. A própria internet, que ainda permite revelar escândalos, sofre, por parte do poder dos Estados e dos grandes grupos de pressão, uma tentativa de retomada do controle. No entanto, não passa um dia sem que a atenção democrática se volte para revelações.

Falências das grandes ideologias

O elemento da crise atual dos projetos de transformação em prol de um mundo de justiça, liberdade

e amor é provavelmente a falência constatada das grandes ideologias progressistas que dividiram o planeta, inclusive, travando uma guerra surda e fria. O socialismo realizado nos Estados comunistas foi declarado clinicamente morto. O mercado, geralmente desvairado, o suplantou, à custa de uma progressão das desigualdades no seio das unidades nacionais ou imperiais e à custa de uma renegação dos ideais de igualdade e fraternidade, sem os quais a liberdade acaba no vazio.

Por fim, sem nada solucionar, as ideologias centristas (um pouco mais de igualdade, um pouco mais de liberdade e uma pitada de fraternidade), essa *áurea mediocritas*, dissimulam geralmente uma ignorância total dos imperativos ecológicos de respeito ao planeta. Enquanto deveriam construir um novo projeto de interesse coletivo, em função da urgência de transformar radicalmente os modelos de consumo e produção, as democracias médias são extremamente temerosas, abúlicas e procrastinadoras. “Amanhã de manhã”, no Brasil, pode significar muitas vezes “nunca”. As reuniões de cúpula sobre a transição energética se sucedem, mas, para algumas poucas resoluções celebradas em grande pompa, quantos novos projetos de centrais hidrelétricas gigantes, quantos milhões de toneladas de carvão, gás de xisto ou, pior, areias betuminosas, são extraídos, quantos milhões de automóveis poluentes são fabricados, os quais, pelo simples número, absorvem e aniquilam as melhorias obtidas em relação à emissão de partículas?

As finanças de mercado compõem essas tensões, elas as administram. Recolhem uma parte das externalidades, compõem e recompõem para evitar que estas explodam. Tornaram-se, portanto, a própria matriz da governamentalidade. Porém, ao prestarem esse serviço, cobram um preço muito alto, tendo progressivamente esvaziado de seu conteúdo o Estado de bem-estar social de F. D. Roo-

sevelt²⁴. O socialismo morreu, mas a democracia ocidental está em estado de pré-coma. As instâncias internacionais, o Fundo Monetário Internacional - FMI em particular, mudaram de tom nos últimos 15 anos. Advertem que um mundo sem emprego, digno desse nome para os indivíduos de menos de 40 anos, sem aposentadoria normal e decente para os que têm acima de 60 anos, oferecendo, para completar o quadro, perspectivas de automação maciça na manufatura e nos serviços, tanto para os empregos simples como para os empregos que até então eram qualificados, está exposto a uma crise radical de legitimidade.

Essas tensões exacerbam a xenofobia em relação aos migrantes, a tudo aquilo que é diferente. Surgem apetites insanos de ordem, de autoridade imposta, casados com diversas formas de radicalismo de uma religiosidade que se torna ainda mais niilista por ser menos educada e menos racional, mesmo na velha Europa, que acreditaríamos ter sido vacinada pelos horrores do século XX. A insistência, presente mesmo nos discursos políticos, na vontade, na liderança como tal, em uma vontade e um poder vazios, sem projetos além daqueles reativos, em um pessimismo identitário, nacionalista, são sintomas de que o pós-comunismo e o socialismo tardio não são portadores de um mundo novo. Destruindo a cada dia, da forma mais inexorável, as velhas combinações produtivas, as alianças centristas, a financeirização põe lenha na fogueira, ao mesmo tempo em que fornece um bode expiatório sonhado. Tudo está ruim? As finanças. O emprego diminui? As finanças. “As finanças, as finanças, digo-lhe”,

24 Franklin Delano Roosevelt (1882-1945): 32º presidente dos Estados Unidos (1933-1945), o único a ser eleito mais de duas vezes presidente. É considerada uma das figuras centrais da história do século XX. Foi um dos presidentes mais populares da história americana, tendo emergido a nação da grande depressão de 1930. (Nota da **IHU On-Line**)

como em *O doente imaginário*²⁵ de Molière²⁶, se tornam o “pulmão” responsável por todos os males. Só falta acrescentar: as finanças estão nas mãos das minorias, aqui, são os judeus, ali, aquela comunidade que está na mira, e pronto.

Suprimir as finanças é certamente uma palavra de ordem que seria votada num referendo. Vimos, contudo, que as transformações trazidas pelas finanças de mercado mostram claramente a terra nova das externalidades, as imensas possibilidades para a sociedade mundial de retomar um caminho de libertação, solidariedade e justiça. Mas, para isso, os Estados ainda precisam tirar lições disso, retomar o controle do potencial. E tudo indica que só o farão sob a pressão tenaz e racional de uma democracia de cidadãos responsáveis em escala planetária.

Outro mundo é possível

“Um outro mundo é possível”, mais do que nunca. O gigantesco poder das finanças (do qual as políticas de criação monetária quase ilimitada dos bancos centrais dos grandes países do mundo nos dão uma ideia) deve ser posto a serviço de objetivos como a transição energética, a luta contra a poluição química de terras aráveis, uma renda decente para todos. Chegaremos lá, pois não há outra solução. A última cúpula de Davos e a elite do capitalismo mundial percebem perfeitamente que todas as transformações do capitalismo podem ser em vão e levar a um confronto maior (já se fala de extinção de civilizações como a dos Maias) se não for criado um novo conteúdo para o Estado do bem-estar social. Este conteúdo, que se tornará o único *New Deal*²⁷ possível, constituir-se-á

25 São Paulo: Global Editora, 2005. (Nota da IHU On-Line)

26 Jean-Baptiste Poquelin (1622-1673): mais conhecido como Molière, foi um dramaturgo francês, além de ator e encenador, considerado um dos mestres da comédia satírica. Teve um papel de destaque na dramaturgia francesa, até então muito dependente da temática da mitologia grega. (Nota da IHU On-Line)

27 New Deal (tradução literal em português seria “novo acordo” ou “novo trato”): foi o

em torno da renda universal, dos planos de investimento de urgência na qualidade da educação, da saúde.

IHU On-Line - Como tem observado esse momento de retomada de perspectivas neoliberais, na volta de uma da direita, em países da América Latina? Nesse sentido, é possível afirmar que a direita e o neoliberalismo aprendem melhor os meandros da financeirização do que a esquerda e o socialismo? Existem alternativas, políticas, econômicas e sociais, de resistências à lógica financeirista?

Yann Moulier Boutang - Os movimentos de libertação das décadas de 1960-1970 responderam com atraso ao fracasso dos movimentos desenvolvimentistas na

“

Os marginalistas neoclássicos superaram as aporias do valor trabalho pelo valor utilidade

Argentina, no México ou no Brasil, ou mesmo ditatoriais nos países andinos. Sempre que era preciso estabelecer uma ordem econômica nacional compatível com o contexto internacional, esses movimentos de libertação, fossem de inspiração comunista ou cristã, destacavam o papel das multinacionais (essencialmente americanas e europeias) e a falência das oligarquias locais em assegurar o desenvolvimento econômico e a

nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, e assistir os prejudicados pela Grande Depressão. O nome dessa série de programas foi inspirado no Square Deal, nome dado pelo anterior Presidente Theodore Roosevelt à sua política econômica. (Nota da IHU On-Line)

justiça social. Porém, subestimaram a capacidade das classes dominantes de construir um projeto autoritário com as multinacionais e os Estados Unidos.

As ditaduras brasileira, chilena e argentina, nas duas décadas seguintes, fizeram um desenvolvimento econômico e industrial muito marcado por desigualdades, sem o povo. Elas fracassaram, aliás, em garantir uma independência real, como demonstrou a crise recorrente do endividamento internacional. O ciclo de lutas que se iniciou no quadrilátero paulista marcou a emergência de uma verdadeira classe operária, com Lula²⁸. Assitiu-se a uma inversão da balança para a esquerda, por toda parte na América Latina. As ditaduras foram varridas, e dirigentes progressistas ameríndios, na Bolívia, na Venezuela e no Equador, chegaram ao poder.

Para a esquerda, o desafio era consolidar um desenvolvimento econômico emergente, resultados em matéria de luta contra as desigualdades e um posicionamento na divisão mundial do trabalho. O Brasil pareceu ter cumprido esse contrato. A política vigorosa do Bolsa Família²⁹ tirou da pobreza 35

28 Luiz Inácio Lula da Silva [Lula] (1945): trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. (Nota da IHU On-Line)

29 Ver, por exemplo: Giuseppe Cocco, Silvio Pedrosa, « La réalité du revenu d'existence dans le Brésil post-Lula », in *Multitudes*, n° 63, juin 2016, pp. 82-89, disponi-

milhões de pessoas, o crescimento fez emergir uma nova classe média. Mas a crise de 2008 teve impactos brutais sobre a China e, por tabela, sobre a América Latina. As fragilidades do modelo de desenvolvimento dos países maiores já haviam se revelado brutalmente em 2003-2004. Na Argentina, o neoperonismo do casal Kirchner e, no Brasil, a política de crescimento rápido do segundo mandato de Lula e, mais ainda, do primeiro mandato de Dilma³⁰ mostraram-se frágeis.

A incompreensão da esquerda

A esquerda posta à prova do poder não compreendeu as transformações sociológicas profundas que ocorreram no trabalho, na mobilidade, a exasperação das questões ecológicas, de saúde pública e urbana, de educação superior. Erros de cálculo na complementaridade com a China (importadora de energia, matérias-primas, produtos agrícolas, mas também exportadora de bens de equipamento), as múltiplas formas de corrupção que se serviram da redistribuição social por falta de um verdadeiro sistema de proteção social universal, o baixo custo do petróleo e a crise financeira de 2008 puseram fim nesse deslocamento genera-

vel em <http://bit.ly/2c7xRVY>. (Nota do entrevistado)

³⁰ **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores-PT, presidente do Brasil de 2011 (primeiro mandato) até 31 de agosto de 2016 (segundo ano de seu segundo mandato). Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment que fora movido contra ela. No dia 31 de agosto o Senado Federal, por votação de 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio do impeachment foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci 'Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder', disponível em <http://bit.ly/2bLPiHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. Em 2010, foi escolhida pelo PT para concorrer à eleição presidencial. (Nota da IHU On-Line)

lizado da América Latina para a esquerda.

Neoliberalismo

O que vale o retorno às velhas sereias do neoliberalismo? Não grande coisa, pois tanto as políticas de centro-direita quanto as de centro-esquerda, assim como no mundo inteiro, não têm mais nada a oferecer além de um programa de austeridade, no melhor dos casos, ou então um programa *austeritário*, isto é, reduzindo ao máximo as margens da democracia conquistada anteriormente. Por certo, esse neoliberalismo é menos cego que a esquerda tradicional em relação às possibilidades que traz a economia de mercado. Sabe utilizar sem pudor os déficits públicos ou privados abissais para consolidar os privilégios das classes abastadas, mas a revolta ecológica nas favelas, privadas de saneamento básico, que se tenta comprar com estádios, jogos, equipamentos públicos, que fazem funcionar sobretudo o edifício tão corrompido quanto na China, a extensão dos escândalos florestais, da poluição química, e o aumento generalizado das desigualdades dentro dos conjuntos nacionais estão em sintonia com o resto do mundo.

A contrarrevolução thatcheriana naufragou em 2008, segundo Milton Friedman³¹. Nos países emergentes, o ritmo de crescimento parou de flertar com os dois dígitos. Ora, sem esse ritmo (aliás, devorador de recursos não renováveis), as desigualdades são cada vez menos suportadas. As novas classes

³¹ **Milton Friedman**: nascido em Nova Iorque, em 1912, foi professor da Universidade de Chicago de 1946 a 1976, pesquisador do National Bureau of Economic Research, de 1937 a 1981, e presidente da American Economic Association, em 1967. Friedman é o mais conhecido líder da Escola de Chicago e defensor do livre mercado devido, em parte, a que seus escritos são muito fáceis de ler por qualquer pessoa. Monetarista, se opôs ao keynesianismo no momento de seu máximo apogeu, nos anos 1950 e 1960. Propõe resolver os problemas da inflação limitando o crescimento da oferta monetária a uma taxa constante. Obteve o Prêmio do Banco da Suécia, em Ciências Econômicas, em memória de Alfred Nobel. (Nota do IHU On-Line)

médias, iniciadas no consumo de massa, passam agora a ter medo de cair novamente no velho buraco da pobreza endêmica. As igrejas evangélicas, que pregavam o individualismo, a ascensão social pela educação e pelos negócios, não têm mais grande coisa a oferecer. Deve-se esperar uma defesa ideológica em reflexos de ordem e fabricação de bodes expiatórios.

Futuro e a esquerda

Se a esquerda latino-americana não renovar totalmente seu projeto em torno de um *New Deal* da proteção social alicerçada numa renda universal individual, em torno de um programa de investimento maciço na qualidade do ambiente urbano, na educação, na saúde, na proteção dos espaços naturais ameaçados por projetos faraônicos e obsoletos, símbolos de um desenvolvimento industrial do século XIX e, além disso, genocidas dos povos ameríndios, ela não conseguirá reconquistar as multidões do século XXI. Ela corre o risco de competir com a direita em ilusões ideológicas e, nesse joguinho, pode perder ainda mais sua alma. A luta contra a corrupção travada na China ou no Brasil, sem instauração de uma verdadeira proteção social e sem luta contra as insolentes desigualdades de patrimônio, conduzem apenas a revoluções palacianas e a grosseiras imitações em alternância.

IHU On-Line - Que espaço a financeirização ocupa na perspectiva da crise sistêmica? Em que medida superar esse estado de crise consiste em compreender a financeirização da vida e em que medida se trata de pensar - e constituir - noutra lógica?

Yann Moulrier Boutang - Como aponte anteriormente, a financeirização de tudo tem várias funções. Em seu aspecto revelador das transformações profundas do capitalismo num sentido cada vez mais cognitivo e globalizado, ela serve de governança por *default* de tudo o que a velha economia e a velha ciência econômica não le-

vam em conta. Sua segunda função é adiar indefinidamente para o futuro a operação de saldo de quaisquer desequilíbrios. Nesse sentido, ela constitui o principal auxiliar da perpetuação de um sistema capitalista muito injusto e destrutivo do planeta. É difícil lutar contra ela e tolce imaginar que se poderá decretar sua supressão total. Será necessário reconquistar os espaços que ela conquistou, ocupando-se prioritariamente de toda a economia, inclusive de sua parte subterrânea ou imersa.

Dou um exemplo: os princípios fiscais que regem os recursos fiscais dos Estados, e, portanto, sua possibilidade concreta de conduzir as políticas que esboçamos, datam do nascimento da economia política e não mudaram, nem mesmo em suas últimas concretizações, como a TVA (taxa sobre o valor agregado dos produtos). Numa economia em que o essencial do valor econômico se obtém pela circulação de bens de informação, de serviços, e não mais pelo simples comércio de mercadorias materiais, o imposto sobre as pessoas, o capital e os lucros visa saldos entre fluxos e estoques, nunca sobre os fluxos.

Para somar 70 trilhões de PIB mundial em 2015, eram necessárias dez vezes mais transações, ou seja, 700 trilhões. Tributando toda e qualquer transação financeira e monetária em um índice não confiscatório de 2% a 5%, obtemos entre 14 (um pouco menos que o PIB americano) e 35 trilhões (a metade

do PIB mundial). É o suficiente para suprimir o velho sistema dos impostos, financiar a proteção social, em que um sistema de renda universal garantiria o direito à vida e à atividade útil para a sociedade, pois a economia social e solidária poderá desenvolver-se plenamente e rein-

“

A esquerda posta à prova do poder não compreendeu as transformações sociológicas profundas

ventar o que a humanidade tem em comum, algo que tanto nos falta. Isso possibilitará também financiar a educação, a saúde e, *last but not least*, a transição para um modelo econômico ecológico.

IHU On-Line - De que forma é possível conceber uma sociedade cujos referenciais e parâmetros rompam com a lógica da financeirização?

Yann Moulier Boutang - A instauração de uma taxa pólen, e não simplesmente ambiental³²; um sis-

³² Yann Moulier Boutang «Pour un revenu d'existence de pollinisation contributive fi-

tema de proteção social organizado em torno de uma renda universal elevada (próxima do salário mínimo nos países em que este existe); a exoneração dos déficits públicos dos Estados em despesas de saúde, educação e transição energética; a canalização das políticas de *quantitative easing* dos bancos centrais para essas necessidades essenciais. São esses, a meu ver, os quatro elementos de uma cadeia para um crescimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

Enquanto a esquerda arrastar as velharias do socialismo e do comunismo industrial, fazendo delas referências puramente ideológicas, ela trairá as esperanças de igualdade, liberdade e fraternidade que tanta gente depositou nela. E acabará se deixando enganar por um neoliberalismo doravante puramente conservador e cínico. Nesse sentido, o *impeachment* institucional a que assistimos no Brasil nada tem de uma tragédia semelhante aos muitos golpes de Estado que abalaram a América Latina no último século; parece mais uma citação pós-moderna no carnaval ou uma farsa sinistra. Sinistra porque temo que o parvo seja justamente o povo dos pobres ou dos antigos pobres, as classes médias ou as multidões produtivas, para não empregar os termos tão batidos por toda parte de “povo” e “democracia”. ■

nancé par une taxe pollen» in *Multitudes*, 63, Juin 2016, pp. 25-38, disponível em <http://bit.ly/2ck7CsM>. (Nota do entrevistado)

LEIA MAIS...

- *A financeirização e as mutações do capitalismo*. Entrevista com Yann Moulier Boutang, publicada na revista **IHU On-Line** nº 468, de 29-6-2015, disponível em <http://bit.ly/29hffRS>.
- *A bioprodução. “O capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida”*. Entrevista com Yann Moulier Boutang publicada na revista **IHU On-Line** nº 216, de 23-4-2007, disponível <http://bit.ly/2c00ntM>.
- *“O sistema financeiro de mercado é como o sismógrafo desta crise”*. Entrevista com Yann Moulier Boutang publicada na revista **IHU On-Line** nº 301, de 20-7-2009, disponível em <http://bit.ly/2clvQ8W>.

Finança digitalizada: interação entre tecnologia e economia está reestruturando o sistema financeiro

Edemilson Paraná analisa as transformações e as consequências geradas pela interação entre as tecnologias e o mercado financeiro

Por João Vitor Santos e Patricia Fachin

No contexto da quarta revolução industrial, a presença das tecnologias também está modificando o modo de atuação do sistema financeiro e já deu origem ao que tem sido denominado de “finança digitalizada”, “uma nova forma de gestão e funcionamento dos mercados financeiros em todo mundo”, resume Edemilson Paraná à **IHU On-Line**. Segundo ele, esse conceito também pode ser compreendido como um “complexo técnico-operacional de gestão da circulação, acumulação e valorização do capital financeiro por meio de recursos tecnológicos automatizados de ponta”.

Autor do livro *A Finança Digitalizada: Capitalismo Financeiro e Revolução Informacional* (Florianópolis: Insular, 2016), o pesquisador analisa o modo como o mercado financeiro tem atuado a partir do uso dessas tecnologias e destaca que hoje ele funciona “de modo quase ininterrupto, com alta velocidade de movimentação de capitais de um lugar para outro”. Apenas no Brasil, exemplifica, 40% das operações de compra e venda de ações já são realizadas por robôs, enquanto nos Estados Unidos esse percentual chega a 70%. A maioria dos investidores e usuários dessas tecnologias, como bancos, empresas e instituições financeiras em geral, “paga caro, inclusive, para ter acesso a dados de mercados restritos e para conectar

seus computadores diretamente aos servidores das bolsas”, informa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, Paraná frisa que a interação entre o mercado financeiro e as tecnologias “inaugura um conjunto de novos acontecimentos, riscos e problemas, muitos dos quais, inclusive, ainda não conhecemos”. Entre eles, destaca, há uma “aceleração de processos, aumento substancial no número e velocidade de negócios realizados, concentração em diferentes níveis, aumento da proeminência de investidores e corretores estrangeiros e diminuição da participação de pequenos investidores no mercado, e desemprego entre os operadores”. Além disso, adverte, cresce o poder político dos operadores financeiros que podem “definir os rumos sociais e políticos de nossas sociedades”.

Edemilson Paraná é graduado em Comunicação Social pela Universidade de Brasília - UnB, mestre e doutorando em Sociologia pela mesma Universidade. Atualmente é pesquisador no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA no projeto Sistema Monetário e Financeiro Internacional.

Entrevista publicada nas Notícias do Dia de 29-8-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2ct2TrG>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que significa falar em “finança digitalizada”, em ciclo de operação da finança digitalizada e em “eletronicificação” do mercado de capitais?

Edemilson Paraná - De modo geral, defino como **finança digitalizada** uma nova forma de gestão e funcionamento dos mercados financeiros em todo mundo. Merca-

dos em que, graças ao auxílio de tecnologias de ponta, funcionam de modo quase ininterrupto, com alta velocidade de movimentação de capitais de um lugar para outro.



Na bolsa de valores brasileira, 40% do total de compras e vendas de papéis ocorrem por meio desses mecanismos, mas no mercado estadunidense já passa de 70% do total

Esse novo arranjo sociotécnico, portador, inclusive, de novas configurações institucionais, é produto, entre outras coisas, do amplo processo de penetração das Tecnologias de Informação e Comunicação (as TICs), nos ambientes de negociação - algo que remonta à década de 1970 e 1980, mas que avança com especial intensidade a partir dos anos 2000, quando se acelera a chamada digitalização ou “eletro-nificação” dos mercados.

O arranjo entre tecnologias e finanças

Naturalmente, esse novo sistema de funcionamento dos mercados globais não passa a existir apenas ou centralmente por conta da penetração do avanço tecnológico, mas, sim, valendo-se de tais desenvolvimentos em um cenário de reestruturação das economias em geral, e da ampla desregulamentação e liberação dos mercados, em particular. Se é verdade que o novo arranjo não se dá unicamente por conta da penetração de tais tecnologias nos mercados, é igualmente correto dizer que o sistema financeiro tal qual conhecemos hoje simplesmente não poderia funcionar sem o auxílio destes mecanismos, sistemas e artefatos. O que a conceituação da finança digitalizada busca destacar, então, é uma afinidade mútua entre o processo de desenvolvimento das TICs, de um lado, o que tem sido chamado também de revolução informacional, e o processo mais amplo de financeirização da economia mundial.

Finança digitalizada

Nesse sentido, e tentando ser ainda mais preciso conceitualmente, defino a finança digitalizada como o complexo técnico-operacional de gestão da circulação, acumulação e valorização do capital financeiro por meio de recursos tecnológicos automatizados de ponta. Recursos esses que atuam centralmente - e isso é especialmente importante - na aceleração do tempo e na compressão do espaço para exploração de ganhos financeiros em operações de especulação e arbitragem de papéis, moedas e demais ativos.

Buscando explicar as principais tendências de funcionamento desta finança digitalizada diante do aprofundamento e consolidação do processo de financeirização das economias, defendo que o desenvolvimento das TICs nos mercados opera fundamentalmente em três dimensões que, juntas, conformam o que passei a chamar de **ciclo de operação da finança digitalizada**. Trata-se de um processo em que: i) o encurtamento dos fluxos espaço-tempo, ao pressionar o aumento do número e do volume de operações e negócios, acaba ensejando ii) dificuldades adicionais nos âmbitos técnicos e políticos para a fiscalização e regulação desses mercados e seus agentes; situação essa que reforça, por fim, iii) a concentração e centralização de capitais nos mercados - num ciclo que tende a se retroalimentar continuamente.

IHU On-Line - Como o Brasil tem atuado nesse processo de “finança digitalizada”?

Edemilson Paraná - O Brasil foi personagem da história da financeirização do capitalismo desde seu início. Primeiro, na crise das dívidas latino-americanas - que ocorre logo depois da demanda por crédito que acabaria produzindo uma das primeiras bolhas globais de ativos financeiros do novo capitalismo financeirizado. A partir da década de 1990, depois de seguir à risca todo um conjunto de reformas liberalizantes, o país se transforma, como chama a professora Leda Paulani, numa espécie de “plataforma de valorização financeira”, ou seja, num mercado emergente em que o investimento internacional pode obter elevados ganhos de curto prazo em moeda forte. A partir dos anos 2000, o fortalecimento acentuado da moeda (produto também de especulação cambial) e a sustentação de uma enorme taxa de juros consolidam uma inserção internacional da economia brasileira em que os grandes vencedores são basicamente os setores rentistas. Assim, a lógica financeira acaba prevalecendo no processo de acumulação de nossa economia como um todo. Para termos uma ideia do que isso significa, a relação entre o estoque de ativos financeiros e o estoque de ativos produtivos, por exemplo, passa de 15% em 1992 para cerca de 75% em 2008.

Mercado de capitais

No que se refere especificamente ao mercado de capitais, onde me detive na pesquisa que resultou no livro, é bastante interessante observar essa mudança. Nosso modelo de negociação passa a se configurar basicamente em consonância com os parâmetros internacionais, de modo a atender as exigências de conectividade e rapidez desse novo capital especulativo que chega com mais peso a partir da década de 1990.

Conforme demonstro no livro, e recorrendo a inúmeros dados, a lógica geral da finança digitalizada - da qual falei há pouco - pode ser observada sem grandes ressalvas também aqui no Brasil, ain-

da que em intensidade reduzida e respeitando as nada desprezíveis particularidades próprias ao mercado brasileiro. A eletrônica e a automatização crescentes do nosso mercado de capitais são nitidamente acompanhadas por aceleração de processos, aumento substancial no número e velocidade de negócios realizados, concentração em diferentes níveis (investidores, empresas listadas em bolsa, corretores), aumento da proeminência de investidores e corretores estrangeiros e diminuição da participação de pequenos investidores no mercado, desemprego entre os operadores, entre outras mudanças.

Para ficarmos apenas com um exemplo, atualmente mais de 40% de todas as operações de compra e venda de papéis na bolsa brasileira são realizadas por mecanismos automatizados de negociação, também chamados “robôs” investidores.

IHU On-Line - Como as perspectivas da financeirização e da finança digital atualizam o desenvolvimento do capitalismo e de que maneira essas novas perspectivas se diferenciam do capitalismo da Revolução Industrial do século XVIII?

Edemilson Paraná - Esse é um assunto que enseja um longo debate. De várias maneiras nos deparamos com realidades distintas das observadas no século XVIII e XIX, quando podemos dizer que as primeiras sociedades por ações, bolsas e mercados de capitais ainda engatinhavam tendo em vista o que são hoje. O mesmo podemos dizer das novas formas e expressões que assume o desenvolvimento tecnológico. Penso que a investigação e definição do que chamo de finança digitalizada é um exemplo importante de algumas dessas diferenças.

Ela é, como eu disse, uma forma bastante nova de gerir tecnicamente a operação dos mercados financeiros. Uma forma que aposta crescentemente em operações automatizadas, com baixa latência, conectividade de alta intensidade e computação de alta performan-

ce. Trata-se de algo que colocou na casa dos mili e até nanossegundos os movimentos de arbitragem e de especulação executados por “robôs” - softwares que atuam por meio de padrões e modelos matemáticos sofisticados. Assim, esse novo modelo abandona, cada vez mais, avaliações qualitativas relativas à “saúde” das empresas, do ambiente de mercado e da economia como um todo, para combinar ordens de compra e venda utilizando basicamente duas variáveis: tempo e preço. Se essa é uma realidade crescente, conforme se aprofunda o quadro de dominância financeira na economia mundial, o uso intensivo de tecnologia torna ainda mais imperativa essa lógica, sobretudo para os grandes investidores.

A natureza financeirizada do capitalismo

Esse é um cenário que inaugura todo um conjunto de novos acontecimentos, riscos e problemas, muitos dos quais, inclusive, ainda não conhecemos. Mais amplamente, a própria natureza financeirizada do capitalismo e, no interior desta, a importância do dinheiro e das distintas formas que o capital assume, trazem novidades sobre as quais muitos pesquisadores e pesquisadoras competentes têm se debruçado ultimamente.

Mas se é verdade que há novos aspectos e realidades a serem devidamente entendidas e explicadas, é igualmente correto dizer que isso também fez aprofundar muitas das tendências do desenvolvimento do capitalismo observadas e compreendidas já no século XIX e XX. Autores como Karl Marx¹, por

¹ **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, que tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**. (Nota da **IHU On-Line**)

exemplo, já apontavam as tendências de destruição das barreiras espaciais opostas ao intercâmbio, de expansão do capital por todo o planeta e, no bojo desse movimento, de “anulação do espaço por meio do tempo”. Com isso, ele queria dizer que é da natureza do capitalismo reduzir a um mínimo o tempo tomado de um lugar ao outro, algo que tende a se aprofundar tanto quanto mais desenvolvido o capital estiver. De alguma forma, talvez seja possível dizer que estamos nos deparando com uma nova e radicalizada versão desse prospecto.

IHU On-Line - Como as tecnologias da informação e comunicação têm apoiado o surgimento de novas formas de espoliação das pessoas? De que forma elas também contribuem para o aprofundamento e fortalecimento do processo de financeirização da economia mundial?

Edemilson Paraná - Para além do que já mencionei, cabe adicionar, mais especificamente, que ao encurtar o tempo como forma de ampliar o número e o volume de operações nos mercados, ampliando seus ganhos de curto prazo, o desenvolvimento das TICs aponta para um cenário ainda mais favorável à manutenção e aprisionamento de capitais na esfera financeira, aprofundando sua dimensão rentista e curto-prazista. Esse crescimento reforça a tendência à concentração dos capitais e, desse modo, ao aumento das desigualdades.

A riqueza concentrada na esfera financeira, e gozando de ampla liberdade para os capitais, garantida institucional e tecnicamente, termina, por fim, ampliando as tendências de descolamento entre economia real e fictícia (ou, mais apropriadamente, a dominância desta em relação àquela), num quadro de produção crescente de instabilidade financeira e crise. Naturalmente, a dimensão espoliativa - seja via exploração redobrada do trabalho, seja pelo aprofundamento dos processos de obtenção de novos recursos e produtos naturais, terras, etc. - é que alimenta essa

ciranda de valorização financeira crescente.

IHU On-Line - O senhor chama atenção para o fato de que em 2014 cerca 40% das operações de compra e venda de ações e demais papéis no mercado brasileiro eram realizadas por robôs. Como essas operações são realizadas e que problemas evidencia nesse tipo de prática? Como se dá a programação desse serviço e qual é o perfil das pessoas ou empresas que o utilizam?

Edemilson Paraná - Essas operações são realizadas basicamente por meio de mecanismos de negociação automatizada, que combinam uma robusta estrutura de rede a potentes hardwares e, o mais importante, a softwares altamente sofisticados. Uma vez que tais softwares estão estruturados em modelos matemáticos complexos, convencionou-se chamá-los negociação algorítmica, em inglês *Algorithmic Trading/Trader*, *Algo-Trader* ou simplesmente *ATs*. Alguns desses *AlgoTraders*, no entanto, realizam seus movimentos e estratégias de negociação em altíssima velocidade, na casa dos milissegundos. Esses são chamados *High Frequency Trading/Trader* ou *HFTs*, em português: negociação em alta frequência ou de alta velocidade. A programação desses serviços exige, além de uma boa estrutura de acesso, hardwares potentes e softwares complexos. Geralmente são produtos e soluções tecnológicas de nicho, customizadas diretamente com base nas necessidades dos investidores, que, em grande parte dos casos, são grandes fundos, empresas, bancos e instituições financeiras que transacionam enormes volumes diários. A maior parte desses investidores paga caro, inclusive, para ter acesso a dados de mercados restritos e para conectar seus computadores diretamente aos servidores das bolsas.

Muitos dos programadores desses “robôs” de negociação são físicos, astrofísicos e matemáticos, profissionais com familiaridade e capacidade para lidar com modelos

matemáticos complexos. Na bolsa de valores brasileira, 40% do total de compras e vendas de papéis ocorrem por meio desses mecanismos, mas no mercado estadunidense já passa de 70% do total. De qualquer forma, para além disso, quase tudo o que ocorre hoje em um mercado de capitais ou bolsa de valores se dá de forma automatizada. Aquela imagem clássica, e consagrada no jornalismo e no cinema, de operadores gritando e acenando uns com os outros simplesmente não existe mais.

IHU On-Line - Em que medida se pode comparar as operações de compra e venda das ações e dos demais papéis no mercado realizadas por robôs, mecanismos de negociação automática, com o velho princípio das máquinas caça-níqueis?

Edemilson Paraná - Talvez seja, de fato, uma comparação oportuna do ponto de vista econômico, mesmo que não muito precisa do ponto de vista técnico. Isso pode variar em cada caso. É que ainda que alguns dos mais rudimentares entre esses *bots* operem exatamente nesta chave, eu diria que, em geral, eles são mais sofisticados que os caça-níqueis convencionais. Isso porque são mecanismos que operam em um ambiente complexo e relativamente imprevisível e, portanto, precisam de ação rápida e flexível, com alta capacidade de processamento de novas informações e, se possível, alguma predição dos movimentos de seus concorrentes, bem como do mercado como um todo. Alguns desses mecanismos, por exemplo, valem-se de aprendizado e inteligência de máquina, *Big Data*, e estratégias que contam com operações em altíssima velocidade. Trata-se, então, de um jogo mais complexo. Talvez possamos pensar alternativamente em algo como um híbrido entre uma máquina caça-níquel e um xadrez *high tech*.

IHU On-Line - Quais as consequências políticas e sociais para uma civilidade que se alicerça nos princípios de financeirização

e na velocidade das tecnologias da informação e comunicação?

Edemilson Paraná - As consequências, algumas das quais já mencionei, são muitas. O aumento substancial dos ganhos na esfera financeira não pode ser lido isoladamente, como um dado meramente contábil. Inter-relacionados com o funcionamento dos mercados financeiros estão, além da produção industrial e agropecuária, as dívidas soberanas dos países, sistemas de pensões e aposentadorias, investimentos pessoais e até o suprimento de alimentos na economia mundial.

Um estudo da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD, publicado em 2012, demonstra, por exemplo, que o grande envolvimento de investidores em inversões crescentes em *commodities*, negociadas como ativos financeiros, tem alterado o funcionamento do mercado de alimentos global. Ainda de acordo com o trabalho, o avanço na utilização de mecanismos de negociação automatizada de alta frequência nesse setor desenha um novo passo na financeirização do mercado de alimentos e produtos primários, afetando, especialmente, os países mais pobres, que acabam tendo sua segurança alimentar condicionada à volatilidade dos movimentos de preços nos mercados da finança digitalizada. Os exemplos são muitos.

Tudo somado, a função “teórica” conferida aos mercados financeiros como alocadores de necessidades econômicas, ao possibilitarem o encontro de compradores e vendedores, tomadores e emprestadores de recursos para viabilizar negócios e a produção econômica como um todo - aquela que gera consumo, renda e emprego, e assim, ganhos sociais - perde cada vez mais relevância em detrimento de uma lógica crescentemente especulativa, que drena e concentra os excedentes da produção social na esfera financeira. Excedentes estes que passam a ser retroexplorados, como eu disse, por meio

de arbitragem na escala de milissegundos, viabilizada por avanços tecnológicos de ponta. Quando falamos de financeirização, em geral, e da finança digitalizada, em particular, é preciso entendermos que estamos falando da vida das pessoas, de como reproduzem materialmente os aspectos mais básicos e urgentes de suas existências.

IHU On-Line - Quais as implicações éticas que vislumbra nesse modelo de "finança digitalizada"? Quais são as implicações reais que esse tipo de prática gera, especialmente quando se trata das desigualdades sociais?

Edemilson Paraná - Para além dos muitos outros desdobramentos que citei anteriormente - das dificuldades adicionais para a regulação e regulamentação, do aumento da complexidade operacional e do risco sistêmico, da concentração em praticamente todos os níveis -, está relacionado a esse processo, ainda, além de outras distorções, o crescente poder político dos operadores financeiros em definir os rumos sociais e políticos de nossas sociedades. Trago no livro, em caráter de ilustração, alguns dados sobre a enorme dimensão do lobby e doações de campanha dos chamados fundos *quant* e grandes operadores da finança digitalizada na política americana. Isso acontece também no Brasil, especialmente por meio dos grandes bancos, que têm um peso enorme em nossa política.

É intrigante observar como, na medida em que busca ganhos especulativos instantâneos, a finança praticamente expressa seu apoio ou rejeição a cada iniciativa política em tempo real. Percebemos isso, por exemplo, diante das subidas e descidas do mercado durante as etapas do processo de *impeachment*. Assim, e atuando abertamente como um agente político, ela acaba determinando, também, os limites do bem-estar social a cada momento - o que pode ou não pode ser realizado no quadro de nossa democracia limitada. Para citar o professor Alfredo Saad, é como se não pudesse existir ativi-

dade social e política, hoje, à parte das finanças e de seu impacto, ou ignorando a reconfiguração das estruturas econômicas e ideológicas dominadas pelo setor financeiro globalizado.

IHU On-Line - Como superar uma ideia de sociabilidade que não funcione a partir do paradigma do cálculo (mais e menos)?

Edemilson Paraná - Bem ou mal, essa é uma questão sobre a qual a tradição crítica no pensamento social tem, direta ou indiretamente, se debruçado há pelo menos um século. Avançamos muito na elaboração dessa crítica, certamente, mas há ainda um longo caminho pela frente, não só porque a realidade é um processo em contínuo movimento e mudança, mas porque temos, adicionalmente, a árdua e contraditória tarefa de operacionalizar essa crítica em termos de uma política transformadora crível, realizável e que seja capaz de mobilizar de fato, e cotidianamente, as pessoas em torno de novos horizontes e formas de sociabilidade.

É verdade que novas práticas políticas, novas formas de agir, se relacionar e simbolizar o mundo, bem como inovações sociais e comportamentais devem ser vistas como pontes para a realização desse ideal. Mas o transcorrer das últimas quatro décadas - período que, de algum modo, a discussão do livro cobre - nos demonstra que não podemos abrir mão da dimensão sistêmica, estrutural e macrosocial de análise e crítica. Nessa chave, a ação contra-hegemônica e a busca por esferas mais amplas de interconexão radical de toda essa multiplicidade e pluralidade de lutas tornam-se fundamentais. A finança digitalizada é um processo sistêmico e global. Perder de vista a necessidade de superar o capitalismo como modo de produção, organização e gestão da vida social significa, de certa forma, consciente ou inconscientemente, capitular a um certo imediatismo ansioso, angustiante e fragmentário, que tem apresentado baixíssima capacidade e efetividade transformadora.

Impasses no e diante do capitalismo

Nesse intento, nos deparamos, então, com pelo menos dois grandes impasses que precisam ser equacionados e coordenados de algum modo. O primeiro significa pensar o que fazer *no* capitalismo, ou seja, quais as margens para a transformação política e social necessárias e imediatamente visíveis no interior do atual sistema social. Sabemos que há uma agenda de importantes tarefas nesse particular: distribuir a riqueza social, garantir uma condição digna de vida para todos - com acesso universal à saúde, educação, transporte, lazer, seguridade social, e direitos que impeçam uma exploração desmedida do trabalho -, integrar no gozo desses mesmos direitos as minorias políticas e sociais que estão historicamente à margem, combatendo as inúmeras formas de opressão existentes, adotar medidas de sustentabilidade e preservação ambiental, e, naturalmente, empurrar as margens de alcance de nosso falho e limitado arranjo democrático, aumentando a participação direta, a transparência, a liberdade social e o poder de decisão coletiva.

Mas para além dessa agenda de lutas, há ainda um segundo - e quizá mais importante - impasse: que é o que fazer face ou *diante do* capitalismo. Isso porque a história nos prova que, mesmo regulado e relativamente organizado para o atendimento eventual de algumas necessidades sociais, o capitalismo não pode deixar de ser um sistema inerentemente explorador e, por isso, instável, produtor de crises e catástrofes. Dado que não podemos alcançar a garantia, permanência e plenitude dos avanços sociais e políticos mencionados senão a partir de uma forma distinta de organização global da sociedade, é preciso nos mobilizarmos de modo a superar o atual estado de coisas naquilo que ele tem de mais fundamental. E, diante da grave crise ambiental, econômica, e civilizacional, em suma, com a qual

nos deparamos atualmente, esse é um imperativo que se torna cada vez mais urgente. Lutar, ao mesmo tempo e coordenadamente, **no** e, sobretudo, **contra** o capitalismo é, então o desafio histórico a que somos chamados.

IHU On-Line - Como está compreendendo a realidade brasileira hoje nesse contexto de exploração do capital especulativo? Essa lógica tem ameaçado as políticas públicas e sociais e a política em si de algum modo?

Edemilson Paraná - Certamente, o cenário que descrevo no livro está, por várias razões, vinculado à crise econômica e política que vivemos atualmente no Brasil. O desmonte das tímidas políticas públicas que, graças a um longo processo de lutas sociais, surgiram nos últimos anos, o ataque aberto aos direitos trabalhistas e previdenciários e a sanha privatista dirigida às empresas públicas e aos aparelhos públicos de saúde e educação estão diretamente relacionados à agenda de manutenção, fortalecimento e ampliação da dimensão rentista e curto-prazista do financismo brasileiro. Sabemos que toda vez que isso acontece, os senhores da finança se ouriçam. Isso porque, enquanto fazem padecer as maiorias sociais, momentos de crise significam para eles também grandes oportunidades de ganhos. Então, uma vez que apenas um dos lados está sendo chamado aos sacrifícios de sempre, essa é uma agenda de retrocessos contra a qual a cidadania ativa deve se mobilizar com veemência.

Para citar apenas de passagem um dado, é sabido que temos uma dívida pública jamais auditada, cujo serviço anual consome mais da metade do orçamento da União - dívida essa, aliás, que é remunerada à mais alta taxa de juros do planeta, para deleite de poucas famílias proprietárias. É o orçamento público, os impostos e, dessa maneira, o produto de nosso trabalho que estão, assim, em disputa. A dimensão espoliativa do capital especulativo brasileiro se torna ainda mais sonora quando,

em um cenário de recessão geral, os bancos que operam no país acumulam lucros recordes. Some-se a isso a injusta e regressiva estrutura tributária, a concentração de renda e outras desigualdades sociais históricas que sustentam o atual estado de coisas, e está dado assim o quadro desfavorável em que teremos de desenvolver a luta política e social no Brasil nos próximos anos. Os desafios são enormes.

IHU On-Line - Vislumbra linhas de fuga para a finança digitalizada?

Edemilson Paraná - Como disse, a finança digitalizada é, na verdade, parte de um cenário mais amplo vinculado às transformações estruturais observadas no capitalismo nas últimas décadas, nomeadamente a tendência da acumulação capitalista contemporaneamente se dar sob a dominância da valorização financeira. Encarar a finança digitalizada como problema é, portanto, encarar o capitalismo contemporâneo como problema. Para tanto, há um grande conjunto de tarefas e lutas possíveis de serem empreendidas objetivando transformações. Há muitas dúvidas sobre para onde caminha o capitalismo mundial na atual conjuntura e, junto destas, como devemos empreender lutas políticas e sociais em busca de sua necessária superação. Em todos os casos, penso que um diagnóstico o mais preciso possível da realidade concreta é um dos primeiros passos que devemos dar. É, de certo modo, uma contribuição adicional a esse esforço de leitura da realidade social, em um aspecto restrito dela, a que tenho me dedicado neste e em outros trabalhos que espero produzir.

IHU On-Line - De que forma analisa o papel da mídia no atual momento político e econômico brasileiro?

Edemilson Paraná - É patente o fato de que a imprensa, em geral, opera a serviço da lógica que descrevo, inclusive reforçando e apoiando, em muitos casos, as medidas de desmonte dos direitos

políticos e sociais que mencionei. Sua agenda quanto aos direitos previdenciários e trabalhistas é especialmente elucidativa nesse particular, mas poderíamos falar ainda de outros aspectos problemáticos, como a cobertura de ações de movimentos sociais e da política em geral, bem como das relações internacionais, da economia e da política econômica, em especial.

No entanto, gostaria de ressaltar um aspecto no que se detém à sua relação com finança digitalizada. É digno de nota o fato de que a colonização do mundo social pela dominância financeira atinge também, claro, a produção de conhecimento e informação. É o caso das grandes agências de notícias nacionais e internacionais, que se voltam cada vez mais para atender às necessidades de produção de informações em volumes e velocidades altíssimas para consumo dos mercados, financeirizando, dessa forma, até mesmo suas coberturas jornalísticas. A jornalista e pesquisadora Paula Puliti escreveu um livro interessante sobre o assunto - O Juro da Notícia (Ed. Insular, 2013), mostrando como o jornalismo econômico é pautado pelo capital financeiro.

Para se ter uma dimensão do que isso significa, um dado que obtive em campo apontou que em 2014, dos 150 jornalistas que trabalhavam em uma grande agência de notícias no Brasil, 120 estavam dedicados apenas à produção de informações em tempo real para o mercado de capitais. A razão de tal fato não poderia ser outra: um de seus representantes nos relatou que o segmento de informações em tempo real para investidores é altamente lucrativo, com margem de retorno acima dos 30% de ganho, e já é responsável, inclusive, por quatro quintos de todo o faturamento da agência. Dado que a imprensa porta a contradição de ser, ao mesmo tempo, instituição pública e empresa privada, e que, portanto, visa primariamente ao lucro, penso que dados dessa natureza servem para demonstrar meu argumento. ■

“A financeirização é a própria crise permanente que se torna forma de governo”

Gigi Roggero observa como a lógica da financeirização é capaz de capturar a moral como uma mercadoria extremamente valorizada

Por João Vitor Santos | Tradução de Moisés Sbardelotto

A consciência é como um algoz. Por vezes, ela funciona como martelo que fere até que somos forçados a rever nossos conceitos. Até aí, nada de problema. A questão toda está quando lidamos com essa consciência desde uma perspectiva financeirista. Pensando a partir do capitalismo, é como se servíssemos a esse senhor, mas nos sentíssemos menos pior por usar produtos que se dizem gerados dentro de certos critérios éticos. Mas que critérios são esses? E que ética é essa atravessada pelo capitalismo financeirizado? “O capitalismo não pode ser posto em discussão pela moral, mas apenas pela organização de uma força coletiva antagônica e potencialmente autônoma de capital”, afirma Gigi Roggero, pesquisador no Departamento de Política, Instituições e História na Universidade de Bolonha.

Roggero acredita que a moral discutida por uma perspectiva do capital leva somente a um resultado: a moral enquanto mercadoria. “A moral é uma mercadoria que, nas últimas décadas, se tornou uma preciosa fonte de valorização, também nos mercados financeiros”, analisa. O pesquisador lembra como o termo “humanitário” passa a ser tido como uma espécie de valor agregado, aplicável a todo tipo de produto vendável, de sapatos a armamentos. “Quantos capitalistas e fundações patronais competem para serem vistos na linha de frente em obras de

solidariedade”, completa. Para Roggero, nesse processo de apreensão, até a moral se torna funcional aos processos de individualização neoliberal. “Se existe a hipereexploração das crianças ou a devastação do ambiente, isso não depende de um sistema baseado na exploração, mas de você, que não adquire os itens de vestuário éticos ou não faz a coleta seletiva. A moral é plenamente interna ao mercado, em nada alternativa a ele”, analisa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Roggero ainda analisa o peso do capital nesse estado de crises e a dificuldade de se compreender tais crises. É o caso das próprias universidades que, assim como as esquerdas, não conseguem ler o atual momento. “A universidade, no seu conjunto, está em crise, como espaço de produção de conhecimento”, aponta.

Gigi Roggero é formado em História Contemporânea pela Università degli Studi di Torino e pesquisador pós-doutorado no Departamento de Política, Instituições e História na Universidade de Bolonha, na Itália. É membro do conselho editorial da WorkingUSA, e dos coletivos Edu-fábrica, UniNômade e de Il Manifesto. É coautor de *Futuro Anteriore. Dai “Quaderni Rossi” ai movimenti globali: ricchezza e limiti dell’operismo italiano* (Roma: Derive-Approdi, 2002).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como compreende o conceito da financeirização e qual sua incidência nas transformações produtivas e do trabalho?

Gigi Roggero - A financeirização é a resposta capitalista para a crise dos processos de acumulação, determinada em escala mundial

pelos lutas operárias e proletárias dos anos 1960 e 1970. Onde as lutas punham em discussão o comando sobre a força de trabalho den-



A moral é uma mercadoria que, nas últimas décadas, se tornou uma preciosa fonte de valorização

tro do ciclo produtivo da fábrica, o capital intensifica o processo de subsunção da sociedade inteira. A financeirização indica a potencial valorização para o capital de qualquer atividade humana.

Não se pode hoje esgotar o seu significado de acordo com a clássica definição do ciclo econômico, para a qual a financeirização chega em uma fase de pico e como prelúdio à crise. A financeirização tende agora, de fato, a impregnar o ciclo inteiro, pondo em discussão uma rígida divisão entre economia real e economia financeira. Tanto é que, mais do que um prelúdio à crise, a financeirização é a própria crise. Ao caráter pervasivo da financeirização corresponde o caráter permanente da crise.

IHU On-Line - De que maneira a perspectiva econômica se transforma em uma perspectiva moral, impactando nas relações políticas e sociais? Como romper com essa lógica, pensando numa sociedade livre das amarras do paradigma do cálculo?

Gigi Roggero - O capitalismo é uma relação social, baseada, portanto, na força entre duas macropartes antagônicas. Como tal, ele não tem nada a ver com a moral. Ao mesmo tempo, o capitalismo não pode ser posto em discussão pela moral, mas apenas pela organização de uma força coletiva antagônica e potencialmente autônoma de capital.

Digo mais: a moral é uma mercadoria que, nas últimas décadas, se tornou uma preciosa fonte de valorização, também nos mercados financeiros. Pense-se em como o termo "humanitário" é útil para vender de tudo, de sapatos à guer-

ra. Ou em quantos capitalistas e fundações patronais competem para serem vistos na linha de frente em obras de solidariedade. E a moral se torna também uma armadilha, funcional aos processos de individualização neoliberal: se existe a hiperexploração das crianças ou a devastação do ambiente, isso não depende de um sistema baseado na exploração, mas de você, que não adquire os itens de vestuário éticos ou não faz a coleta seletiva. A moral é plenamente interna ao mercado, em nada alternativa a ele.

IHU On-Line - Em que medida as inúmeras crises internacionais, de perspectiva econômica, revelam um estado de crise maior, que podemos chamar de crise do sistema ou crise sistêmica?

Gigi Roggero - Christian Marazzi¹ defende que a financeirização é a tentativa capitalista de se autonomizar do trabalho vivo. Tentativa impossível, tanto que - afirma o próprio Marazzi - a crise representa uma espécie de nêtese para o capital, uma espécie de vingança póstuma da classe operária. Desde

¹ **Christian Marazzi**: professor e diretor de investigação socioeconômica na Universidade della Svizzera Italiana. Também foi professor na Universidade Estadual de Nova York, na Universidade de Pádua, em Lausanne e Genebra. Entre suas obras, citamos *Autonomia* (Cambridge: MIT Press, 2007), *Capital and language* (Cambridge: MIT Press, 2008), em parceria com Michael Hardt e Gregory Conti, e *O lugar das meias. A virada linguística da economia e seus efeitos na política* (São Paulo: Civilização Brasileira, 2009). Confira também as entrevistas *Biocapitalismo. A vida no centro do crescimento econômico*, publicada na edição 301 da **IHU On-Line**, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/19eTuoC>; e *A sociedade: uma grande fábrica de produção de valor*, publicada na edição 327, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/1FuQhHg>. (Nota da **IHU On-Line**)

sempre, como Marx² nos ensinou, o capital contém em si a crise, desenvolve-se através dela, utilizando-a para iniciar novos ciclos de acumulação.

Hoje, porém, a crise permanente é diretamente uma forma de governo. Não só não é um prelúdio para um colapso objetivo, como diversos marxistas tinham se iludido no século passado, equivocando-se sobre Marx; mas a crise também se torna um instrumento de comando político sistêmico. Pense-se nas expectativas das pessoas: o capital usa a crise para rebaixá-las e, assim, para elevar os níveis de aceitação.

IHU On-Line - Qual o papel das universidades na compreensão de estado de crises, de crise sistêmica? Como avalia a forma como o tema vem sendo tratado em espaços de produção de saber?

Gigi Roggero - Em 2009, a rainha da Inglaterra questionou alguns renomados discentes de economia das *global universities* porque os economistas não tinham sabido prever a crise global. Estes - para se justificarem - responderam que não só os economistas não tinham sabido prevê-la, mas também que a economia como disciplina é inteiramente cúmplice da própria crise. O ponto é que a universidade, no seu conjunto, está em crise, como

² **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição nº 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, que tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra de Marx *O Capital*, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**)

espaço de produção de conhecimento, e está em crise a forma tradicional de divisão dos saberes, as disciplinas, assim como a inter e a multidisciplinaridade que representam uma tentativa de desenvolvimento delas.

Cada vez menos as universidades são capazes de explicar o que acontece ou o que pode acontecer. Aqui, abre-se um campo de possibilidades, isto é, a organização autônoma da produção de saberes e da formação. Mas atenção: a autonomia, em sentido forte, só pode nascer da luta e da ruptura com as instituições existentes, caso contrário, é capturada dentro dos processos de inovação capitalista.

IHU On-Line - Como a Europa tem refletido e assimilado esse estado de crises? Em que medida tem rompido com o paradigma econômico para compreender as crises financeiras? O que o episódio do Brexit³ revela acerca do momento econômico e político do mundo de hoje atravessado pelas perspectivas da financeirização?

Gigi Roggero - Não existe Europa fora do capitalismo financeiro e da sua crise. Há muito tempo, existe uma ideologia europeísta de que a esquerda está impregnada e que permeia também várias partes das camadas políticas do movimento (aqui, entende-se por movimento as organizações antagônicas independentes da esquerda e das instituições). Entre os intelectuais, além disso, inclusive boa parte dos militantes, a ideologia europeísta se torna uma forma de preservação daquela cultura da qual depende a sua posição acadêmica e social.

³ **Brexit**: a saída do Reino Unido da União Europeia (UE) é apelidada de Brexit, palavra-valise originada na língua inglesa resultante da fusão das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). A saída da Grã-Bretanha da UE tem sido um objetivo político perseguido por vários indivíduos, grupos de interesse e partidos políticos, desde 1973, quando o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia (CEE), a precursora da UE. Confira o artigo *A vitória do Brexit: interpretando cenários complexos e incertos*, de autoria de Bruno Lima Rocha e Diego Pautasso, publicado na edição 488 da **IHU On-Line**, de 04-07-2016, disponível em <http://bit.ly/2ahTxPa>. (Nota da **IHU On-Line**)

Hoje, nestas latitudes, uma luta contra o capitalismo financeiro e o governo da crise só pode ser uma luta contra a Europa real, que é a única existente. Dizer isso não significa um retorno aos Estados-nação, como gostariam os reacionários e como defendem de má-fé os ideólogos do europeísmo abstrato, assim como no passado a luta revolucionária contra o Estado-nação certamente não significava um retorno às instituições feudais.

Brexit

O Brexit indica claramente que, em nível popular, há uma rejeição da Europa como rejeição do governo da crise. O voto pelo *leave*, de fato, foi principalmente um voto proletário e dos sujeitos mais atingidos pela crise. Essa rejeição, sem dúvida, assume formas ambíguas e contraditórias, isto é, pode tomar direções extremamente diferentes ou, melhor, contrapostas. Mas, especialmente em tempos de crise, quando se reduzem os espaços da mediação e aumentam os processos de polarização, as dinâmicas de luta são cada vez mais permeadas pela ambiguidade.

Quem quer transformar o estado atual das coisas deve ser capaz de ficar dentro dessa ambiguidade, para fazer dela um espaço coletivo de conflito e de ruptura. Essa ambiguidade, hoje, produz desestabilização. Quem se alinha com a Europa está hoje - queira ou não - do lado daqueles que visam à conservação das atuais relações de dominação e poder. Ambíguos são os fenômenos sociais, não existe um lado de fora dessa ambiguidade, senão a ideologia estéril e subalterna; o que não deve ser ambíguo é a direção política em que nós vamos.

IHU On-Line - Falando em crise da esquerda no mundo, em que medida podemos afirmar que essa crise também tem origem no atravessamento da lógica da financeirização frente aos princípios mais socialistas? Alguns países, essencialmente na América Latina, pa-

recem estar vivendo uma baixa de governos ditos progressistas e uma retomada de poder por uma direita. Como compreende esse fenômeno?

Gigi Roggero - O ponto é que a dialética direita-esquerda se esgotou. Algum tempo atrás, um medíocre político italiano disse que o confronto não se dá mais entre direita e esquerda, mas entre aqueles que ele definiu como "sistemistas" e "populistas". Essa afirmação certamente não indica a clarividência das camadas políticas, mas o seu medo, que as leva, às vezes, a uma maior clareza ao identificar aquilo de que elas têm terror.

O termo populismo já não quer significar mais nada, perdeu toda relação com a sua dimensão histórica. Indica simplesmente, aos olhos de quem tem nas mãos as rédeas do poder, todos aqueles que, de algum modo, se opõem ao sistema existente. Em nível político, há aqueles que fazem isso em sentido reacionário e aqueles que fazem isso em sentido revolucionário. Aqueles que fazem isso para substituir os governantes atuais e aqueles que fazem isso para destruir as instituições existentes, enquanto, em nível social, há a profunda ambiguidade aberta em todas as direções de que falávamos antes.

Hoje, dentro da estratificada composição social que sofre os custos da crise, dizer esquerda significa dizer conservação de um existente que dá nojo. Na Itália, o nosso inimigo número um é o Partido Democrático, herdeiro do Partido Comunista Italiano. A parábola de muitos governos latino-americanos também pode ser lida, talvez, deste modo: eles não têm a capacidade e a coragem de serem outra coisa senão governos de esquerda.

Fim e oportunidade

O fim da esquerda, para nós, é uma oportunidade, porque os revolucionários nunca foram de esquerda. A esquerda constitui histórica-

mente uma forma de domesticação e recuperação burguesa da revolução. Aqueles que mais devem se preocupar com esse fim são os “sistemistas”, certamente não nós. Se poderá dizer: porém, a direita reacionária existe e, na crise, pode se alimentar. É claro, mas o contrário da direita reacionária não é a esquerda, mas a revolução.

IHU On-Line - Quais são as oportunidades e os riscos oferecidos a partir desse estado de crise financeira? Que outras lutas sociais emergem e como velhas batalhas se atualizam?

Gigi Roggero - A crise é sempre uma possibilidade. O problema é que o capital está utilizando essa possibilidade como reforço das suas formas de comando, enquanto as lutas custam a construir processos de recomposição. Entre 2011 e 2013, do norte da África ao Brasil, desenvolveu-se um ciclo de movimentos na crise capaz de prefigurar algumas características importantes das lutas por vir (discutimos muito sobre isso, vejam-se, por exemplo, os materiais que produzimos nos sites da UniNômade⁴ e do Commonware⁵). Eles também representaram a necessidade de construir autonomamente novas

4 O endereço eletrônico da versão em italiano da UniNômade é uninomade.org. O site em português está disponível em uninomade.net. (Nota da **IHU On-Line**)

5 O endereço eletrônico é commonware.org. (Nota da **IHU On-Line**)

expectativas em relação a um sistema que continuamente as fecha ou as valoriza para si mesmo. Restam muitos limites e problemas não resolvidos, o primeiro dos quais é o cerne da ruptura com as instituições existentes e a construção de processos de organização coletiva autônoma.

No entanto, a fase atual também não é desprovida de conflitos, ao contrário, os conflitos são contínuos, só que não assumem as formas que temos em mente. Basta ver o quadro de desestabilização geopolítica ou de desagregação como o Brexit de que falávamos antes, que indicam claramente que a fase atual é uma fase nada pacificada. Ou pensemos na guerra permanente, intimamente ligada à crise permanente. Essa forma de guerra tem características parcialmente novas e se expressa de vários modos, de baixa ou alta intensidade, da guerra social à guerra guerreada, passando pelas múltiplas guerras comerciais e financeiras. O maior problema que temos não são todas as pessoas que morreram na guerra, mas o fato de que hoje não temos formas de contraposição adequadas, ou seja, não conseguimos transformá-la em uma oportunidade revolucionária.

Pacifismo equivocado

Uma coisa é certa: as formas do passado recente, as do movimento

*no global*⁶ e *no war*, são inúteis. Era um pacifismo (ingênuo como todos os pacifismos) expressado, acima de tudo, por uma classe média ainda não atingida por processos violentos de crise, desclassificação e empobrecimento. Esse pacifismo é inteiramente monopolizado pela Igreja Católica, que tem o poder e os meios para poder fazer dele um recurso útil para a sua política, sobretudo com o Papa Francisco e na competição com outras estruturas religiosas.

Do ponto de vista das lutas, devemos transformar a guerra em contraposição aos governantes e às instituições, que, por um lado, nos empobrecem e, por outro, nos arrastam para as suas guerras de negócios. Particularmente nas fases de crise, a dimensão ideal tem bem pouco espaço: é apenas a partir da materialidade das condições de vida e das suas ambivalências e ambiguidades que podemos construir processos de conflito e de ruptura com o governo da crise e da exploração. ■

6 **Movimento no-global** ou movimento anti-globalizzazione: são expressões nascidas na imprensa italiana para indicar um conjunto de grupos internacionais, organizações não governamentais, associações e indivíduos que partilham a crítica do sistema econômico neoliberal. Fato esse que apareceu pela primeira vez por volta de 1999, por ocasião da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – OMC em Seattle, Estados Unidos. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *Por que não defender o default e o uso multitudinário do default?* Entrevista com Gigi Roggero, publicada na revista **IHU On-Line** nº 372, de 05-9-2011, disponível em <http://bit.ly/2bCkqt2>.
- *Capitalismo cognitivo. A financeirização, em crise, é a sua forma econômica real.* Entrevista com Gigi Roggero, publicada na revista **IHU On-Line** nº 301, de 20-7-2009, disponível em <http://bit.ly/2bXjK5x>.
- *“A empresa é global, a chantagem é local”.* O caso Fiat. Entrevista especial com Gigi Roggero, publicada nas **Notícias do Dia** de 15-2-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bGgSWE>.
- *Bárbaros de toda a Europa, uni-vos.* Artigo de Gigi Roggero, reproduzido nas **Notícias do Dia** de 04-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2bBFSshr>.

Cercamento da democracia e fim do capitalismo democrático

Ladislau Dowbor analisa como os processos de financeirização encurralam o sistema democrático atual

Por João Vitor Santos

Pela perspectiva do professor da PUC-SP Ladislau Dowbor, é possível concluir que o atual sistema democrático não é mais “puro sangue”. É algo que surge a partir da solidificação do capital dentro desse sistema, uma espécie de “capitalismo democrático”. Não bastando isso, os poucos suspiros de democracia que se tem ainda são sufocados por uma espécie de cercamento. Sem ter para onde crescer ou ir, sucumbir passa a ser a única ação. É como se a lógica das corporações que visam encher os bolsos dos donos através da exploração transbordasse para as esferas políticas. “A conta é simples: elegemos os políticos, mas segundo regras das corporações. Nas corporações mandam pessoas que não são eleitas, mas têm dinheiro”, conclui, ao lembrar do “patrocínio” das corporações a determinadas campanhas eleitorais.

Dowbor analisa como esses tentáculos financeiristas abraçam as instâncias em que há detentores de cargos políticos. Destaca, por exemplo, que a apropriação do sistema judiciário acontece em escala planetária. “Nos EUA, há numerosos estudos em particular ligados à análise dos impactos dos acordos internacionais sendo negociados”, recorda. “A

realidade é que a economia é hoje dominada pelos sistemas financeiros, e estes agem em escala planetária, enquanto os sistemas jurídicos são nacionais. O resultado é que se aplica a justiça que interessa a grandes grupos”, conclui.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ainda demonstra como se dá o ataque das empreiteiras multinacionais brasileiras nesse contexto. “O desajuste entre o espaço de interesses e poder econômicos por um lado, que agem em nível global, e o espaço de regulação jurídica que é nacional torna qualquer controle efetivo precário”, aponta. “O poder político de representação democrática é radicalmente diminuído quando qualquer decisão nacional pode ser travada ou deturpada pelas dinâmicas globais”.

Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e da Universidade Metodista de São Paulo - Umesp. Além disso, é consultor de diversas agências das Nações Unidas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - De que forma os parâmetros oriundos das lógicas dos processos de financeirização atravessam a civilização nos tempos atuais?

Ladislau Dowbor - O elemento básico é que hoje rende mais fazer aplicações financeiras do que investir na produção. Isto é geral no planeta. Se pegarmos os 28 gigantes financeiros mundiais, cada um gere um capital de 1,8 trilhão de dólares em média. Só para lem-

brar, o Brasil, 7ª potência econômica mundial, tem um Produto Interno Bruto - PIB de 1,5 trilhão. O deslocamento de poder é radical. Piketty¹ mostrou como isto paralisa

¹ **Thomas Piketty** (1971): economista francês, concentra seus estudos no acúmulo e desigualdade de renda. É diretor de pesquisas da École des hautes études en sciences sociales (EHESS) e professor da Escola de Economia de Paris. Seu livro best-seller, *O Capital no Século XXI* (São Paulo: Intrínseca, 2014), enfatiza as questões do acúmulo de renda nos últimos 250 anos, e argumenta que o acúmulo de capital cresce mais rápido que

os países mais ricos; Gerald Epstein²

a economia, o que gera desigualdade. A edição 449 da **IHU On-Line**, intitulada *A desigualdade no século XXI. A desconstrução do mito da meritocracia*, inspira-se na obra *O Capital no Século XXI* e foi publicada meses antes de a obra ser publicada traduzida no Brasil. A edição está disponível em <http://bit.ly/2bwwtg8>. O IHU realiza no segundo semestre de 2016 o “Ciclo de Estudos do Livro ‘O Capital no Século XXI – A Estrutura da Desigualdade’”. Mais detalhes em <http://bit.ly/2c3JDyh>. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Gerald Epstein**: bacharel em Ciência Política, é professor de Economia e codiretor do Instituto de Pesquisa de Economia Política da

e Stiglitz³ do Roosevelt Institute⁴ mostram o sistema nos Estados Unidos; os trabalhos que temos feito com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - Dieese, Sindicato dos Bancários e outros, bem como as análises de Amir Khair⁵, mostram como isto se dá no Brasil.

IHU On-Line - Que relações são possíveis estabelecer entre crise civilizatória e crise econômica?

Ladislau Dowbor - Para se ter uma referência, o PIB mundial em 2012 é da ordem de 75 trilhões de dólares. Os 28 grandes bancos manejam no conjunto cerca de 50 trilhões de dólares, e criaram um mecanismo de extração de mais-valia financeira diferente do que se dava no capitalismo produtivo, o proprietário da fábrica que pagava mal aos seus trabalhadores e extraía uma mais-valia empresarial. Este sistema continua. Stiglitz mostra que, nas últimas dé-

cadadas, a economia americana teve um avanço de 161% na produtividade do trabalho, mas apenas 19% foram para os trabalhadores.

O novo sistema, de mais-valia financeira, em que à exploração empresarial se acrescenta a exploração via crediários, juros sobre pessoa física e jurídica e juros sobre a dívida pública, permite uma apropriação em escala muito mais ampla, menos transparente nos seus mecanismos, e leva a este absurdo de 62 bilionários que detêm mais riqueza do que a metade mais pobre da população mundial. É um desastre em termos sociais, era do lucro improdutivo.

O mesmo desvio dos recursos gera o desastre ambiental planetário. Uma Samarco⁶ sabe que deveria investir nas infraestruturas da mineração e reduzir os riscos, mas quem manda na Samarco é o Bradesco e a Billiton. Ambos exigem retorno financeiro, e entre a pressão dos grupos financeiros que detêm o capital e o engenheiro que diz que a barragem vai romper, a opção é óbvia. Mas isto vale para a Volkswagen, que monta uma fraude ambiental sistêmica⁷, a Chevron-Texaco, que gera desastres ambientais no Equador, a Shell na Nigéria, o gigante GSK, que fraudava medicamentos (estão pagando 3 bilhões de dólares de multa só nos EUA), e tantos outros.

Abrigo do paraíso fiscal

Para completar o tripé da crise civilizatória, os recursos financeiros

6 Samarco: empresa da área de mineração responsável pela barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro do município brasileiro de Mariana, Minas Gerais. Na tarde de 5 de novembro de 2015, a barragem rompeu e transformou toda a localidade em um grande mar de lama e destruição. A seção Notícias do Dia, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, vem publicando materiais sobre o caso. Confira em <http://bit.ly/2bSer8z>. (Nota da IHU On-Line)

7 O Instituto Humanitas Unisinos - IHU vem reproduzindo uma série de textos sobre o caso na seção Notícias do Dia, em seu sítio. Entre eles "Escândalo da Volkswagen: É hora da indústria alemã abandonar sua arrogância", disponível em <http://bit.ly/2bBMoMX>. Leia mais em <http://bit.ly/2crnVYV>. (Nota da IHU On-Line)

ros, que deveriam financiar a inclusão produtiva para reduzir a miséria e a desigualdade, bem como financiar a reconversão tecnológica (em particular energética) para reduzir o ritmo de destruição do planeta, não só não são aplicados produtivamente, como sequer pagam impostos, ao migrar para paraísos fiscais. A Apple paga na Europa 50 dólares de impostos para cada milhão de dólares de lucro, ou seja, 0,005% de impostos. Eu, professor da PUC, vejo o meu imposto descontado na folha. É mais do que 0,005%. Nos paraísos fiscais, estima-se um total de 21 a 32 trilhões de dólares, para um PIB mundial de 73 trilhões (2012).

IHU On-Line - Em que medida é possível afirmar que a globalização financeira compromete o próprio capitalismo?

Ladislau Dowbor - A crise é sistêmica quando gera uma engrenagem emperrada simultaneamente social, ambiental e econômica. Estudamos isto com Ignacy Sachs⁸ e Carlos Lopes no texto *Crises e oportunidades em tempos de mudança*⁹. Stiglitz apresenta a *New Agenda*, porque a atual não funciona. Gar Alperovitz¹⁰, Jeffrey Sachs¹¹ e outros apre-

8 Ignacy Sachs (1927): eco-socioeconomista polonês, professor da Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais (EHESS), em Paris, e codiretor do Centro de Estudos sobre o Brasil contemporâneo. Escreveu mais de 20 livros, dos quais estão publicados no Brasil *Capitalismo de Estado e Subdesenvolvimento: Padrões do setor público em economia subdesenvolvida* (Petrópolis: Vozes, 1969); *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir* (São Paulo: Vértice, 1986); *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento* (São Paulo: Vértice, 1986); *Desenvolvimento incluído, sustentável e sustentado* (Rio de Janeiro: Garamond/Sebrae, 2004). (Nota da IHU On-Line)

9 O texto está disponível em <http://bit.ly/2c4WGju>. (Nota da IHU On-Line)

10 Gar Alperovitz (1936): economista, político e historiador norte-americano. Foi professor de Economia Política na Universidade de Maryland, College Park Departamento de Governo e Política de 1999 a 2015. Também atuou como Diretor Legislativo na Câmara dos Representantes e do Senado dos Estados Unidos e como assistente especial do Departamento de Estado dos EUA. Alperovitz é um membro do conselho de diretores da New Economics Institute e um dos principais fundadores da Democracia Collaborative. (Nota da IHU On-Line)

11 Jeffrey David Sachs (1954): economista norte-americano conhecido pelo seu traba-

Universidade de Massachusetts. Possui Ph.D. em Economia e MPP em Política Pública, ambos pela Universidade de Princeton. (Nota da IHU On-Line)

3 Joseph Eugene Stiglitz (1943): economista estadunidense, foi presidente do Conselho de Assesores Econômicos (Council of Economic Advisers) no governo do Presidente Bill Clinton (1995-1997), Vice-Presidente Sênior para Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial, onde se tornou o seu economista chefe. Recebeu, juntamente com A. Michael Spence e George A. Akerlof, o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, também designado para o "Prêmio Nobel de Economia" em 2001 "por criar os fundamentos da teoria dos mercados com informações assimétricas". Stiglitz defende a nacionalização dos bancos americanos e é membro da Comissão Socialista Internacional de Questões Financeiras Globais. (Nota da IHU On-Line)

4 Instituto Roosevelt: organização liberal norte-americana. De acordo com a organização, ela existe "para levar adiante o legado e os valores de Franklin e Eleanor Roosevelt através do desenvolvimento de ideias progressistas e uma forte liderança no serviço de restaurar a promessa de América de oportunidade para todos". É sediada em New York. (Nota da IHU On-Line)

5 Amir Khair: engenheiro e mestre em finanças públicas, foi secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo (1989/92). Atualmente é consultor na área fiscal, orçamentária e tributária. A IHU On-Line realizou diversas entrevistas com Khair, entre elas *Um modelo de desenvolvimento baseado no consumo*, publicada na revista IHU On-Line 392, de 14-05-2012, disponível em <http://bit.ly/2bHnMvo>. (Nota da IHU On-Line)

sentam *The Next System*, porque o sistema atual não faz sentido, Lester Brown¹² apresenta o *Plano B 4.0* porque obviamente o plano A já era. Estas visões sistêmicas são essenciais para entendermos que os desafios críticos não se dão apenas no Brasil, ainda que aqui a tropa de elite econômica recorra ao golpe para salvar os privilégios de maneira mais truculenta.

Compreender o argumento central amplamente apresentado por Thomas Piketty é importante: quando fazer aplicações financeiras rende mais do que produzir, os recursos das nossas poupanças, que é o que os grandes grupos utilizam, em vez de permitir desenvolvimento, geram *renta*, ou seja, privilegiam rentistas e não investidores. Utilizamos aqui o conceito de *renta*, que é lucro sobre atividades não produtivas, porque ajuda a diferenciar as formas como as pessoas se enriquecem.

Em inglês é diferente *income*, renda que vem do trabalho, e *rent*, que é renda que resulta de aplicações financeiras, sem o esforço produtivo correspondente, e que gera o que chamamos de *rentismo*. Em francês é igualmente explícito, *revenu* é renda, *rente* é renda. É tempo de completarmos um pouco o nosso vocabulário. A mesma confusão reina em torno do conceito de investimento (geração de atividades produtivas) e aplicação financeira (compra de papéis que rendem mas não acrescentam nenhum produto à economia). Os banqueiros adoram dizer que estamos "investindo".

lho como conselheiro econômico de diversos governos da América Latina, do Leste Europeu, da extinta União Soviética, da Ásia e de África. Atualmente, trabalha como professor na Universidade de Columbia. Propôs uma "terapia de choque" como solução para as crises econômicas que afetavam a Bolívia, a Polônia e a Rússia como parte do seu trabalho de aconselhamento. (Nota da **IHU On-Line**)
 12 **Lester Russell Brown** (1934): analista do ambiente que já escreveu vários livros relativos ao ambiente global. É o fundador e presidente do Earth Policy Institute, organização não governamental baseada em Washington, DC. Entre suas obras de destaque, está *Plano B 2.0: Resgatando um Planeta sob Stress e uma Civilização em Apuros*. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Gostaria que o senhor explicasse seu conceito de "intermediários financeiros". E qual o potencial desses intermediários no travamento da economia? Gostaria, ainda, que explicasse como se dá esse travamento no cenário nacional.

Ladislau Dowbor - A economia funciona com quatro motores: as exportações, a demanda das famílias, o investimento e produção empresarial, e o investimento público. As exportações estão fragilizadas pela crise internacional e a queda dos preços das commodities, dinâmica que não depende de nós. A demanda das famílias, principal motor, foi estrangulada pelos juros: 105% nos crediários para "artigos do lar" (13% ao ano na Europa), 103% de juros bancários para pessoa física (3,5% ao ano na Europa), 12% no crédito imobiliário (2,27% no Canadá): o acúmulo de juros levou a que as famílias gastassem 19,3% da sua renda pagando dívida em março de 2005, e 46,5% em março de 2015: quando quase a metade dos ganhos vai para pagar dívidas, não se expande o consumo.

O terceiro motor, do mundo empresarial, é travado por três fatores: como a demanda das famílias foi estrangulada, não há para quem produzir. Os juros para pessoa jurídica sobre créditos que poderiam ajudar o empresário a atravessar a má fase são da ordem de 10 vezes maiores do que nos países desenvolvidos. E o capitalista tem a opção de aplicar o seu dinheiro na dívida pública, que rende 14,25%, risco zero, liquidez total, de mão no bolso: mesmo descontando a inflação, é excelente rendimento, mas não produtivo. Parou o terceiro motor.

O quarto motor é o investimento público. A carga tributária do Brasil não é particularmente elevada, 35% do PIB. Mas foi instituído, em 1997, o sistema de taxas de juros sobre a dívida pública (Selic) elevadas, na faixa de 25% a 30% durante a fase FHC, e hoje 14,25%, nível absolutamente inviável para que o Estado funcione. Nos EUA, esta taxa é de 0,5%, nos outros países

quase sempre abaixo de 1% ao ano. Em termos práticos, o banco aplica as nossas poupanças em títulos do governo, que tira dos nossos impostos um montante que atingiu em 2015 a soma de 501 bilhões de dólares (quase 9% do PIB). Este meio trilhão de reais poderia servir para gerar infraestruturas e políticas sociais, dinamizando a economia.

Resultado da equação

Fechando a equação, não contentes de ganhar rios de dinheiro retirando recursos do circuito produtivo em vez de fomentá-lo, os diversos intermediários financeiros alimentam os paraísos fiscais para evitar pagar impostos. A Tax Justice Network dos EUA estima em 520 bilhões de dólares o que os afortunados do Brasil têm em paraísos fiscais, equivalentes a 30% do nosso PIB. Temos aí os dados do Panamá, de Luxemburgo, do HSBC em Genebra.

É este sistema que travou a economia do país, os quatro motores sofrem todos diretamente o impacto das finanças desreguladas¹³.

IHU On-Line - Como compreender o cerceamento que as corporações fazem à democracia? Como ele se dá e quais as consequências?

Ladislau Dowbor - As pesquisas hoje se dão em torno do conceito de captura do poder. Conhecemos os sistemas tradicionais de *lobbies*. Hoje se agigantaram, verdadeiras atividades empresariais em grande escala que geram assédio político e jurídico permanente. Mais importante é o financiamento das campanhas políticas pelas corporações, de uma inconstitucionalidade óbvia (Artigo 1º da Constituição, "Todo poder emana do povo..." e não "da corporação"), decretado ilegal pelo Supremo Tribunal Federal - STF, mas presente nos EUA desde 2010 (em nome da liberdade de expressão!). Mesmo eleito em base de procedimentos inconstitucionais, o presente Congresso se

¹³ Detalhes e fontes completas em <http://bit.ly/2bCs3iM>. (Nota do entrevistado)

dá ao luxo de derrubar uma eleição presidencial.

A conta é simples: elegemos os políticos, mas segundo regras das corporações. Nas corporações mandam pessoas que não são eleitas, mas têm dinheiro. No sistema a legalidade é avaliada por juizes, que não são eleitos. O poder impressionante das quatro famílias da mídia, que inventaram de fazer política sem precisar de mandato, tampouco obedece a voto popular. Os sistemas de autoridade policial tampouco são submetidos a eleições ou a escrutínio popular. E o sistema jurídico está sendo apropriado por interesses corporativos em todo o planeta, e os juizes não são eleitos, podem até chantagear por salários. O que sobra da democracia? Interessante estudo de Wolfgang Streeck¹⁴ sugere que estamos assistindo não ao fim do capitalismo, mas ao fim do capitalismo democrático¹⁵.

IHU On-Line - Em que medida casos como da Operação Lava Jato ajudam a compreender a engrenagem dessa "colonização" dos megaempresários do capital em agentes políticos, nos poderes institucionais, nos setores públicos e privados?

Ladislau Dowbor - A apropriação corporativa do sistema jurídico é planetária. Nos EUA, a dinâmica foi particularmente estudada pela senadora Elizabeth Warren¹⁶, mas há numerosos estudos em particular ligados à análise dos impactos dos acordos internacionais sendo negociados. Warren apresenta as suas principais conclusões, com nome das corporações, no seu sucinto relatório *Rigged Justice*¹⁷. A realidade é que a economia é hoje do-

minada pelos sistemas financeiros, e estes agem em escala planetária, enquanto os sistemas jurídicos são nacionais. O resultado é que se aplica a justiça que interessa a grandes grupos.

O ataque a empreiteiras multinacionais brasileiras e a reservas brasileiras de petróleo é perfeitamente compreensível neste contexto. O desajuste entre o espaço de interesses e poder econômicos por um lado, que agem em nível global, e o espaço de regulação jurídica que é nacional torna qualquer controle efetivo precário, como se vê na radical bandagem em termos fiscais de grupos como Apple, Google, McDonald e tantos outros. O poder político de representação democrática é radicalmente diminuído quando qualquer decisão nacional pode ser travada ou deturpada pelas dinâmicas globais.

IHU On-Line - O governo petista, essencialmente nos últimos anos de Dilma Rousseff na presidência, compreendeu esse estado de crise? E como analisa os movimentos do governo de Michel Temer nesse cenário?

Ladislau Dowbor - Como vimos acima, o Brasil transferiu cerca de R\$ 500 bilhões dos nossos impostos essencialmente para grupos financeiros durante o ano de 2015. Volume suficiente em si para entender o travamento econômico geral, pois estes recursos não foram aplicados de maneira produtiva, e frequentemente sequer pagam impostos. Este sistema de juros - e inclusive os juros sobre pessoa física e pessoa jurídica - estavam tornando a economia no seu conjunto inviável a partir de 2013/2014. O governo Dilma começou a reduzir os juros da dívida pública, que chegaram a um civilizado 7,25% (para uma inflação na faixa de 5%), e começou a reduzir os juros para pessoa física e jurídica, que permitem o consumo familiar e o investimento empresarial, por meio de alternativas no sistema público como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Isto gerou uma revolta profunda dos bancos, e do conjunto dos que

na economia ganham com papéis em vez de com produção. A partir deste momento, a guerra econômica foi declarada e um conjunto de oportunistas políticos viram nisto a oportunidade de casar interesses financeiros e interesses políticos. Gerou-se a quadrilha do golpe, com intermediários financeiros, o congresso eleito por dinheiro corporativo, a grande mídia e segmentos do judiciário. A Dilma no segundo mandato não teve um dia para governar. Boicote funciona.

Mas o que tem este poder usurpado a oferecer? Aumento impressionante dos salários do judiciário, evidentemente, para reforçar a coesão. Mas, sobretudo, a privatização do Pré-Sal, imenso interesse internacional. Aumento do déficit que disseram vir combater, para assegurar mais emendas parlamentares, o que reforça a coerência no baixo clero e prepara eleições municipais. O fechamento de alguns ministérios é ridículo, pois as funções não desaparecem ao se fechar um ministério. Mas no conjunto o essencial é reduzir as políticas sociais, travar o progresso da massa dos pobres do país, reconcentrar ainda mais a renda e a riqueza: é voltar atrás, liquidar os avanços permitidos pela Constituição de 1988. Reduzir o papel social do Estado e se apropriar dos sistemas de saúde e de educação representam um horizonte interessante para os grupos privados. Voltamos com isto à indústria da doença e indústria do diploma.

IHU On-Line - Quais os limites das políticas de inserção via consumo? Em que medida as políticas de liberação de crédito para consumo cedem à lógica da financeirização, mantendo as desigualdades?

Ladislau Dowbor - É importante entender que o crédito para o consumo é bom. Estamos num país de mais de 200 milhões de habitantes, o que permite que o desenvolvimento se concentre na expansão do consumo popular, argumento essencial nesta fase de marasmo do mercado externo de commodi-

14 **Wolfgang Streeck** (1946): é um dos mais conceituados sociólogos alemães da atualidade, diretor do Max Planck Institut de Colônia, e autor de uma vasta obra que cruza os domínios da sociologia e da economia. (Nota da **IHU On-Line**)

15 Vejam mais em <http://bit.ly/2crrqPj>. (Nota do entrevistado)

16 **Elizabeth Ann Warren** (1949): é uma política estadunidense, Senadora pelo Partido Democrata de Massachusetts. (Nota da **IHU On-Line**)

17 Leia mais em <http://bit.ly/2coXhUW>. (Nota da **IHU On-Line**)

ties. Em vez da política de austeridade proposta, que não deu certo em lugar algum, pois reduz o mercado interno, o que reduz investimentos e empregos, o que por sua vez reduz o volume de impostos e aumenta o déficit, temos de usar o crédito para fomentar o consumo e redinamizar a produção, emprego e atividade econômica em geral.

O problema não está no crédito, mas na usura que caracteriza o sistema financeiro nacional. Você pode entrar em qualquer agência da Banque Postale, na França, e sair com um crédito de 20 mil euros, sem tarifas nem penduricalhos, pagando 3,5% ao ano, para comprar um carro ou fazer a reforma na sua casa. O que travou o sistema no Brasil é que os grandes agentes do sistema financeiro nunca acham que ganham o suficiente. Quando um banco agrupa nossas poupanças, e as empresta com juros razoáveis para um empresário desenvolver uma atividade produtiva, isto gera produto, emprego, e lucro do empresário que servirá em parte para restituir o empréstimo. Isto é fomento. O que é praticado no Brasil é usura. É até impressionante Steinbruch¹⁸, primeiro vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp, escrever no jornal Folha de São Paulo que não é possível tocar uma economia com juros de 300% (sic).

IHU On-Line - A construção de uma alternativa econômica para o Brasil passa essencialmente pelo quê?

Ladislau Dowbor - Promover a redução gradual e sistemática dos juros para tomador final e sobre a dívida pública: o governo tem uma arma poderosa na mão, que são os bancos públicos, ou domi-

¹⁸ **Benjamin Steinbruch** (1953): empresário brasileiro, formado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Filho de Mendel Steinbruch, que, ao lado de Jacks Rodrigues Rabinovich, foi fundador do Grupo Vicunha, maior grupo têxtil da América Latina. Além do Grupo Vicunha e CSN sua família também tem o controle do Banco Fibra. Atualmente sua fortuna está estimada em R\$ 980 milhões. (Nota da **IHU On-Line**)

nantemente públicos, que podem ser utilizados para reduzir as taxas de juros no cartel bancário em geral. E a redução da taxa Selic levaria gradualmente os empresários e rentistas que ganham dinheiro através dos nossos impostos a buscar a aplicação produtiva do dinheiro. Trata-se de um eixo essencial de mudança, e o fato de o governo ter tentado esta política em 2013/2014 não a invalida. O que invalidou a proposta foi o governo ter se assustado com as reações dos rentistas e recuado. Não vamos poder continuar com as taxas de juros aberrantes da nossa economia e a recompensa generalizada dos improditivos.

A reforma tributária

É vital resgatar um mínimo de equilíbrio tributário. Não se trata de aumentar os impostos, mas de racionalizar a sua incidência e de fiscalizar o pagamento. Uma pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc mostra que "a tributação sobre o patrimônio é quase irrelevante no Brasil, pois equivale a 1,31% do PIB, representando apenas 3,7% da arrecadação tributária de 2011. Em alguns países do capitalismo central, os impostos sobre o patrimônio representam mais de 10% da arrecadação tributária, como, por exemplo, Canadá (10%), Japão (10,3%), Coreia (11,8%), Grã-Bretanha (11,9%) e EUA (12,15)." (Inesc, 2014, p.21).

Se acrescentarmos a baixa incidência do imposto sobre a renda, e o fato de os impostos indiretos representarem 56% da arrecadação, assim como o fato de os grandes devedores recorrerem de forma massiva à evasão fiscal, temos no conjunto uma situação que clama por mudanças. Segundo informações extraídas da Pesquisa de Orçamento Familiar - POF de 2008/2009 pelo Ipea, estima-se que 10% das famílias mais pobres do Brasil destinam 32% da renda disponível para o pagamento de tributos, enquanto 10% das famílias mais ricas gastam 21% da renda em tributos." (Inesc, 2014, p.6). Taxar o capital financeiro improditivo, em particular,

constituiria um excelente estímulo a que busquem investir e fomentar a economia.

Sistemas financeiros locais

Trata-se de ampliar, tanto em termos de escala como de capilaridade, o conjunto dos sistemas locais de financiamento, as chamadas finanças de proximidade. Voltando ao exemplo visto rapidamente acima, o sistema alemão de crédito, muito descentralizado e constituindo um poderoso vetor de dinamização da pequena e média empresa, é um ponto de referência interessante. "Na Alemanha, os grandes bancos de cobertura nacional constituem apenas cerca de 13% do sistema bancário. O sistema é muito predominantemente (*overwhelmingly*) de base local, apoiando pequenas e médias empresas que asseguram 80% dos empregos em qualquer economia" (Brown, p. 269).

O Brasil já tem 107 bancos comunitários de desenvolvimento e interessantes programas de microcrédito, mas é essencial compreender que o próprio sistema bancário e de intermediação financeira em geral, que hoje constitui um número limitado de gigantes econômicos, e se comporta como oligopólio, tem de passar a contribuir para a dinamização produtiva do país.

Promover o investimento dos fundos de pensão hoje concentrados em aplicações financeiras

Centenas de bilhões de reais são aplicados pelos fundos de pensão. Estes fundos tanto podem buscar aplicações lucrativas em termos financeiros, por exemplo através de títulos da dívida pública, como poderiam contribuir para o fomento econômico ao investir na economia real. Que impacto têm estes fundos sobre a economia, de dreno ou de fomento, e quais são os montantes? Em 2015 são R\$733 bilhões, 13% do PIB, dos quais 65% aplicados

em renda fixa, e nestes 78% em títulos da dívida pública. Apenas 3% podem ser considerados como fomentando a economia real. O Conselho Monetário Nacional - CMN autoriza os fundos a aplicar até 100% dos recursos em títulos da dívida pública. Mudar estas regras poderia estimular os fundos a buscarem investir em atividades produtivas¹⁹.

Promover a reconversão da especulação para o fomento econômico

É essencial, portanto, entender que a intermediação financeira não é produtiva como atividade, pois é uma atividade-meio: a sua produtividade se dá de forma indireta, quando investe os recursos captados da economia para financiar atividades produtivas, estimulando

¹⁹ Ver Resolução 3792 do CMN, art. 35, 24 de setembro de 2009. (Nota do entrevistado)

a economia real, as chamadas atividades-fins. Ao agregar as nossas poupanças para fomentar a economia, cumpre um papel positivo. Se as drena para fins especulativos, fragilizando a demanda e o investimento, está sendo contraprodutivo, torna-se um atravessador. É o nosso caso.

Como são poucos e grandes os principais bancos, a cartelização torna-se natural, e a cooptação do Banco Central como órgão regulador fecha o círculo. A capacidade de gerar crises sistêmicas, na linha do *too big to fail* constatado nos EUA e na Europa em particular, adquiriu aqui feições diferentes, mas funções iguais, pela capacidade real de chantagem política.

Gerar transparência sobre os fluxos financeiros

Pela importância que adquiriu a intermediação financeira, é pre-

ciso dinamizar um conjunto de pesquisas sobre os fluxos financeiros internos e disponibilizá-las amplamente, de maneira a gerar uma transparência maior nesta área onde as pessoas simplesmente não se orientam. Para criar a força política capaz de reduzir o grau de cartelização, reintroduzindo mecanismos de mercado e transformando o sistema de intermediação financeira, é preciso ter uma população informada. Uma das coisas mais impressionantes para esta área vital para o desenvolvimento do país é o profundo silêncio não só da mídia, mas também da academia e dos institutos de pesquisa, sobre o processo escandaloso de deformação da economia pelo sistema financeiro. O fato de os grupos financeiros serem grandes anunciantes na mídia evidentemente não ajuda na transparência. ■

LEIA MAIS...

Leia o perfil de Ladislau Dowbor, publicado na revista **IHU On-Line** nº 347, de 18-10-2010, disponível em <http://bit.ly/2bBDFZw>.

- *O cinismo da argumentação econômico-financeirista*. Entrevista com Ladislau Dowbor, publicada na revista **IHU On-Line** nº 461, de 23-3-2015, disponível em <http://bit.ly/2crjdKY>.
- *De um capitalismo selvagem para um capitalismo decente: a evolução brasileira*. Entrevista com Ladislau Dowbor, publicada na revista **IHU On-Line** nº 322, de 23-3-2010, disponível em <http://bit.ly/2bJzEyn>.
- “*O Brasil tem uma economia sólida, é um país produtivo, mas sofreu um ataque do sistema financeiro. Não há economia que aguente*”. Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada nas **Notícias do Dia** de 4-5-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bVLXZ7>.
- *A revolução do conhecimento*. Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada nas **Notícias do Dia** de 20-8-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2cclVjj>.
- “*Distribuir renda é uma política inteligente*”. Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada nas **Notícias do Dia** de 1-8-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bBESzS>.
- *A crise financeira e o impacto ambiental*. Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada nas **Notícias do Dia** de 5-11-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bVLs1g>.
- “*A construção do conhecimento é um processo colaborativo*”. Entrevista especial com Ladislau Dowbor, publicada nas **Notícias do Dia** de 26-11-2009, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bC5m38>.

Dívida Pública. O veículo para o roubo de recursos públicos

Para Maria Lucia Fattorelli, a principal arma de “financeiristas” para saquear os cofres do Estado é a dívida pública

Por João Vitor Santos

Não é de hoje que dizem que a dívida pública brasileira não passa de uma grande falácia. Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da organização brasileira Auditoria Cidadã da Dívida, endossa essa perspectiva e vai além: “financeiristas acertaram em cheio quando escolheram a ‘dívida pública’ para ser o veículo do roubo de recursos públicos que são desviados ao setor financeiro privado, porque dívida é algo que as pessoas não questionam, pois fazem o paralelo com suas dívidas pessoais”. Por isso, aposta que a principal forma de combater esse embuste é a informação. “A única saída é a conscientização da sociedade. A maioria desconhece os mecanismos que geram dívida e nem param para pensar: como é possível o país mais rico do mundo em matérias-primas estratégicas estar com sua economia completamente estagnada e seu desenvolvimento socioeconômico travado?”, aponta.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Maria Lucia revela esquemas que estão sendo gestados para solidificar e ainda aumentar a

ideia de dívida pública, bradada como o câncer do Brasil. “Novos esquemas de geração de dívida estão surgindo por meio da criação de empresas estatais não dependentes, vinculadas a entes federados”, alerta. A estratégia é, a partir das empresas, emitir debêntures que acabarão se transformando em dívida pública. “O Estado não recebe nada, absolutamente nada. Esse esquema é ilegal e o PLS 204/2016 (de autoria de José Serra) está em plenário do Senado para ‘legalizar’ essa aberração”. Para a auditora, não há dúvidas de que “tal projeto aprofunda, de forma drástica, a financeirização no país”.

Maria Lucia Fattorelli é auditora fiscal e coordenadora da organização brasileira Auditoria Cidadã da Dívida. Foi membro da Comissão de Auditoria Integral da Dívida Pública - CAIC no Equador em 2007-2008. Participou ativamente nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a dívida realizada no Brasil. É autora de *Auditoria da Dívida Externa. Questão de Soberania* (Contraponto Editora, 2003).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - De que forma a perspectiva econômica transforma a sociedade, assumindo, assim, também uma perspectiva moral? Como conceber uma forma de sociedade/civilidade que rompa com as lógicas e paradigmas da financeirização?

Maria Lucia Fattorelli - O modelo econômico adotado no Brasil está

voltado para a garantia de recursos para o setor financeiro privado nacional e internacional. Isso se dá por meio da política monetária levada a efeito pelo Banco Central e a maioria da sociedade não percebe os perversos mecanismos ali implementados. Tais mecanismos, invariavelmente, geram dívida pública sem contrapartida alguma ao

país ou à sociedade. Em seguida vem o discurso de que o pagamento da dívida é prioridade e toda a sociedade tem que se sacrificar para pagá-la.

Apenas para exemplificar alguns desses mecanismos que geram dívida sem contrapartida, cabe mencionar:

- A fixação de elevadíssimas taxas de juros, sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política, configurando-se uma transferência de renda e receita ao setor financeiro privado;
- A ilegal prática do *anatocismo*, que corresponde à incidência contínua de juros sobre juros, ilegal conforme Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal - STF¹, e que vem promovendo a multiplicação da dívida por ela mesma;
- As escandalosas operações de *swap cambial*² realizadas pelo Banco Central - BC, que correspondem à garantia do risco de variação do dólar paga pelo BC principalmente aos bancos e a grandes empresas nacionais e estrangeiras, provocando prejuízo de centenas de bilhões em 2014/2015;
- Remuneração da sobra do caixa dos bancos por meio das "operações compromissadas", realizadas pelo BC com os bancos, sem a devida transparência. Estimase gasto de pelo menos R\$ 200 bilhões em 2015;

1 A capitalização de juros corresponde à prática através da qual juros são calculados sobre os próprios juros devidos. Tal prática foi proibida pela Lei de Usura (Decreto no 22.626, de 7 de abril de 1933) que, em seu artigo 4º, dispõe que "é proibido contar juros dos juros; esta proibição não compreende a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta-corrente de ano a ano". Posteriormente, esse entendimento veio a ser confirmado pelo Supremo Tribunal Federal, através de sua Súmula de nº 121: "É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convenionada". Estaria consolidado, então, o entendimento de que a capitalização de juros é proibida no sistema legal brasileiro. A íntegra da súmula está disponível em <http://bit.ly/2bDkUB2>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Swap cambial**: por meio dos contratos de "swap cambial", o banco Central realiza uma operação que equivale a uma venda de moeda no mercado futuro (derivativos), o que reduz a pressão sobre a alta da moeda. Os swaps são contratos para troca de riscos: o BC oferece um contrato de venda de dólares, com data de encerramento definida, mas não entrega a moeda norte-americana. No vencimento desses contratos, o investidor se compromete a pagar uma taxa de juros sobre o valor deles e recebe do BC a variação do dólar no mesmo período. Esses contratos servem também para dar "proteção" aos agentes que têm dívida em moeda estrangeira – neste caso, quando o dólar sobe, eles recebem sua variação do BC. (Nota da **IHU On-Line**)

- Transformação de obscuros passivos dos bancos estaduais em *dívidas públicas*;
- Contabilização de grande parte dos juros como se fosse amortização, o que tem servido para *burlar o art. 167, III³, da Constituição Federal* (regra de ouro);
- Pagamento de *ágios injustificáveis* que chegaram a 70% do valor nominal, em resgates antecipados, ou seja, sobre dívidas que sequer se encontravam vencidas;
- Operações de transformação de dívida em paraísos fiscais, sem transparência alguma, e com forte *suspeita de renúncia à prescrição* (Plano Brady⁴);
- Refinanciamentos obscuros com *cláusulas expressas de renúncia à soberania*, renúncia à imunidade e renúncia à alegação de nulidade, ainda que existente nos contratos.

Mais recentemente, novos esquemas de geração de dívida estão surgindo por meio da *criação de empresas estatais não dependentes*, vinculadas a entes federados. Tais empresas emitem debêntures que irão se transformar em dívida pública. O Estado não recebe nada, absolutamente nada. Esse esquema é ilegal e o PLS 204/2016⁵ (de auto-

3 O referido inciso veda "a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta". Confira a íntegra em <http://bit.ly/2bDls9Y>. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Plano Brady**: nome dado ao plano de reestruturação da dívida externa de alguns países, que foi lançado no final dos anos 80. O nome do plano tem sua origem no nome do secretário do tesouro estadunidense, Nicholas F. Brady. Os países que participaram da rodada inicial do plano foram: Argentina, Brasil, Bulgária, Costa Rica, República Dominicana, Equador, México, Marrocos, Nigéria, Filipinas, Polônia e Uruguai. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **PLS 204/2016**: de autoria do então senador José Serra (PSDB-SP), dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação. Permite aos entes da federação, mediante autorização legislativa, ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, inscritos

ria de José Serra⁶) está em plenário do Senado para "legalizar" essa aberração.

Tal projeto aprofunda, de forma drástica, a financeirização no país, e é idêntico ao esquema que vimos arrebear a economia grega. O mais grave aqui é que a PEC 241/2016⁷ (que congela todos os investimentos e gastos sociais por 20 anos) reserva recursos para aumento de capital de tais empresas. Trata-se de grande infâmia, por isso temos nos dedicado a combater esse nocivo projeto.

IHU On-Line - Quais os limites para discussão acerca da dívida pública numa sociedade inebriada pela lógica da financeirização?

ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado. Confira a íntegra e tramitação do projeto em <http://bit.ly/2bM9Nsv>. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **José Serra** (1942): é um economista e político brasileiro, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Atualmente, responde pelo Ministério de Relações Exteriores. Foi o trigésimo terceiro governador de São Paulo entre 1º de janeiro de 2007 a 2 de abril de 2010. Foi um dos fundadores da Ação Popular e foi presidente da União Nacional dos Estudantes. Após o golpe militar de 1964, refugiou-se em embaixadas de outros países. Mais tarde radicou-se no Chile, onde conheceu sua esposa, Mônica Serra, com quem tem dois filhos nascidos lá. Neste mesmo período fez mestrado em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Chile. Ficou no país até o golpe militar de 1973, quando foi para os Estados Unidos, onde concluiu um segundo mestrado e um doutorado na Universidade de Cornell. Após 14 anos exilado, Serra voltou ao Brasil e trabalhou na Unicamp até 1983, quando foi nomeado pelo governador Franco Montoro como secretário de Planejamento de São Paulo. Foi eleito deputado federal durante a Assembleia Constituinte de 1988. Foi senador pelo PSDB, ministro da Saúde e Planejamento no governo de Fernando Henrique Cardoso, prefeito de São Paulo, governador do estado e candidato a presidente em 2002 e 2010. (Nota **IHU On-Line**)

7 A Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241, de autoria do Executivo, na gestão do governo interino de Michel Temer, estabelece um limite para os gastos públicos e prevê o congelamento de gastos públicos por 20 anos. Conforme especialistas no setor de Saúde, pode resultar na redução de R\$ 12 bilhões em repasses para a área, nos próximos dois anos. Para saber mais sobre a PEC 241, acesse a entrevista com Grazielle David, intitulada *PEC 241/16: Uma afronta à saúde, aos direitos sociais e à Constituição*, publicada nas Notícias do Dia de 11-07-2016, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2aZEQgl>. (Nota da **IHU On-Line**)

O que a senhora consegue vislumbrar como linhas de fuga no caso brasileiro?

Maria Lucia Fattorelli - A única saída é a conscientização da sociedade. A maioria desconhece os mecanismos que geram dívida e nem param para pensar: como é possível o país mais rico do mundo em matérias-primas estratégicas (Nióbio, petróleo, água potável, terras agriculturáveis, todas fontes de energia etc.) estar com sua economia completamente estagnada e seu desenvolvimento socioeconômico travado? É obvio que há algo errado.

Financistas acertaram em cheio quando escolheram a “dívida pública” para ser o veículo do roubo de recursos públicos que são desviados ao setor financeiro privado, porque dívida é algo que as pessoas não questionam, pois fazem o paralelo com suas dívidas pessoais. E não tem nada a ver. O que estão chamando de “dívida pública” não corresponde a ingresso de recursos, como acontece em nossa vida pessoal.

Simple discurso em relação a isso não convencerá muita gente. Por isso nossa luta é por uma auditoria, ferramenta que prova a natureza das operações, a origem e o destino dos fundos, e que é capaz de desmascarar e documentar os mecanismos perversos que geram a chamada dívida. É por isso que não há interesse, por parte das autoridades envolvidas nesse esquema, em realizar a auditoria da dívida.

A auditoria deveria ser uma prática, com total transparência para as pessoas que na prática pagam a conta. A partir desse conhecimento, teremos força e apoio popular para rever a política monetária que vem impedindo o nosso desenvolvimento socioeconômico.

IHU On-Line - Como a política monetária adotada pelo Banco Central contribui para o processo de financeirização e afeta o desenvolvimento sócio e econômico do Brasil? Quem ganha com isso?

Maria Lucia Fattorelli - A queda do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro decorre principalmente de medidas econômicas adotadas pelo Banco Central, que impedem o financiamento das atividades produtivas, geradoras de emprego. Sob o argumento de “controlar a inflação”, o Banco Central do Brasil tem aplicado uma política monetária fundada em dois pilares: (1) adoção de juros elevados e (2) redução da base monetária, que corresponde ao volume de moeda em circulação.

Na prática, tais instrumentos têm se mostrado um completo fracasso. Além de não controlar a inflação, os juros elevados têm afetado negativamente não só a economia pública – provocando o crescimento exponencial da dívida pública, que exige crescentes cortes em investimentos essenciais –, mas também têm afetado negativamente a indústria, o comércio e a geração de empregos.

Por sua vez, a redução da base monetária utiliza mecanismos que enxugam cerca de R\$ 1 trilhão dos bancos, instituindo cenário de profunda escassez de recursos. Isso acirra a elevação das taxas de juros de mercado e empurra o País para uma profunda crise socioeconômica.

Emissão de moeda e juros baixos

Segundo o famoso economista francês Thomas Piketty⁸, seria

⁸ **Thomas Piketty** (1971): economista francês, concentra seus estudos no acúmulo e desigualdade de renda. É diretor de pesquisas da École des hautes études en sciences sociales (EHESS) e professor da Escola de Economia de Paris. Seu livro best-seller, *O Capital no Século XXI* (São Paulo: Intrínseca, 2014), enfatiza as questões do acúmulo de renda nos últimos 250 anos, e argumenta que o acúmulo de capital cresce mais rápido que a economia, o que gera desigualdade. A edição 449 da **IHU On-Line**, intitulada *A desigualdade no século XXI. A desconstrução do mito da meritocracia*, inspira-se na obra *O Capital no Século XXI* e foi publicada meses antes de a obra ser publicada traduzida no Brasil. A edição está disponível em <http://bit.ly/2bwwtg8>. O IHU realiza no segundo semestre de 2016 o “Ciclo de Estudos do Livro ‘O Capital no Século XXI’ – A Estrutura da

um suicídio deixar de utilizar, em momentos de crise, o instrumento de emissão de moeda e a prática de juros baixos. No Brasil, o Banco Central tem feito o contrário e, adicionalmente, ainda alimenta o mercado com razão muito cara: operações de *swap* cambial que têm gerado centenas de bilhões de reais de prejuízos que são pagos à custa de emissão de mais títulos da dívida pública⁹.

A grande esterilização de recursos por meio desse processo explica o paradoxo inaceitável que existe em nosso país: 9ª economia mundial, rico e abundante sob todos os aspectos, e um dos países mais injustos do mundo, desrespeitando direitos humanos fundamentais, como denuncia a inaceitável classificação em 75º lugar segundo o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH medido pela Organização das Nações Unidas - ONU em 2015.

Reflexos na dívida interna

A dívida interna cresceu mais de R\$ 730 bilhões só em 2015, fruto dessa equivocada política monetária que favorece o endividamento público e empurra todo o país para esse inaceitável cenário de crise econômica e encolhimento do PIB. Tudo ao custo de desindustrialização, queda do comércio, desemprego e agravamento dos problemas sociais.

Crise seletiva

Essa crise não é generalizada, mas seletiva, porque os bancos não pararam de lucrar. Pelo contrário, bateram novos recordes de lucros em 2015 de cerca de R\$ 97 bilhões, mais de 20% superiores aos de 2014, apesar de terem feito provisões de R\$ 183,7 bilhões. É evidente a transferência de renda para o setor financeiro, em detrimento de todas as demais rubricas orçamentárias.

Desigualdade”. Mais detalhes em <http://bit.ly/2c3JDyh>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ Ver o artigo “O Banco Central está suicidando o Brasil” disponível em <http://bit.ly/2bwAlmY>. (Nota da entrevistada)



Figura 1

Fonte: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>

IHU On-Line - Que modelo de sociedade o governo de Michel Temer parece vislumbrar ao defender as reformas, como a previdenciária, trabalhista, e o ajuste fiscal? Quais as consequências desse modelo e como pensar em alternativas ou resistências?

Maria Lucia Fattorelli - É a continuidade do mesmo modelo que já temos tido a décadas. Porém, se todas as reformas anunciadas forem aprovadas, há risco de aprofundar ainda mais a transferência de recursos ao setor financeiro, sacrificando principalmente os mais pobres e trabalhadores. Essas reformas e os projetos em andamento no Congresso Nacional têm esse objetivo, e todos repetem a justificativa de que os sacrifícios são necessários para pagar a dívida pública.

A resistência nesse momento se concentra no repúdio à PEC 241/2016, que congela por até 20 (vinte) anos todos os gastos e investimentos sociais; o PLP 257/2016¹⁰, que retira direitos dos trabalhadores de todas as esferas sob a falsa justificativa de renegociar a dívida dos estados; as PEC 311¹¹,

¹⁰ **PLP 257/2016**: estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Confira a íntegra em <http://bit.ly/2bw4T8>. (Nota da IHU On-Line)

¹¹ **Proposta De Emenda à Constituição nº 31, de 2016**: visa prorrogar até 2023 a permissão para que a União utilize livremente parte de sua arrecadação – a Desvincula-

ção de Receitas da União – DRU; ampliando seu percentual de 20% para 30% de todos os impostos e contribuições sociais federais. Cria mecanismo semelhante para estados, Distrito Federal e municípios – a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios – DREM –, ficando desvinculadas 30% das receitas relativas a impostos, taxas e multas, não aplicado às receitas destinadas à saúde e à educação. Produz efeitos retroativamente a 1º de janeiro deste ano. Confira a íntegra e acompanhe a tramitação em <http://bit.ly/2cm515K>. (Nota da IHU On-Line)

A alternativa a tudo isso exige outro modelo de desenvolvimento desatrelado da batuta do Fundo Monetário Internacional - FMI, que até hoje impõe a política monetária que é religiosamente adotada

ção de Receitas da União – DRU; ampliando seu percentual de 20% para 30% de todos os impostos e contribuições sociais federais. Cria mecanismo semelhante para estados, Distrito Federal e municípios – a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios – DREM –, ficando desvinculadas 30% das receitas relativas a impostos, taxas e multas, não aplicado às receitas destinadas à saúde e à educação. Produz efeitos retroativamente a 1º de janeiro deste ano. Confira a íntegra e acompanhe a tramitação em <http://bit.ly/2cm515K>. (Nota da IHU On-Line)

¹² **Proposta de Emenda à Constituição nº 143, de 2015**: visa alterar a Constituição Federal, para estabelecer que são desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 2023, 20% da arrecadação dos impostos dos Estados e dos Municípios, e dos recursos que cabem aos Estados e aos Municípios na repartição das receitas de impostos da União. Confira a íntegra em <http://bit.ly/2bUvHIV>. (Nota da IHU On-Line)

¹³ **Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2015**: visa prorrogar a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2023, alterando a sua forma de cálculo, de forma a limitar seu alcance e aumentar sua efetividade. Confira na íntegra em <http://bit.ly/2bwCRim>. (Nota da IHU On-Line)

pelo Banco Central e Ministério da Fazenda.

IHU On-Line - Como compreender os dados e ir além dos números apresentados pelos governos e sua defesa da ideia de déficits nacionais, como o previdenciário?

Maria Lucia Fattorelli - Não é difícil compreender e hoje temos a possibilidade de acesso a dados. O que precisamos é massificar as informações corretas e desmascarar o cenário de déficit colocado na Previdência e até no cômputo geral do governo.

Não existe o falacioso déficit da Previdência. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP tem mostrado isso, com base em dados oficiais. Anualmente, a Seguridade Social (que compreende a Previdência, Saúde e Assistência Social, conforme art. 194 da Constituição Federal) tem apurado superávits de dezenas de bilhões de reais. Tanto é que a DRU visa exatamente desvincular recursos da Seguridade Social para destiná-los à chamada dívida pública. Se houvesse déficit, não existiriam os recursos para essa desvinculação. É flagrante que não existe o chamado déficit.

Adicionalmente, no cômputo geral do orçamento, não existiu déficit em 2015, no valor de R\$ 111,2 bilhões, como amplamente noticiado. Quando computadas todas as contas, não há déficit. Sobram R\$ 480 bilhões em 2015.

Os anunciados déficits são cenários muito bem montados para justificar a contínua aprovação de medidas que concentram cada vez mais a renda e a riqueza nas mãos de poucos, pouquíssimos. O Brasil é um dos países mais ricos do mundo. Nossa realidade é de extrema abundância em todos os sentidos. É urgente desmascarar o cenário de déficit.

IHU On-Line - Em que medida é possível afirmar que a corrupção é interessante, e de certa forma serve, ao atual sistema da dívida pública? Quais as consequências

dessa relação corrupção-dívida pública?

Maria Lucia Fattorelli - A dívida pública, tal como funciona, é o maior esquema de corrupção institucionalizado nesse mundo financeirizado. O sistema é corrupto em si. E a corrupção que a grande mídia estampa é interessantíssima para que esse grande esquema de corrupção embutido na chamada dívida pública avance.

Veja, por exemplo, como funciona o esquema que o PLS 204/2016, de José Serra, tenta "legalizar":

- O esquema foi criado com *expertise* do FMI, conforme comprovado por site da ABBA Consultoria (que já foi tirado do ar, cujo principal responsável é assessor do FMI), e comprovado por auditoria realizada na Europa, onde se verificou a empresa EFSF, sociedade de propósito específico (com prejuízos incalculáveis para a economia europeia);
- São criadas empresas S/A *não dependentes* do tipo Sociedade de Propósito Específico (SPE, constituídas sob o direito privado apesar de serem estatais, não são fiscalizadas pelo poder público e contratam, sem concurso público, administradores com elevados salários e benefícios);
- Essa empresa criada emite debêntures de dois tipos, como evidenciado nos quadros de exposição do governo de São Paulo onde funciona a CPSEC¹⁴:
- Sênior (são vendidas a investidores, sendo que no caso da PBH Ativos o próprio banco BTG Pactual que realizou a operação e cobrou elevada comissão comprou 100% das debêntures que são remuneradas regidamente, como juros equivalentes a IPCA + 11%);

¹⁴ **Companhia Paulista de Securitização – CPSEC:** é uma sociedade anônima controlada pelo Estado de São Paulo, constituída em 15 de outubro de 2009, mediante autorização da Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009. (Nota da **IHU On-Line**)

- Subordinadas (ficam para o estado ou município, e não podem ser comercializadas, servindo apenas para a cobrança de garantias futuras e para mascarar a anunciada cessão de crédito tributário e outros de dívida ativa, que na prática não é cedido e continua sendo cobrado pelos órgãos competentes).
- Estados e municípios não terão benefício algum, pois o valor que receberão corresponde ao crédito de dívida ativa que já iriam receber sem risco de inadimplência, sendo que terão perdas decorrentes das remunerações pagas à empresa, deságio na venda das debêntures sênior e elevada remuneração de juros superiores aos valores incidentes sobre a dívida ativa.
- Estados e municípios garantem o risco da operação, sob a justificativa de que recebem debêntures subordinadas, como consta da exposição de São Paulo:

blica, ferindo a Constituição Federal (que proíbe estados e municípios de emitir títulos da dívida).

Ademais, os recursos recebidos pela empresa não durarão nem dois anos e o ente federado é que terá que assumir o pagamento dos juros e o resgate dessas debêntures. É por isso que a PEC 241/2016 reserva recursos públicos para o aumento de capital de tais empresas.

É flagrante a engenharia financeira corrupta, aparentemente sofisticada, mas que pode ser facilmente investigada e comprovada.

IHU On-Line - No que as experiências de países latino-americanos com a auditoria da dívida pública, como o Equador, por exemplo, podem inspirar o Brasil?

Maria Lucia Fattorelli - O Equador provou a eficiência da ferramenta de auditoria. Em 2007, o presidente Rafael Correa¹⁵ editou o Decreto 472, mediante o qual criou uma comissão para realizar

Características Gerais das Operações

- ✓ As securitizações foram realizadas com a Companhia Paulista de Securitização – CPSEC.
- ✓ A CPSEC é uma sociedade por ações controlada pelo Estado (Empresa Não Dependente), cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723.
- ✓ A CPSEC tem por objetivo social a aquisição de direitos creditórios do Estado de São Paulo.
- ✓ Devido a existência de Debêntures Subordinadas em poder do Estado, as operações são classificadas como "**Com retenção de riscos e benefícios**".

Secretaria de Gestão do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda



Figura 2

Na prática, na medida em que estados e municípios controlam a empresa e "retêm o risco", a operação gera obrigação financeira que na prática configura dívida pública.

O negócio de emissão de debêntures é o objetivo central desse tipo de empresa. A cessão de crédito tributário é um cenário para encobrir a transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado nacional e internacional por meio da geração de dívida pública.

auditoria da dívida interna e externa equatoriana, nomeando di-

¹⁵ **Rafael Vicente Correa Delgado** (1963): economista e político equatoriano, atual presidente de seu país. Criado numa família de classe média na cidade portuária de Guayaquil, Correa ganhou bolsas para estudar na Europa e nos Estados Unidos. Economista, foi assessor do ex-presidente Alfredo Palacio durante suas funções como vice-presidente. Depois, foi ministro de Economia e Finanças no início da gestão de Palacio na presidência, entre abril e agosto de 2005, após a destituição de Lucio Gutiérrez. Renunciou ao cargo por discordar da política presidencial. É casado com Anne Malherbe. (Nota da **IHU On-Line**)

versos membros nacionais equatorianos e seis internacionais. Todos os membros internacionais eram vinculados a alguma instituição relacionada ao questionamento do endividamento público, por isso tive a honra de ser uma dessas seis pessoas, representando a Auditoria Cidadã da Dívida.

O resultado do trabalho foi impressionante, pois respaldou o ato soberano do presidente, que permitiu a anulação de 70% da dívida externa em títulos (bônus global 2012 e 2030). Essa auditoria permitiu uma inversão nos gastos governamentais, o que possibilitou a erradicação do analfabetismo, a multiplicação dos salários dos professores, a recuperação do sistema de saúde pública que já não existia no país, além da realização de diversos investimentos geradores de emprego.

O gráfico a seguir mostra o comportamento dos gastos sociais, em comparação com os gastos com a dívida pública no Equador, no período de 2000 a 2011. Observe que a partir de 2007, quando o presidente Rafael Correa assume o poder e cria a comissão de auditoria, já se percebe uma queda no volume de recursos destinados à dívida. Em 2008, logo após a entrega do relatório de auditoria, venceria uma grande parcela de juros. Diante das evidências de ilegalidades, ilegitimidades e até fraudes comprovadas, o presidente suspendeu o pagamento dos juros e destinou os recursos integralmente para as áreas de saúde e educação. Pela primeira vez na história inverteu-se a equação e os gastos sociais superaram os gastos com a dívida. No ano seguinte - 2009 - quando o presidente consegue anular 70% da dívida externa em títulos, que era justamente a parcela mais onerosa da dívida equatoriana, há uma queda brutal nos gastos com a dívida e os gastos sociais sobressaem, mantendo o ritmo crescente.

É importante observar que a partir de 2011 os gastos com a dívida voltam a crescer, o que mostra que o país não ficou isolado e continuou tendo acesso a créditos financeiros.

No Brasil, caso a PEC 241/2016 venha a ser aprovada, não será possível triplicar os investimentos sociais, como fez o Equador. Estaremos submetidos ao teto dos gastos de 2016 por 20 anos, podendo haver apenas atualização pelo IPCA. Isso é inaceitável.

IHU On-Line - Como a senhora compreende o papel das políticas públicas em tempos de recessão econômica?

Maria Lucia Fattorelli - A principal função do Estado é garantir vida digna à população. Nesses tempos de capitalismo financeirizado, essa função foi completamente invertida e o Estado tem servido às finanças, garantindo juros estratosféricos e atuação de esquemas que utilizam a chamada dívida pública para sangrar recursos que deveriam se destinar à saúde, educação e a investimentos geradores de emprego.

A política monetária adotada pelo Banco Central é suicida, como mencionei anteriormente, e impede adoção de políticas públicas necessárias à garantia do desenvolvimento socioeconômico. O mais grave é que estão querendo colocar no texto constitucional esse modelo suicida, por meio da PEC 241, por exemplo. A responsabilidade das lideranças nacionais é muito importante, a fim de massificar as informações que esclarecerão a cidadania e gerarão a conscientização capaz de reverter esse processo.

IHU On-Line - Em que medida a produção de crises e seus discursos de austeridade tem agido sobre as políticas econômica e social pelo mundo? Por que, nos tempos de hoje, essa austeridade é tida como a cura para todos os males? E o que as experiências mundo afora revelam?

Maria Lucia Fattorelli - Os países que conseguiram sair rapidamente da última crise foram exatamente os que injetaram recursos na economia e reduziram os juros a praticamente zero ou até a patamar ne-

gativo. Os Estados Unidos e o Japão fizeram isso, por exemplo.

Na Europa o cenário é diverso. Sob a justificativa de necessidade de "preservar a estabilidade financeira na Europa", medidas ilegais foram tomadas em maio de 2010, a fim de garantir o aparato que permitiria aos bancos privados livrar-se da perigosa "bolha". Isto é, da grande quantidade de ativos tóxicos - em sua maioria títulos desmaterializados e não comercializáveis - que abarrotava contas "fora de balanço"¹⁶ em sua escrituração contábil. O objetivo principal era ajudar os bancos privados a transferir tais ativos tóxicos para os países europeus. Isso foi conseguido mediante a criação de esquema semelhante ao que o PLS 204/2016 pretende legalizar no Brasil.

A criação de um "*Veículo de Propósito Especial*", uma companhia baseada em Luxemburgo, constituiu uma das principais medidas implementadas para transferir ativos tóxicos desmaterializados dos bancos privados para o setor público. Acreditem ou não, países europeus¹⁷ se tornaram sócios de tal companhia, uma sociedade anônima chamada Instrumento para Estabilidade Financeira Europeia - EFSF¹⁸. Os países se comprometeram com bilionárias garantias, inicialmente no montante de 440 bilhões de Euros¹⁹, que logo em

¹⁶ "**Fora de balanço**" significa uma seção à margem das contas normais que fazem parte do balanço contábil, onde ativos problemáticos, tais como títulos desmaterializados, não comercializáveis, são informados. (Nota da entrevistada)

¹⁷ **Países Membros da zona do Euro ou Sócios da EFSF**: Reino da Bélgica, República Federal da Alemanha, Irlanda, Reino da Espanha, República da França, República da Itália, República de Chipre, República de Luxemburgo, República de Malta, Reino da Holanda, República da Áustria, República de Portugal, República da Eslovênia, República da Eslováquia, República da Finlândia e República Helênica. (Nota da entrevistada)

¹⁸ A companhia privada EFSF foi criada como um instrumento do Mecanismo de Estabilização Financeira Europeia EFSM: <http://bit.ly/2bQJcZh>. (Nota da entrevistada)

¹⁹ EUROPEAN COMMISSION (2010) *Communication From the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Central Bank, the Economic And Social Committee and the Committee of the Regions* - Re-

2011 subiram para 779,78 bilhões de Euros²⁰. O verdadeiro propósito de tal companhia tem sido disfarçado pelos anúncios de que ela iria providenciar “empréstimos” para países, fundamentados em “instrumentos financeiros”, não em dinheiro efetivo. Cabe mencionar que a criação da EFSF foi uma imposição do FMI²¹, que lhe forneceu uma contribuição de 250 bilhões de Euros²².

inforcing economic policy coordination. <http://bit.ly/2bujZ9N> – Página 10. (Nota da entrevistada)

20 IRISH STATUTE BOOK (2011) *European Financial Stability Facility and Euro Area Loan Facility (Amendment) Act 2011*. Disponível em: <http://bit.ly/2bDhXQX>. (Nota da entrevistada)

21 Depoimento de Dr. Panagiotis Roumeliotis, representante da Grécia junto ao FMI, para o “Comité da Verdade sobre a Dívida Pública”, no Parlamento Grego, em 15 de junho de 2015. (Nota da entrevistada)

22 EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FACILITY (2010) *About EFSF* [online] Disponível em: <http://bit.ly/2bLNIsz> and <http://bit.ly/2bwtJdC>. (Nota da entrevistada)

Caso grego

Caso anunciada apropriadamente, a criação dessa empresa em Luxemburgo teria sido um grande escândalo. Este escândalo nunca aconteceu, porque, em maio de 2010, a mesma reunião extraordinária do Conselho de Assuntos Econômicos e Sociais da Comissão Europeia²³ que discutiu a criação da companhia luxemburguesa EFSF “*Veículo de Propósito Especial*”, deu uma importância especial para o “pacote de apoio à Grécia”, fazendo parecer que a criação daquele esquema era para a Grécia e que, ao fazê-lo, estariam garantindo a estabele-

bit.ly/2bwuumW – Question A9. (Nota da entrevistada)

23 ECONOMIC and FINANCIAL AFFAIRS Council Extraordinary meeting Brussels, 9/10 May 2010. COUNCIL CONCLUSIONS <http://bit.ly/2bwtJdC>. (Nota da entrevistada)

dade fiscal para a região. Desde então, a Grécia tem sido o centro de todas as atenções, persistentemente ocupando as manchetes dos principais veículos de comunicação de todo o mundo, enquanto o esquema ilegal que efetivamente tem suportado e beneficiado os bancos privados permanece nas sombras, e quase ninguém fala sobre isso.

Caso brasileiro

No Brasil, o PLS 204/2016, que visa legalizar esse esquema, não passou por nenhuma comissão do Senado e, sem debate algum, já está em plenário para ser votado. Assim caminha a corrupção institucionalizada no Sistema da Dívida. Provavelmente tal projeto será votado enquanto todos os holofotes da grande mídia centram atenção no *impeachment*... ■

LEIA MAIS...

- “Os bancos estão sendo salvos pelo Estado”. Entrevista com Maria Lucia Fattorelli, publicada na revista *IHU On-Line* nº 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/1YmbzON>.
- *A contrarreforma previdenciária*. Entrevista com Maria Lucia Fattorelli, publicada na revista *IHU On-Line* nº 480, de 07-03-2016, disponível em <http://bit.ly/2cm82Dq>.
- *Dívida brasileira e o paradoxo da desigualdade*. Entrevista com Maria Lucia Fattorelli, publicada na revista *IHU On-Line* nº 440, de 07-04-2014, disponível em <http://bit.ly/2bQR64S>.
- *Auditoria da dívida grega: uma iniciativa urgente*. Entrevista especial com Maria Lucia Fattorelli, publicada nas *Notícias do Dia* de 06-04-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1ROJux3>.
- *Dívida da Argentina não tem justificativa legal, nem administrativa, nem financeira*. Entrevista especial com Maria Lucia Fattorelli, publicada nas *Notícias do Dia* de 15-07-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1X6yvAt>.



Prof. Dr. Roberto Romano

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia da igualdade e dos afetos

26 de setembro (segunda-feira) | 19h30min às 22h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Informações e inscrições: ihu.unisinos.br

4º Ciclo de Estudos Metrôpoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo. Territórios, governo da vida e o comum

Brasileiro já nasce devendo em torno de R\$ 27 mil da dívida pública

Carmen Cecilia Bressane ressalta que a Constituição prevê a realização de auditoria sobre o endividamento da União, mas até hoje isso não foi concretizado, aumentando a sangria de recursos que poderiam ser destinados à área social

Por Ricardo Machado | Edição Vitor Necchi

A advogada Carmen Cecilia Bressane, coordenadora do Núcleo São Paulo da Auditoria Cidadã da Dívida, faz uma matemática simples para chegar a um dado impressionante: ao dividir o total da dívida pública federal pelo número de brasileiros, constata que cada cidadão nasce como se estivesse devendo em torno de R\$ 27 mil. Claro, na prática não é assim, mas o número ajuda a dimensionar a situação grave e que mobiliza muito do tempo de Carmen.

A Lei de Responsabilidade é rigorosa para controlar gastos ou investimentos em áreas sociais, mas ela não limita, em âmbito federal, o endividamento público. Carmen alerta: "O chamado ajuste fiscal, um grupo de projetos em curso no país que teria como objetivo contornar a crise econômica, é voltado a privilegiar o capital, com a economia e o enxugamento de investimentos nas áreas sociais, já tão carentes, bem como com o corte dos direitos traba-

lhistas e previdenciários para pagamento de dívida pública e seus juros exorbitantes".

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Carmen questiona: "Que dívida é essa?". Ela afirma que é indispensável realizar uma auditoria da dívida pública, mecanismo previsto na Constituição Federal e até hoje não cumprido. "Não se trata de calote, temos que pagar, mas apenas o que é realmente devido, e isso somente uma auditoria, com participação da sociedade, poderá determinar com precisão."

Carmen Cecilia Bressane é auditora fiscal aposentada da Receita Federal. Foi diretora fundadora da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - Assefaz e presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (gestão 2005/2007).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - De que forma a financeirização fez emergir um novo tipo de sujeito social, o homem endividado?

Carmen Cecilia Bressane - Hoje, nossa dívida pública federal, interna e externa, ultrapassa a casa dos R\$ 5,5 trilhões. Considerando que, segundo recentes dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população do país é de 206 milhões de habitantes, cada brasileiro que nasce já está na condição de deve-

dor de um valor em torno de R\$ 27 mil. Some-se a isso o fato de que a maior parte dos estados e municípios também têm dívidas em valores elevadíssimos, o que aumenta mais ainda essa conta devedora dos indivíduos. Quem fez tantos empréstimos? Quem contraiu uma dívida tão elevada? Para que serviu esse endividamento? Se, por um lado, as respostas oficiais a essas perguntas são evasivas e obscuras, por outro lado, quem efetivamente paga essa dívida pública somos nós, cidadãos.

IHU On-Line - Como o homem endividado se conecta à perspectiva da dívida pública? De que forma a dívida pública impacta na vida social dos sujeitos?

Carmen Cecilia Bressane - A dívida pública tem tido sempre prevalência. A Lei de Responsabilidade Fiscal¹ é rigorosa no que diz res-

¹ **Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF:** oficialmente Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, tem o objetivo de controlar os gastos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, levando em conta



Não se trata de calote, temos que pagar, mas apenas o que é realmente devido, e isso somente uma auditoria, com participação da sociedade, poderá determinar com precisão

peito aos gastos ou investimentos nas áreas sociais, tais como saúde e educação, saneamento, cultura, segurança. Porém, não há limite, em âmbito federal, para o endividamento público, nem para os mecanismos que geram mais dívida. Está liberado contrair ou produzir dívida à vontade, não há nenhum limite de responsabilidade para isso. O chamado ajuste fiscal, um grupo de projetos em curso no país que teria como objetivo contornar a crise econômica, é voltado a privilegiar o capital, com a economia e o enxugamento de investimentos nas áreas sociais, já tão carentes, bem como com o corte dos direitos trabalhistas e previdenciários para pagamento de dívida pública e seus juros exorbitantes.

Um desses projetos, a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 241/2016², propõe o congelamento por 20 anos das despesas primárias.

a capacidade de arrecadação de tributos. Ela foi decorrência do costume de gestores públicos gastarem, ao final dos seus mandatos, mais do que a capacidade financeira permitiria, deixando a dívida para seus sucessores. A LRF estabeleceu mecanismos mais transparentes para o controle dos gastos públicos. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241: de autoria do Executivo, quando o presidente Michel Temer ainda estava na condição de interino, estabelece um limite para os gastos públicos e prevê o congelamento de gastos públicos por 20 anos. Conforme especialistas no setor de Saúde, pode resultar na redução de R\$ 12 bilhões em repasses para a área, nos próximos dois anos. Para saber mais sobre a PEC 241, acesse a entrevista com Grazielle David, intitulada *PEC 241/16: Uma afronta à saúde, aos direitos sociais e à Constituição*, publicada nas Notícias do Dia de 11-07-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2aZEqgl>. (Nota da **IHU On-Line**)

Pela proposta, ainda que o país recupere uma enorme pujança econômica, as verbas não poderão ser destinadas aos setores sociais por 20 anos! Ora, não há dúvida de que esta emenda constitucional agravaria ainda mais a situação do país precarizando os serviços públicos, os servidores públicos e todos os serviços essenciais. Por outro lado, fica garantida régia remuneração para o setor financeiro que, mesmo em meio à grave crise econômica brasileira, vem batendo recordes de lucratividade.

Ademais, essa mesma PEC 241/2016 reserva recursos também para "estatais não dependentes", que são exatamente as empresas que estão surgindo em diversos entes federados, como a Companhia Paulista de Securitização - CEPSEC, em São Paulo, que emitem debêntures e, na prática, geram dívida pública de forma ilegal, sem contrapartida alguma. Há um projeto de lei complementar no Senado (PLS 204/2016³) que visa a "legalizar" esse esquema, possibilitando aprofundamento brutal da financeiraização no país. Esse esquema provocará danos incalculáveis, que recairão sobre a vida das pessoas.

3 Projeto de Lei do Senado - PLS 204/2016: de autoria do então senador José Serra (PSDB-SP), dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação. Permite aos entes da federação, mediante autorização legislativa, ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado. Confira a íntegra e tramitação do projeto em <http://bit.ly/2bM9Nsv>. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - E o "Estado endividado" é resultado de quê? Podemos compreendê-lo como o resultado de uma mesma lógica?

Carmen Cecilia Bressane - A Auditoria Cidadã da Dívida, associação sem fins lucrativos, vem estudando com profundidade a questão da dívida pública brasileira há 16 anos. Nossos estudos também incluem o endividamento em diversos outros países, tanto na América Latina como em outros continentes. Temos insistido que a dívida pública, para ser estudada, compreendida e combatida, precisa ser enfocada como um sistema. Trata-se do Sistema da Dívida, que se constitui de:

- **Modelo econômico** - totalmente equivocado, assentado em metas estéreis de controle de inflação e de responsabilidade nas contas públicas. Sob o pretexto de controlar a inflação, pratica-se no Brasil uma taxa de juros elevadíssima, totalmente incompatível com as taxas praticadas internacionalmente. Todavia, a inflação que temos decorre, principalmente, do aumento dos preços controlados, tais como combustível, energia elétrica, água, gás e de algum produto agrícola sazonal, como foi o recente caso do tomate e do feijão. De que adianta aumentar a taxa de juros nesse tipo de inflação? De nada adianta, como não tem adiantado. O aumento de combustível, por exemplo, é um disparador de preços em cascata que nenhuma taxa de juros segura. Aumentar os juros tem servido exclusivamente para remunerar cada vez mais os credores. A outra meta estéril de "responsabilidade nas contas públicas" significa tão somente cortes no custeio e investimentos nas áreas sociais. Não é crível que tais áreas, que já recebem tão poucos recursos, sejam responsáveis pelo esgotamento de nossos recursos. É preciso mudar esse modelo econômico e conter o ralo por onde escoia parcela significativa das

receitas do Tesouro Nacional: a dívida pública.

- **Privilégios financeiros** - o Sistema da Dívida garante enorme privilégio ao setor financeiro, evidenciado no orçamento federal que destina quase a metade dos recursos, todo ano, para o serviço da dívida. Mesmo com o país em crise, os bancos não param de lucrar. Essa mágica se viabiliza por conta dos mecanismos de geração da dívida pública, remunerando magistralmente o mercado.
- **Sistema legal** - para garantir e dar legalidade às operações que proporcionam tais benesses ao mercado, é mantido um arcabouço legal que garante a execução do modelo econômico e a lucratividade ao sistema financeiroizado. Os recentes PLP 257⁴, PEC 241, PLS 204 são exemplos de atos legais editados para garantir o privilégio da dívida.
- **Sistema político** - o sistema político também fica subjugado ao poderio econômico. Um dos caminhos é o financiamento privado de campanhas eleitorais, resultando que políticos eleitos fiquem atrelados às grandes empresas que os financiaram, atendendo aos seus interesses, em vez de lutar pelas causas sociais.
- **Corrupção** - uma cortina que esconde o maior sistema de desvio de recursos do país: o sistema da dívida. Se perguntarmos à população em geral qual o motivo das verbas públicas não retornarem em forma de benefícios sociais, as pessoas dirão que é por causa da corrupção, mas ninguém dirá que é por causa da dívida. E a dívida consome muito mais recursos do Estado do que todas as corrupções anunciadas pela grande mídia.
- **Grande mídia** - a grande mídia também é patrocinada, prin-

cipalmente, por grandes empresas, em especial do sistema financeiro. Ora, falar contra o patrocinador significa perder o patrocínio. Dessa forma, não se veiculam informações sobre a questão da dívida ou são veiculadas de forma inexistente.

- **Organismos internacionais** - Esse modelo econômico implementado no Brasil tem sido pensado por organismos internacionais. As linhas do ajuste fiscal em curso e as medidas econômicas em geral estão delineadas em documentos, por exemplo, o denominado Financial Sector Assessment Program Brazil - Detailed Assessment of Implementation, elaborado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e pelo Banco Mundial, com

“

Nossa dívida pública federal, interna e externa, ultrapassa a casa dos R\$ 5,5 trilhões

recomendações para a economia brasileira. Toda a política monetária que amarra o Brasil é definida nesses documentos, e as orientações propõem invariavelmente cortes de investimentos na área social, nos direitos trabalhistas e previdenciários e nos direitos do funcionalismo público, além de privatizações de setores estratégicos, garantindo economias para plena remuneração dos rentistas.

IHU On-Line - Qual o principal sintoma do endividamento público, a má gestão nas contas ou a má gestão na auditoria da dívida?

Carmen Cecilia Bressane - A dívida pública é correlata à dívida social. Ao analisar o orçamento

federal, constatamos que, ano após ano, quase a metade das receitas é destinada ao serviço da dívida. Segundo estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT, o país ficou pela quinta vez seguida na última colocação, entre 30 países, no ranking que mede o retorno oferecido em termos de serviços públicos de qualidade à população em relação ao que o contribuinte paga em tributos. O grande ralo por onde escoam os recursos é a chamada dívida pública. Em 2015, quase R\$ 1 trilhão foi destinado ao serviço da dívida. Todo esse montante deixou de ser investido nas áreas sociais. Que dívida é essa? Os estudos da Auditoria Cidadã da Dívida, aliados aos resultados da CPI da dívida pública, encerrada na Câmara dos Deputados em 2010, não deixam dúvidas de que se trata de uma dívida sem contrapartida para a sociedade, fruto de mecanismos ilegítimos e até mesmo ilegais. É indispensável, portanto, realizar a auditoria da dívida, prevista na Constituição Federal, no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, até hoje não cumprido. Não se trata de calote, temos que pagar, mas apenas o que é realmente devido, e isso somente uma auditoria, com participação da sociedade, poderá determinar com precisão.

IHU On-Line - Como o desejo de privatização de serviços públicos, como a Previdência Social e o Sistema Único de Saúde - SUS, incorporam a lógica financeira?

Carmen Cecilia Bressane - A recém aprovada Proposta de Emenda à Constituição - PEC 31/2016 aumentou de 20% para 30% a Desvinculação de Receitas da União - DRU⁵, viabilizando transferir

5 Desvinculação de Receitas da União (DRU): por meio desse mecanismo, o governo federal pode utilizar livremente 30% dos tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. Por meio deste expediente, o governo consegue aplicar recursos de áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário. Outra aplicação prevista é a destinação desses re-

4 Projeto de Lei Complementar - PLP 257/2016: estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Confira a íntegra em <http://bit.ly/2bwy4T8>. (Nota da IHU On-Line)

mais verbas carimbadas das áreas sociais para o setor financeiro. A referida PEC ainda cria a Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios - DREM, retirando também destes entes federados verbas que seriam aplicadas nas áreas sociais, inclusive saúde e previdência. O projeto de reforma da Previdência Social, propalado pela grande mídia, é um claro exemplo de como os assuntos da economia são manipulados de forma a enganar a população. A previdência não é deficitária como vem sendo divulgado pois, com o auxílio da DRU, suas verbas têm sido sistematicamente desviadas para garantir o superávit primário - pagamento de juros.

Nos cálculos do "rombo" previdenciário apresentado pelo governo, são computadas como receitas apenas os valores recebidos a título de contribuições previdenciárias; "esquecem" de colocar na conta as receitas dos tributos criados para subsidiar a Seguridade Social composta pela Previdência, pela Saúde e pela Assistência Social. Um desses tributos é a Cofins, cujo próprio nome indica sua destinação: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Esses valores não entram nas contas apresentadas pelo governo e, assim, recursos da previdência e da saúde vêm sendo usurpados. Com base nesse falso diagnóstico das contas da Seguridade Social, propalam a hipótese de privatização da Previdência e até da saúde. Um grande perigo social. Qual o interesse que bancos que oferecem fundos privados, de alto risco, e demais empresas privadas, que visam ao lucro, terão em atender às classes menos favorecidas? E não podemos esquecer o exemplo do que já ocorreu em diversos outros países, quando as empresas multinacionais de previdência privada, após destinarem enormes quantias de lucros para suas matrizes no exterior, apresentaram balanços com prejuízos, quebraram e deixaram a população sem nenhum benefício.

_____ cursos para o pagamento de juros da dívida pública. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - De que forma a financeirização conforma um modo de ser na contemporaneidade?

Carmen Cecilia Bressane - A financeirização tem subjugado povos em todo o planeta. O seu *modus operandi* é através de um sistema que age com amplo espec-

“

O grande ralo por onde escoram os recursos é a chamada dívida pública

tro, conforme explicamos acima, e que reveste situações espúrias e ilegítimas com uma fachada de legalidade, relegando os cidadãos e a infraestrutura social à precariedade e até ao total abandono. Em nosso país, que tem a maior área agriculturável do mundo, não se cogita a reforma agrária, ao contrário, a produção agrícola está pautada não para trazer alimento farto e barato para a população, mas em função das commodities para a balança comercial e o lucro do agronegócio. A moradia também não é tratada como um direito básico, mas como investimento para rentistas.

O PLS 204/2016, que está em plenário do Senado, materializa a Financeirização no país, utilizando a estrutura do Estado, fazendo uma propaganda de que a "dívida ativa", que corresponde em grande parte a créditos incobráveis, estaria sendo vendida a investidores privados e isso seria um bom negócio. Na realidade, a dívida ativa não é vendida e continua sendo cobrada pelos órgãos públicos que detêm tal competência. O que é vendido é um papel financeiro, com desconto que pode chegar a 50% e que paga juros de mais de 20% sobre o valor de face. Um grande negócio que, em menos de dois anos, vai gerar dívida pública, sem

que o Estado tenha recebido um centavo, e ainda gastou com consultoria, serviços financeiros etc. É preciso levar ao conhecimento dos cidadãos a realidade dessa farsa da financeirização e inverter esse processo perverso.

IHU On-Line - Em que medida abrir a caixa preta da dívida pública pode ajudar a explicar os processos de financeirização que movem as sociedades contemporâneas?

Carmen Cecilia Bressane - A auditoria da dívida permitirá trazer à tona os esquemas que têm justificado o favorecimento dos rentistas em uma sociedade financeirizada, no contexto de um falido modelo econômico neoliberal. Operações, como o swap cambial⁶, que somaram, no período de setembro de 2014 a setembro de 2015, R\$ 207 bilhões de prejuízo ao Banco Central e que se transformaram em dívida pública; operações compromissadas que acumulam mais de R\$ 1 trilhão de dívida pública sem contrapartida social; a ilegal prática de juros sobre juros com as maiores taxas do mercado internacional são exemplos de mecanismos que não trazem à sociedade o menor benefício e somente enriquecem o setor que está sempre acima de qualquer crise: o setor financeiro, que não para de criar esquemas cada vez mais sofisticados - a exemplo do já citado PLS 204 - para gerar "dívida pública" sem contrapartida alguma à sociedade que só é chamada para pagar a conta.

É por este motivo que conclamamos todos os setores da sociedade a participarem conosco dessa empreitada e exigir que seja feita a auditoria cidadã da dívida, buscando uma vida com menos desigualdades e com dignidade para os cidadãos. ■

_____ **6 Swap cambial:** conforme o Banco Central do Brasil (BCB), é um instrumento derivativo que permite a troca de rentabilidade dos ativos. Consiste na troca de taxa de variação cambial (variação do preço do dólar americano) por taxa de juros pós-fixados. (Nota da **IHU On-Line**)

A lógica que concebe políticas públicas de qualidade para poucos

Para Berenice Rojas Couto, quando as lógicas de exploração e meritocracia emergem, políticas públicas de qualidade passam a ser artigo somente para quem pode pagar por elas

Por João Vitor Santos

Assistente social Berenice Rojas Couto destaca que a história do Brasil se faz presente até mesmo na concepção que se tem de políticas públicas no país. “Não podemos esquecer nosso passado/presente latifundiário, escravocrata. Essa herança trata a terra não como um bem socialmente construído, mas como espaço de mercado e de exploração”, ressalta. Assim, para ela, o Estado tem de se fazer presente para corrigir as distorções dessa relação. Entretanto, o problema está quando essa lógica latifundiária e escravocrata atravessa o conceito de política pública nacional. É assim que surge uma espécie de atualização da lógica do capital, na espoliação do povo e da terra. “O capital busca extrair riqueza em alto grau da população, que deve pagar e, portanto, gerar lucro aos prestadores privados de programas sociais; além disso, são induzidos a crer que os serviços privados são detentores de qualidade superior à do serviço público, gerando uma busca para ter acesso através deles”, analisa.

O resultado de todo esse atravessamento é a reedição de conceitos de exploração e de meritocracia. Para Berenice, não são perspectivas que se alinham com a política pública universal e capaz de potencializar as minorias. “Ao persistir a lógica da exploração e da meritocracia, teremos uma política de primeira classe para quem pode pagar e uma de segunda classe para a população que não pode pagar, essa sempre em número mais expressivo na composição dos 260 milhões de brasileiros”, explica na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Esse contexto de hoje, no cenário político

pós-impeachment de Dilma Rousseff, é tomado por ela como “muito desafiador para o debate das políticas públicas e sociais” em função do surgimento da ideia de que as políticas públicas e sociais não cabem no orçamento público, que o sistema privado deve ser ainda mais acionado. Berenice acredita que é essencial “retomar a análise da sociedade e mostrar que a conquista no campo social e público só foi possível graças à luta cotidiana da população por ver reconhecido que seu direito a ter direito é uma perspectiva histórica que não pode ser abandonada”.

Berenice Rojas Couto é assistente social, doutora em Serviço Social, pós-doutora pela Universidade do Porto, Portugal. Atua no tema das políticas sociais e do Serviço Social. Atualmente, participa de três pesquisas nacionais e internacionais. A primeira discute os Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe e faz um estudo comparado entre os programas do Uruguai, Argentina e Brasil. No grupo, atuam pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Universidade de Tandil na Argentina e de Ciências Sociais no Uruguai. Noutra pesquisa, discute Proteção Social no Brasil, Chile e Cuba, com pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, PUC-SP, PUCRS, da Universidad de Habana e da Universidade do Chile. A terceira é a Pesquisa Nacional sobre o Sistema Único de Assistência Social, com a participação de pesquisadores da UFMA, PUC-SP e PUCRS.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como as políticas públicas e sociais são impactadas numa sociedade em que a perspectiva econômica se transforma em perspectiva moral?

Berenice Rojas Couto - Uma das grandes características das políticas públicas e sociais na perspectiva do ideário neoliberal e da configuração de um projeto de Estado Mínimo é a retomada da meritocracia no acesso a elas. A característica central de projetos meritocráticos é pautar sua explicitação na valoração moral do usuário. A máxima fica traduzida pelo 'quem merece tem acesso'. E para merecer é preciso mostrar sua adesão a critérios, que, na maioria das vezes, se pautam por analisar comportamentos e potencialidades das pessoas para responder positivamente àquilo que o sistema espera dela.

Nessa perspectiva, perde-se a conquista civilizatória nos marcos do capital de ter atendidas as necessidades sociais na esteira da devolução de parcela da riqueza socialmente produzida. O Estado Social é fiador dos interesses da classe trabalhadora e sob pressão amplia os direitos sociais e impede que a exploração do capitalismo chegue aos níveis da barbárie; e no bojo do entendimento de que a sociedade capitalista e sua formação sócio-histórica, econômica e social são ingredientes fundamentais para entender a ampliação ou a restrição de direitos.

IHU On-Line - Como se dá a proteção social em tempos de capitalismo financeiro, a partir da experiência brasileira e de países latinos? Quais os limites?

Berenice Rojas Couto - É preciso primeiro sinalizar como a proteção social brasileira está estruturada a partir de 1988. Temos a proteção vinculada ao seguro social, ou seja, a política previdenciária e a proteção desmercadorizável, representadas pelas políticas de Saúde e Assistência Social. Ao conformar o campo da Seguridade Social, as políticas brasileiras enfrentam o desafio de pensar não só as garan-

tias oriundas da proteção do trabalho assalariado, como também criar um campo de proteção desvinculado da contribuição direta do usuário (cabe lembrar que indiretamente todos contribuimos via impostos com o fundo que mantém essa política).

O primeiro problema está vinculado a uma ideia de pleno emprego sustentando a proteção da previdência. Constitui-se em política de vínculo geracional, onde os trabalhadores da ativa sustentam aqueles que pela legislação podem se aposentar. A partir da década de 1970, temos uma reestruturação do mundo do trabalho e a crise cíclica capitalista vai organizar sua exploração a partir da destituição de direitos nesse campo. Para a financeirização, a produção é secundária, portanto não precisa se submeter aos apelos da classe trabalhadora. O trabalho ganha a feição da desproteção. Cada vez mais os espaços são constituídos por lugares desprotegidos e ameaçados pela ganância do capital. Nessa esteira, embora a questão do desemprego tenha chegado ao Brasil a partir dos anos 2010, a existência e ampliação deles a partir de 2004 deu-se de maneira precarizada pelos baixos salários, insuficientes para manter a família do trabalhador.

Além disso, a política de seguro social teve reformas importantes com perdas substantivas para os trabalhadores. Todo esse caldo acaba desaguando nas políticas de Saúde e de Assistência, que também têm sofrido retrações e cortes no seu financiamento. E o acesso à Seguridade Social, que é um direito constitucional no Brasil, passou a ser matizado pelas características do ideário do neoliberalismo e sua influência na estrutura de atenção às necessidades sociais da população. Para o capitalismo financeiro, interessa saber qual política pode ser privatizada e como o capital pode lucrar não só com a destituição dos direitos sociais, mas como pode ampliar seu lucro vendendo esses serviços (o caso da Saúde é emblemático nessa discussão).

América Latina

O desenho das políticas sociais da América Latina principalmente a partir da vitória eleitoral dos partidos populares é mais ou menos o mesmo, guardando as diferenças culturais, sociais e econômicas entre eles. Os programas de transferência de renda passaram a ser o carro-chefe de todos eles, com grande influência da avaliação do Banco Mundial sobre o Programa brasileiro Bolsa Família e sua disseminação no continente latino-americano.

IHU On-Line - De que forma é possível pensar em políticas públicas que sejam capazes de potencializar o indivíduo para que rompa e não se torne refém da lógica da financeirização?

Berenice Rojas Couto - Importante retomar aqui uma categoria fundante no pensamento de Antonio Gramsci¹ para entender o movimento que aprisiona a população como portador da lógica do capital. Estou me referindo à categoria hegemonia, e imbricada nela a ideologia. Os aparelhos ideológicos do Estado têm função precípua de criar condições objetivas para que o pensamento neoliberal se espalhe, entre eles podemos citar o próprio Estado, as Escolas, as Igrejas, os partidos políticos. Assim, o pensamento dominante capitalista passa a ser defendido por aqueles que são subalternizados nessa relação capital x trabalho. Em termos de contribuir para a criação de um pensamento contra-hegemônico, no campo das políticas sociais, é preciso que os operadores das políticas entendam como instrumento

¹ **Antonio Gramsci** (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela "hegemonia" do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-08-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon231>. (Nota da **IHU On-Line**)

de desalienação e de desvendar as lógicas perversas do capital para que coletivamente construam-se caminhos para que a pressão dos trabalhadores seja feita sobre as diversas estruturas que detêm o poder.

Não acredito em saídas individuais para que esse movimento de pressão possa se realizar. Cada vez é mais necessária a criação de espaços democráticos substantivos, de debates coletivos e que a informação possa chegar a todos, para que partilhando o conhecimento sejamos capazes de enfrentar as amarras tão visíveis que cada vez mais estão expostas na sociedade contemporânea. O perverso dessa realidade é constatar que não é necessário, na maioria das vezes, usar a força para garantir o poder, a coesão é um elemento de forte incidência na realização da exploração do trabalho pelo capital.

IHU On-Line - Em tempos de crises, como assegurar a integridade de políticas sociais para que não sejam suprimidas e tampouco se convertam a lógicas mercadológicas e financeiristas?

Berenice Rojas Couto - A crise contemporânea não tem dado trégua à constituição de um arcabouço de desproteção, no que se relaciona ao campo das políticas sociais. Muito fortes são os argumentos do pensamento hegemônico sobre a insustentabilidade da proteção social em tempos de financeirização. O retorno à ideia de que a proteção deve ser um campo privado, ressaltando o retorno à centralidade da família com esse papel, é característica central no desenho da (des)proteção social. A lógica é traduzir o campo da política social como campo da focalização nas populações mais empobrecidas e buscando aniquilar o acesso na condição de direito social.

O esforço do capital é submeter às políticas sociais a residualidade, destruir a noção de universalidade que pautou os sistemas de proteção social dos pós-guerras mundiais, e retornar a responsabilidade de se

proteger para o trabalhador, individualmente. As categorias empreendedorismo, protagonismos, autonomia têm sido propaladas como vértice da contemporaneidade. Agrega-se a esse debate a insuficiência e a impossibilidade do Estado de atuar como prestador de serviços sociais. Tudo isso colabora para que a lógica da compra de serviços (mercado é o lugar sagrado) deva ser buscada por todos os sujeitos, só por incapacidade pessoal (o que é condenável) deve-se recorrer à ótica do direito social. Embora esse seja um pensamento que tenta ganhar corações e mentes na sociedade contemporânea, podemos, sim, identificar vários movimentos que têm denunciado essa ordem e tentando disputar a manutenção de um sistema que desde 1988 tenta se instituir nos países.

IHU On-Line - Como tem observado as ações do governo de Michel Temer² acerca de políticas públicas e sociais? Que lógica suas ações revelam? Como pensar em resistências?

Berenice Rojas Couto - Analisar a "Ponte para o Futuro", programa lançado pelo Michel Temer, é compreender em profundidade as consequências do ideário neoliberal na estrutura que vem sendo construída ao longo dos últimos 13 anos no Brasil. A disputa pelo projeto construído a partir das lutas populares contra a ditadura militar e seu contraponto ao ideário neoliberal vem sendo travada desde os anos 2000. De um lado a tentativa de construir fortes patamares de proteção, incidir nas condições de vida da população mais pobre, garantir direitos trabalhistas, ampliar o emprego, bem como a recomposição do salário mínimo e

2 Michel Miguel Elias Temer Lulia (1940): político e advogado brasileiro, ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). É o atual presidente do Brasil, após a deposição por impeachment da presidenta Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da IHU On-Line)

benefícios assistenciais no valor de um salário mínimo, criaram uma ideia de que encaminhávamos um projeto social comprometido com as lutas das classes trabalhadoras e que essa conquista era sólida. É sempre bom fazer um parêntese para analisar os retrocessos que também aconteceram nesse período, em que a reforma previdenciária é elemento central, em nome daquilo que se convencionou chamar governabilidade.

O governo Temer começa a partir de uma crise institucional entre Câmara de Deputados e a Presidência da República, e a pavimentação para mostrar que "o que é sólido se desmancha no ar" no dizer de Marx³, estava pronta. A manipulação do pensamento popular de que o que fora construído estava alicerçado na corrupção serviu de cimento para que esse governo (ilegítimo!) mostrasse a face mais perversa do capitalismo contemporâneo nas suas propostas. Assim, as PECs que hoje estão encaminhadas ao Congresso Nacional destroem conquistas trabalhistas e no campo do acesso das políticas sociais, em especial da Saúde e da Educação, impõem uma restrição mortal aos sistemas.

Não menos preocupante é a desestruturação do Sistema Único da Assistência Social através de cortes severos no financiamento e a pro-

3 **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, que tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra de Marx *O Capital*, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**)

posta de revisão do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada - BPC, que terá seu valor redefinido (não devemos esquecer que ele é o único benefício assistencial vinculado constitucionalmente ao salário mínimo). Também a reforma da previdência anunciada e a quebra da estrutura ministerial disposta são elementos essenciais para mostrar as perdas que a classe trabalhadora vai ter com esse governo.

Resistência e luta pela sobrevivência

Estamos vivendo momentos duros, onde a resistência é minada pela necessidade de luta cotidiana pela sobrevivência. A precarização do mundo do trabalho, a criminalização dos movimentos coletivos é combustível da passividade e conformidade. Mais do que nunca será necessário resistir. O pensamento conservador da elite brasileira está de volta de forma avassaladora, e o governo Temer é sua representação. O espaço de luta terá que ser alimentado como sempre pelos movimentos da classe trabalhadora para não permitir que as conquistas populares sejam desmontadas.

IHU On-Line - Em outra entrevista concedida à IHU On-Line⁴, a senhora refere que no Brasil há um sistema híbrido de proteção social que articula o público e o privado. Gostaria que a senhora retomasse essa explicação e analisasse em que medida esse sistema torna a proteção social vulnerável às lógicas financeirizadas e do interesse privado no lucro.

Berenice Rojas Couto - A característica do sistema híbrido é herança da forma tradicional de organização da sociedade brasileira. Não podemos esquecer nosso passado/presente latifundiário, escravocrata. Essa herança trata a terra não como um bem socialmente construído, mas como espaço de mercado e de exploração. A espe-

culação imobiliária, uma das fases desse capitalismo predatório, é essência do trato da terra no Brasil. Assim também é a aliança do público com o privado. O Estado como representação desses interesses, tentando equalizá-los.

Se pensarmos esse sistema fincado na primazia do Estado, teremos aí uma lógica de publicização invadindo a esfera dos serviços privados/filantrópicos. Ao contrário, voltamos à lógica instituída a partir de 1930 no Brasil, onde a questão social era atendida pelos entes privados com subsídios do Estado, sem controle da população. O campo da prestação de serviços às necessidades sociais da população sempre foi areia movediça, onde interesses diversos disputam o fundo público. A Constituição de 1988, ao estabelecer a condução do Estado e a necessidade de se estabelecer parâmetros públicos na prestação dos serviços, tensionou e constrangeu o caráter eminentemente privado desses prestadores. Muitos ajustes foram feitos e hoje esses ajustes podem estar em risco.

O tempo presente é muito desafiador para o debate das políticas públicas e sociais. Ao persistir a lógica da exploração e da meritocracia, teremos uma política de primeira classe para quem pode pagar e uma de segunda classe para a população que não pode pagar, essa sempre em número mais expressivo na composição dos 260 milhões de brasileiros. Não só no Brasil, mas nos países de capitalismo avançado, assistimos a uma retomada da privatização dos bens públicos, entre eles as políticas sociais e públicas.

O capital busca extrair riqueza em alto grau da população, que deve pagar e, portanto, gerar lucro aos prestadores privados de programas sociais. Além disso, são induzidos a crer que os serviços privados detêm qualidade superior à do serviço público, gerando uma busca para ter acesso através deles. Nesse caso nossa herança contribui para a destituição do campo público como espaço de realização coletiva da população.

Mais um desafio presente, reafirmar a centralidade do público e do asseguramento da proteção social pelo Estado, na devolução de parte (inclusive ínfima) da riqueza socialmente produzida.

IHU On-Line - Como tem observado a interferência da lógica da financeirização nos sistemas de proteção social em outros países latinos? O que essas experiências revelam ao Brasil?

Berenice Rojas Couto - O Brasil não está isolado nas análises realizadas. Podemos, como já aponte, encontrar as mesmas características ou tentativas (vide governo do Macri⁵ na Argentina) em diversos países da América Latina. Retoma com força em todos os países dessa latitude o desmoronamento de projetos coletivos, volta com força total à ideia de que o individualismo deve pautar nossa forma de entender e agir no mundo. Ganha destaque a ideia falsa de que privatizando os bens públicos teremos mais oportunidades de escolha. Criminaliza-se o acesso às políticas sociais. O beneficiário delas, em tese, deve ser um sujeito sempre sob suspeita. Os benefícios assistenciais são criminalizados uma vez que, segundo o pensamento do senso comum, levam as pessoas ao conformismo e subtraem sua característica fundamental para o capital, o sentido de competição.

Enfim, os trabalhadores e suas famílias tornam-se responsáveis pela sua proteção e também pela desproteção. Dissemina-se o ideário de que os serviços privados são melhores, que o pagamento pelo acesso transforma o sujeito em cidadão. Reafirma-se o papel do cidadão consumidor como preponderante na definição de dignidade. Assim, colocar preço e mercantilizar o acesso transforma-se

4 A entrevista referida está disponível em <http://bit.ly/2bELtIZ>. (Nota da IHU On-Line)

5 Mauricio Macri (1959): engenheiro civil, político, executivo, empresário, que assumiu como presidente da Argentina em dezembro de 2015. Anteriormente, foi deputado nacional pela Cidade Autônoma Buenos Aires entre 2005 e 2007 e chefe de governo do mesmo distrito por dois mandatos (2007-2011; 2011-2015). (Nota da IHU On-Line)

no fetiche da contemporaneidade e o direito social universal em um instrumento jurássico e indesejável. Essas ideias estão disseminadas na América Latina e nos países do capitalismo desenvolvido, e são responsáveis pela destruição do campo público como *locus* privilegiado da conformação da disputa e da dignidade do trabalhador.

IHU On-Line - Qual o papel de programas de transferências de renda nesse contexto de crises econômicas e sociais? E como analisa os programas desenvolvidos no Brasil? No que se assemelham e no que se distinguem de programas de países como Uruguai e Argentina?

Berenice Rojas Couto - Os programas de transferência de renda são uma realidade na América Latina. Todos os países têm alguma forma de transferência de renda, na maioria dos casos, pautados na complementação da renda insuficiente das famílias e na proteção de crianças e adolescentes. Participamos de uma pesquisa que fez um estudo comparativo entre o Programa Uruguaio Programa Nuevo Regimen de Asignaciones Familiares - Afam-PE, o Programa argentino Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social - AUF e o programa brasileiro Bolsa Família. A lógica dos programas é a mesma, com uma diferença do programa argentino, que tem como finalidade universalizar um recurso que é do campo formal do trabalho para os filhos de trabalhadores para todas as crianças argentinas.

O que chama a atenção, principalmente no programa uruguaio, é o refinamento tecnológico, com a utilização de sistema de informações, sem a mediação de trabalho profissional para controle dos usu-

ários do programa. Muitos desses mecanismos apoiados no Programa Chile Solidário que monitora diretamente as famílias pobres, impondo padrões comportamentais e metas para ajudá-las a sair da pobreza. Amartya Sen⁶ tem sido o teórico que tem pautado esse trabalho junto às famílias. Lembrando que seu debate sobre carências e potencialidades tem alimentado os planos de atendimento das famílias. Essa forma aplica um conteúdo destituído da análise da sociedade e do que gesta a pobreza. O programa vira um fim em si mesmo. Sempre é importante ressaltar que a renda é um direito social e que é importante a existência de transferência de renda como um direito social. Mas também é preciso pautar que o programa tem que estar articulado a garantias de direitos sociais amplos, onde a renda é apenas uma pequena parcela. É preciso reconstituir a ideia de vida digna vinculada à noção de cidadania substantiva e não à questão de consumidor.

IHU On-Line - Quando uma política pública e social rompe com esquemas que nutrem a desigualdade e quando apenas atuam no limite do possível, apenas gerenciando as desigualdades? Podemos pensar em alternativas?

⁶ **Amartya Sen** (1933): economista indiano autor do livro *Desenvolvimento com liberdade* (São Paulo: Cia das Letras, 2000). Em 1998, a Real Academia da Suécia conferiu o prêmio Nobel de Economia a Sen “por devolver uma dimensão ética ao debate dos problemas econômicos vitais”. Foi galardoado com o prêmio em memória de Alfred Nobel das Ciências Econômicas, pelas suas contribuições ao *Welfare Economics*. Confira a entrevista *Amartya Sen e uma nova ética para a economia* publicada na edição 175 da **IHU On-Line**, de 10-04-2006, disponível em <http://bit.ly/2ctj9e>. (Nota da **IHU On-Line**)

Berenice Rojas Couto - O grande dilema atual é que para enxergar o campo da política social como um campo contraditório é preciso que ele seja espaço de resistência à exploração do ser humano. Reconhecendo seu caráter modelador da ótica do capital, é preciso desenhá-lo como espaço de disputa da riqueza socialmente produzida e campo de redução das desigualdades. Se a política social e pública não se manifesta como campo de combate à desigualdade, ela é destituída de contradição e perde a potência para atender as necessidades sociais da classe trabalhadora e sua família.

Cabe aos espaços institucionais, aos trabalhadores sociais oferecer à população elementos para o questionamento dessa cobertura, do recurso gasto e da forma com que ela é concebida. É somente no campo da disputa que podemos construir caminhos para um horizonte voltado à justiça social e ao debate da sociedade em curso. Certamente no Brasil, assim como na Argentina, se prevalecerem os projetos dos governos em curso, teremos um terreno muito árido e tortuoso para a população em geral e para a classe trabalhadora em particular.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Berenice Rojas Couto - Resistir e lutar e usar o conhecimento como instrumento de luta, esse é o campo da produção de conhecimento. Retomar a análise da sociedade e mostrar que a conquista no campo social e público só foi possível graças à luta cotidiana da população por ver reconhecido que seu direito a ter direito é uma perspectiva histórica que não pode ser abandonada. ■

LEIA MAIS...

– *Política como ferramenta de disciplinarização dos sujeitos*. Entrevista com Berenice Rojas Couto, publicada na revista **IHU On-Line** nº 473, de 28-9-2015, disponível em <http://bit.ly/2bELtIZ>.

A realidade da renda básica no Brasil pós-Lula

As políticas sociais do PT em tempos de desmoronamento do projeto de poder de Lula

Por Giuseppe Cocco e Sílvio Pedrosa | Tradução Vanise Dresch

“**N**ossa análise seguirá dois eixos: a evolução dos debates em torno dessas políticas e a descrição das políticas de distribuição de renda. Esses dois eixos serão divididos em três fases: primeiramente, a realização do programa Bolsa Família, durante o primeiro governo Lula (2003-2006), a qual chamaremos de fase “católica” ou “esquerdista residual”; a segunda fase “lulista”, do segundo governo Lula e dos dois primeiros anos do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2007-2012); e o “Lulismo selvagem” da guinada para os protestos de junho de 2013”, analisam Cocco e Pedrosa.

Giuseppe Cocco é graduado em Ciência Política pela Université de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova, é mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), é doutor em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e editor das revistas Global Brasil, Lugar Comum e Multitudes. Coordena a coleção A Política no Império (Civilização Brasileira).

Sílvio Pedrosa é professor da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro e participante da rede Universidade Nômade.

Eis o artigo¹

É bem difícil iniciar um balanço das políticas sociais dos quatro governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil (dois governos de Lula, de 2003 a 2011, e dois de Dilma Rousseff, de 2011 a 2015) neste momento em que o mandato em curso enfrenta não somente uma contestação popular maciça, mas também uma dramática depressão econômica, um gigantesco escândalo de corrupção e um processo de *impeachment* com final muito incerto em meados de abril de 2016. Apesar disso, essa situação realmente catastrófica não impede que as políticas sociais do governo Lula tenham legitimado socialmente um poder que poderia ter perdurado, uma vez que o PT planejava a recandidatura de Lula em 2018. Ao mesmo tempo em que o poder do PT desmorona, suas políticas sociais e, sobretudo, o programa mais popular, o Bolsa Família, são objeto de consenso. Ninguém ousaria, hoje, querer reduzi-las, reformulá-las ou extingui-las. No entanto, trata-se de um consenso paradoxal, no momento em que essas políticas sociais são abaladas por três processos. Primeiramente, a violenta recessão associada à inflação muito

elevada dos últimos anos reduzem progressivamente essas políticas sociais: tanto a seleção dos beneficiários quanto o montante dos repasses estão atualmente congelados², sem acompanhar a enorme inflação. Além disso, enquanto os programas minguaram nos últimos dois ou três anos, as populações a serem beneficiadas aumentam constantemente. Por fim, o Brasil, assim como toda a América do Sul, retorna a políticas neoliberais, de modo que o segundo governo de Dilma Rousseff começou a implantá-las já desde sua ilusória vitória eleitoral³. O PT e seus aliados não só efetuaram cortes drásticos nas despesas públicas e na proteção social (seguro-desemprego para os mais jovens, proteção dos pescadores e pensão por viuvez), mas também trabalharam para reformar especialmente o sistema de *aposentadorias*. Qualquer que seja o cenário político institucional de saída da crise atual, até mesmo no caso - muito improvável - de sobrevivência do PT e de

1 O artigo original, em francês, foi publicado na revista *Multitudes* (2016/2 - n° 63), disponível em <http://bit.ly/2c9bkeu>. O artigo nos foi encaminhado, em francês, por Giuseppe Cocco. (Nota da **IHU On-Line**)

2 A presidente Dilma vetou uma lei elaborada pelo senador do PT, Eduardo Suplicy, que instituiria uma “linha oficial de pobreza”. Suplicy já apresentara, em janeiro de 2014, uma lei sobre a “« Renda Básica de Cidadania », que foi barrada por Lula e, desde então, totalmente ignorada. Ela se situa na perspectiva moral de uma renda mínima de cidadania igual para todo mundo. (Nota dos autores)

3 Cf., “Le mouvement d’indignation au Brésil face à l’austérité néolibérale”, Giuseppe Cocco, *Multitudes*, n. 59, été 2015. (Nota dos autores)

Lula, as aposentadorias permanecerão reduzidas com a adoção das receitas neoliberais. No entanto, veremos mais adiante que as aposentadorias constituem, junto com o salário mínimo instaurado já em 1938 pelo regime Vargas para o trabalho assalariado⁴, o dispositivo fundamental de proteção social no Brasil.

Hoje, portanto, o destino do Brasil, “país do futuro”, é muito imprevisível, e a evolução em curso suscita um pessimismo generalizado. Nessa extrema incerteza, as mobilizações da esquerda residual, que defende o governo, desempenham um papel extremamente perverso, correndo o risco de abrir caminho para um “lepenismo”⁵ tropical. Ao mesmo tempo, o vazio deixado pela derrocada do PT e da esquerda também pode transformar-se em brecha para a radicalização de certas experiências positivas dos últimos vinte anos, como ocorreu em junho de 2013⁶.

Este artigo tem como objetivo avaliar o alcance das *políticas sociais realmente existentes* no Brasil no período Lula do ponto de vista do debate geral sobre a Renda Básica de Cidadania. Ele inclui duas questões: 1. Essas políticas sociais - sobretudo os repasses monetários - foram pensadas na perspectiva de uma renda mínima? 2. A renda mínima poderia funcionar como vértice privilegiado de reorganização e integração dessas políticas sociais? Podemos adiantar nossas respostas: as diferentes políticas de repasses monetários não foram concebidas na perspectiva da renda mínima (nem de qualquer outra forma de renda garantida). Elas são o resultado imprevisto de uma hibridação de três dispositivos diferentes: o sistema de aposentadorias, proveniente do Estado corporativo e autoritário; o sistema de seguro-desemprego como elemento tardio do *Welfare* fordista articulado com o emprego formal; e, por fim, os repasses monetários de assistência social. Estes últimos reúnem os programas do *Benefício de Prestação Continuada*, instaurado em 1995⁷, e do *Bolsa Família*, implantado em 2004 no âmbito do “combate à extrema pobreza”.

Nossa análise seguirá dois eixos: a evolução dos debates em torno dessas políticas e a descrição das políticas de distribuição de renda. Esses dois eixos serão divididos em três fases: primeiramente, a realização do programa *Bolsa Família*, durante o primeiro governo Lula (2003-2006), a qual chamaremos de fase “*católica*” ou “*esquerdista residual*”; a segunda fase “*lulista*”, do segundo governo Lula e dos dois primeiros anos do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2007-2012); e o “*Lulismo selvagem*”⁸ da guinada para os protestos de junho de 2013.

4 Esse salário mínimo condiciona também, hoje, o trabalho informal num montante de cerca de 250 dólares americanos em 2016. (Nota dos autores)

5 Referência a Jean-Marie Le Pen, ex-dirigente do *Front National*, partido francês de extrema-direita. (Nota da tradutora)

6 Cf. la Majeure “Devenir-Brésil post-Lula”, *Multitudes*, n. 56, été 2014. (Nota dos autores)

7 Instaurado em 1993, esse dispositivo paga uma renda mínima aos que têm mais de 65 anos sem renda e às pessoas deficientes. (Nota dos autores)

8 Cf. Bruno Cava et Giuseppe Cocco, “Vogliamo tutto: le giornate di giugno e la costituzione selvaggia della moltitudine del lavoro metro-

O período católico ou “esquerdista residual”

A chegada do PT ao poder foi antecedida por uma série de conciliações com vistas à aceitação do partido e de seu líder carismático pelos grandes interesses econômicos e políticos de um país que chegava apenas a sua terceira eleição presidencial direta realmente democrática. Lula prometera solenemente manter o sistema fiscal e honrar as dívidas e as privatizações anteriores. Para reforçar uma imagem de moderação, Lula escolheu como vice-presidente um riquíssimo industrial de Minas Gerais. Para a grande decepção da maioria dos militantes (não somente da esquerda do partido), a chegada de Lula ao poder não representou, então, nenhuma revolução na política econômica. Ao contrário, suas primeiras medidas seguiram totalmente a linha de seu predecessor, Fernando Henrique Cardoso, como a reforma que reduzia as aposentadorias do setor público do modo como o governo anterior havia preparado, e o PT expulsou de suas posições os deputados que recusavam essa mudança. O único projeto inovador foi o programa *Fome Zero*, um dispositivo de combate à fome já elaborado há muito tempo pelo *Instituto da Cidadania*, o *think tank* do PT que hoje é o *Instituto Lula* e está no centro dos escândalos de corrupção. Esse programa *Fome Zero*, inspirado nas ações de Betinho⁹ e de Frei Betto e também muito parecido com os *Restaurants du Coeur* de Coluche (França), deveria ter possibilitado que o Ministério do Desenvolvimento Agrário concretizasse o “direito fundamental à alimentação”. Juntamente com uma distribuição física de produtos alimentares, foi programada toda uma série de ações consideradas emancipacionistas - restaurantes populares, cursos de formação profissional etc. Como se podia esperar, sua gestão muito cara e complexa do ponto de vista logístico impediu seu fortalecimento. Depois de menos de um ano de experiência, um Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) foi criado para coordenar e supervisionar esses programas de assistência social, principalmente aqueles dos *repasses monetários*.

O período lulista

No final de 2003, o governo Lula reformulou então radicalmente a equipe e o programa *Fome Zero*. Suas três diferentes políticas específicas foram reagrupadas: as transferências *in natura* (gêneros alimentícios) e em serviços (formação) foram suprimidas, em

politano”, *Euronomade*, août 2013, <http://bit.ly/2cBgEG1>. (Nota dos autores)

9 **Herbert José de Sousa**, conhecido como Betinho (1935 –1997): foi um sociólogo e ativista dos direitos humanos brasileiro. Concebeu e dedicou-se ao projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Integrou Ação Popular (AP), movimento político, criado antes de 1964, cuja inspirador foi o Pe. Lima Vaz. A AP foi extinta pela ditadura militar e se transformou, na clandestinidade, em Ação Popular Marxista-Leninista. Ainda foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas ou Ibase, organização da sociedade civil que tem como objetivo a radicalização da democracia e a afirmação de uma cidadania ativa. (Nota da **IHU On-Line**)

proveito dos repasses monetários unicamente. Esse novo programa *Bolsa Família* é rapidamente fortalecido para se tornar, em termos de público alcançado e orçamento alocado, o mais importante programa de transferência *condicionada* de renda do mundo¹⁰: em dezembro de 2012, cerca de 45 milhões de pessoas (quase um quarto da população) foram beneficiadas com uma redistribuição do equivalente a 10 bilhões de dólares, 0,5% do PIB. Com ou sem razão, esse programa monopolizou todas as apreciações do governo Lula na ocasião da reeleição de 2006, que sucedeu à grave crise política do escândalo do “Mensalão”¹¹. A direita, a mídia e a oposição de esquerda falaram de “populismo”, uma parte da esquerda de governo desenvolveu críticas idênticas, sem, contudo, condenar a política. Foi então que o antigo porta-voz do presidente no primeiro mandato, André Singer¹², lançou o conceito ambíguo de “Lulismo”. Esse termo registra, inicialmente, a mudança da base eleitoral do PT entre 2002 e 2006, com menos camadas sociais urbanizadas de operários e classe média instruída das regiões mais desenvolvidas do Sul e do Sudeste do país, e mais populações das regiões do Nordeste e Norte, as mais pobres e consideradas o *lumpenproletariado*. Ele associa, além disso, essa transformação ao fato de que a crise vertical da militância de base do PT (exclusão da esquerda do partido, escândalo de corrupção) foi superada pela dimensão eleitoral do próprio Lula.

O “Lulismo selvagem”

Os protestos de junho de 2013 puseram fim ao Lulismo enquanto dinâmica vinda não de fora, mas da outra face do conjunto das políticas sociais dos governos do PT. Porque o fenômeno do “populismo” (positivo ou negativo) e o apoio passivo ao líder carismático ocultavam uma dinâmica selvagem de produção de subjetividade *no cerne* das políticas sociais de Lula, bem como *para além* delas. O movimento de junho de 2013 foi a explicitação dos limites não somente do Lulismo (sociológico ou político), mas também, e sobretudo, das diferentes críticas externas e internas dirigidas contra ele. As políticas sociais (e o governo de modo geral) não podem ser avaliadas em si mesmas, de acordo com a coerência interna de sua concepção e execução, tampouco conforme seus discursos sobre a emergência de uma nova classe média. E muito menos segundo a crítica que as acusa de oferecer apenas uma inclusão pela integração no grande consumo. O que é preciso entender são os processos de subjetivação que se afirmam no e além de seu horizonte. Nas

10 Cf. Tereza Campello, Marcelo Néri (orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*, Brasília, IPEA, 2013, pp. 17-24. (Nota dos autores)

11 Primeira crise de corrupção, dita do “Mensalão”, condenando a penas de prisão em 2013 vários dirigentes do PT e de outros partidos aliados, realmente insignificante se comparada com o escândalo atual. (Nota dos autores)

12 Cientista político da Universidade de São Paulo (USP), in “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”, *Novos Estudos* n. 85, Cebrap, São Paulo, 2009. (Nota dos autores)

políticas públicas, o que importa não é tanto saber se elas podem “resolver” uma determinada situação (por exemplo, a extrema pobreza, a desigualdade), mas se elas dão acesso e se estão abertas às dinâmicas que podem mudar as relações sociais, dinâmicas horizontais e constituintes de mobilizações sociais capazes de transmutar os valores. Enquanto o Lulismo estava totalmente mergulhado na euforia da emergência de um “país sem pobres”, de uma “nova” classe média apta a consumir automóveis e megaeventos da guinada neodesenvolvimentista do governo Dilma, os protestos de junho de 2013 mostravam a formação de uma nova figura social do trabalho metropolitano, totalmente selvagem e irrepresentável.

O debate sobre as transferências de renda durante o governo Lula

Dois grandes tipos de críticas gerais ou internas ao PT visam as políticas sociais de transferência de renda. As críticas externas reúnem curiosamente a convergência das oposições de direita e de esquerda, que consideram as transferências de renda como um assistencialismo aos pobres, incapaz de tirá-los da miséria, uma vez que a única solução seria o acesso ao trabalho pelo emprego. Só mais tarde, as perspectivas se separaram. A direita aposta na flexibilização do trabalho para que o emprego progrida no ritmo necessário. A esquerda visa uma mudança radical das políticas econômicas para que o crescimento ofereça mais empregos e mais direitos... trabalhistas. Essas críticas, porém, muito virulentas no início, foram combatidas tanto pela popularidade dos programas sociais quanto pelo clima geral de euforia que se instalou depois da crise financeira, notadamente no momento em que Lula realizou a proeza de conseguir eleger em seu lugar uma figura política bastante fraca, nunca tendo se candidatado numa campanha eleitoral.

Portanto, são as críticas “internas”, aquelas formuladas dentro do campo intelectual e político do PT e do governo, que podem nos ajudar a compreender melhor as potencialidades da experiência Lulista no debate sobre a renda universal ou básica¹³. Essas críticas internas reproduzem em termos diferentes as abordagens externas, principalmente aquelas da esquerda, mas ultrapassam o consenso, operando uma desconstrução em dois eixos: o primeiro é o da reconstrução da genealogia neoliberal do programa; o segundo é o da relativização de seu impacto.

O programa Bolsa Família é efetivamente de origem neoliberal, como Lena Lavinas¹⁴ reconstitui de

13 Cf. principalmente Marcio Pochmann, « Trajetória e deslocamento distributivo no Brasil », *Le Monde Diplomatique./Brasil*, julho de 2014; e Lena Lavinas, “La asistencia social en el siglo XXI”, *New Left Review*, n. 84, édition espagnole: Traficantes de Sueños, pp. 7-48. Fontes que utilizaremos para sermos rigorosos e comparativos com os outros países da região. (Nota dos autores)

14 **Lena Lavinas**: economista graduada pelo Institut d’Etudes pour le Développement Economique (França). É mestre e doutora em Estudos sobre a América Latina pelo Institut de Hautes Etudes d’Amérique

maneira detalhada e precisa. É um dos derivados das políticas de reestruturação ou de redução do *Welfare* lançadas nos Estados Unidos, já no início da década de 1970, para reorganizar a proteção social em função de outro regime de acumulação alternativo ao fordismo, o *workfare*. Este promoveu um processo de individualização da proteção social através de dispositivos ao mesmo tempo visados e condicionais. Por um lado, o horizonte de uma cobertura universal deixa então de ser visado em proveito de um “combate” dirigido aos “mais pobres” para responsabilizá-los a produzir seu próprio capital social pela escolarização e pela saúde dos filhos. O inspirador do programa é, aliás, um pesquisador que havia colaborado com o governo neoliberal anterior, sem ter conseguido dar a essa política a envergadura que ela terá com Lula¹⁵. Lena Lavinas reconhece, no entanto, que o *Bolsa Família* brasileiro tem a especificidade de ter sido introduzido por baixo, a partir de uma experiência municipal do PT de Brasília, entre 1995 e 1998. Essa primeira “bolsa escola” era um dispositivo híbrido tipicamente brasileiro, de origem católica, filantrópica, burguesa e socialista. O Bolsa Família, por outro lado, atinge um público gigantesco, por causa da amplitude do fenômeno da pobreza. Para ter acesso a ele, era preciso, em 2014, uma renda mensal de cerca de trinta dólares - equivalentes a quinze hoje - ou ser membro de uma família com mulheres grávidas, mães que amamentavam e/ou menores de 17 anos. Em função desses critérios, a bolsa varia, mas sempre com uma série de condições: a inclusão - através da prefeitura do domicílio - no cadastro nacional dos programas sociais, a seleção do Ministério do Desenvolvimento Social e o compromisso de seguir uma série de ações (acompanhamento pré-natal das mulheres grávidas, participação em cursos de amamentação e alimentação). As famílias devem, além disso, comprometer-se com as vacinas das crianças, o acompanhamento da saúde das mulheres grávidas e a frequência escolar das crianças em idade de até 17 anos. Em 2015, 13,9 milhões de famílias são beneficiadas dessa forma e, além disso, estão mais protegidas do controle delinquente exercido sobre os mais pobres¹⁶.

Latine (França). Realizou o pós-doutorado no Centre de Sociologie Urbaine. É membro do comitê editorial do Feminist Economics (EUA) e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Entre seus livros estão *Programas Sociais de Combate à Fome: o legado dos anos de estabilização econômica* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Ipea, 2004) e *Emprego Feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho* (Santiago do Chile: Cepal, 2002). Confira as entrevistas que concedeu à IHU On-Line: *Brasil reduz a intensidade da pobreza, mas não acaba com a miséria*, publicada em 25-05-2011, nas Notícias do Dia, disponível em <http://bit.ly/jzCJRo>; *Bolsa Família: avanços e limites*, publicada em 28-09-2010, nas Notícias do Dia, disponível em <http://bit.ly/9rk4Ym>. Nas Notícias do Dia, de 25-08-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, também foi reproduzido o artigo *A financeirização da política social: o caso brasileiro*, disponível em <http://bit.ly/2cBjc7o>. (Nota da IHU On-Line)

15 Rafael Cariello, ‘Ricardo Paes de Barros: o liberal contra a miséria’, *Revista Piauí*, edição 74, novembro 2012. (Nota dos autores)

16 Cf. Walquiria Leão Rego et Alessandro Pinzoni, *Voices do Bolsa Família*, UNESP, 2013. (Nota dos autores)

A direita criticava (mais agora) o Bolsa Família por essa massificação e seus desvios eleitoreiros. As verdadeiras críticas, compartilhadas, num primeiro momento, pela “direita” liberal e pela “esquerda” governamental, relativizam os impactos reais do programa. Num artigo que compara a evolução da desigualdade na China e no Brasil, os economistas ortodoxos Pedro Ferreira e Renato Fragelli contestam, assim, que a melhor distribuição de renda no Brasil se deva sobretudo às políticas sociais praticadas a partir de 2003 pelo primeiro governo Lula. “A parte da redução da desigualdade derivada das políticas de transferências de renda e do aumento do salário mínimo representa apenas entre 20% e 30% da redução total da desigualdade”. Alinhados às teorias do capital social, os dois economistas atribuem a parte essencial dessa redução da desigualdade (70 a 80%) à evolução geral da escolarização: queda do analfabetismo de 20 para 9% e aumento da escolaridade média da população, sobretudo dos mais jovens. A frequência escolar dos jovens de 15 a 17 anos passou de 55 a 84%: “O aumento do número de pessoas escolarizadas que entram no mercado de trabalho faz baixar o valor de cada ano de estudos adicional. Mas como diminui, ao mesmo tempo, o número de trabalhadores pouco escolarizados, seus salários aumentam.” Os autores sugerem, concluindo, a abolição do financiamento público das grandes empresas e das universidades.

Dois tipos de críticas semelhantes são formulados pela esquerda de governo, mesmo sendo numa direção diametralmente oposta. O primeiro tipo visa as políticas de transferência de renda excessivamente focalizadas, sem dimensão universal e feitas em detrimento dos investimentos necessários para a construção de um verdadeiro sistema de proteção social. O outro tipo visa, como os liberais, o impacto econômico e social das transferências de renda, mas limitando-se, paradoxalmente, a uma estrita racionalidade econômica, sem levar em conta qualquer variável, como o capital social e os níveis de educação. Encontramos, então, a análise anterior, que afirma que a redução dos índices de pobreza na América Latina deriva, sobretudo, “do crescimento econômico e da criação de emprego”¹⁷. Assim, seriam as políticas de revalorização do salário mínimo que teriam desempenhado o papel mais importante. São as políticas econômicas que importam, e não as políticas sociais, as quais dependeriam, em última instância, dos índices de crescimento e dos níveis de emprego. No lugar do *workfare* dos neoliberais, haveria apenas o *welfare* dos industrialistas.

Ora, segundo Lena Lavinas, foram as revalorizações do salário mínimo através do emprego que contribuíram para a redução das desigualdades através do emprego e, sobretudo, através do sistema de aposentadorias. Dois terços das aposentadorias públicas correspondem ao “salário mínimo”, e, entre janeiro de 2001 e maio de 2012, a criação de emprego e o aumento do salário mínimo, juntos, reduziram o indicador de pobreza

17 *Cit.*, p. 30. (Nota dos autores)

para 15%, enquanto os programas de transferência de renda o reduziram ainda mais, pra 11%”¹⁸. Aconteceu a mesma coisa com a pobreza extrema, que caiu para 4%. E é aí que o emprego tem um papel muito menor que as aposentadorias, por causa do papel da valorização do salário mínimo¹⁹. Devemos acrescentar aqui duas observações. Em primeiro lugar, o sistema brasileiro de aposentadorias, principalmente do maior número delas, que corresponde ao salário mínimo, deve-se ao dispositivo não de proteção do trabalho, mas do não trabalho ou do trabalho informal. Num país em que a metade do número de empregos é informal, as aposentadorias do sistema de seguridade social possibilitaram a criação de uma rede de proteção que, embora frágil, é muito extensa. Boa parte das aposentadorias provém, de fato, de uma política social implantada desde a ditadura para os agricultores, cujos empregadores não pagam as contribuições; ou seja, é uma espécie de antecipação do Bolsa Família. Em segundo lugar, à medida que o salário mínimo instituído em 1938 se desvalorizava nas crises, transformou-se em mínimo para essas aposentadorias sociais. Por um lado, o dispositivo das aposentadorias tornou-se então um mecanismo central de amortização da pobreza, e o fato de que seu nível mais baixo corresponde ao salário mínimo impediu sua total desvalorização. Por outro lado, a valorização do salário mínimo faz dele um instrumento de distribuição de renda (como durante os governos de Lula), mas também uma espécie de teto móvel que bloqueia essa valorização em função de seu impacto direto sobre os orçamentos públicos.

A renda básica realmente existente no Brasil

A partir daí, quais são as perspectivas para a construção de uma renda básica que se torne, no Brasil, o terreno indispensável para uma virada biopolítica urgente capaz de sair da atual tragédia da guerra travada contra os pobres? Digamos que a renda básica já existe, mesmo que não represente absolutamente uma alternativa clara. O verdadeiro desafio é, pois, entender as linhas de conflito que separam sua precária existência empírica atual de sua construção como base de uma nova democracia. Podemos tentar traçar essas linhas em três tempos: a forma híbrida da renda básica hoje; o debate atual sobre a crise e a reforma das aposentadorias; e a questão da moeda.

A renda básica realmente existente no Brasil é composta por uma rede tênue de quatro dispositivos de proteção social. Por ordem de importância: o sistema de aposentadorias, o seguro-desemprego, o *Benefício de Prestação Continuada* e, por fim, o Bolsa Família. As contas das aposentadorias estão equilibradas, ape-

sar do déficit crescente devido às generosas isenções concedidas pelo PT às empresas de diferentes setores e, sobretudo, às contribuições astronômicas que deixam de ser pagas pelas empresas. O seguro-desemprego e o Benefício de Prestação Continuada, por sua vez, concedidos somente a três milhões de pessoas, pesam juntos cerca de 1,2% do PIB brasileiro, enquanto o Bolsa Família, cujos beneficiários são dezenas de milhões de pessoas, consome apenas 0,4% do PIB²⁰. Se consideramos equilibrado o sistema de aposentadorias, seu déficit representando apenas um conflito político acerca de como financiá-lo, os outros programas de distribuição de renda pesam, então, no máximo, 1,6 ou 2% sobre o PIB. Ora, o governo Dilma deu às grandes empresas, em 5 anos, isenções fiscais que representam mais de três Bolsas Família por ano, e isso sem contar várias outras gratificações concedidas às firmas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento. No mesmo período, os juros da dívida custam ao governo mais de 5% do PIB (início de 2016, fala-se de 9%), ou seja, cerca da metade do orçamento federal.

No crepúsculo dos governos do PT, temos assim as dimensões monetárias de duas dinâmicas da renda: a renda financeira e dos ricos era (antes da depressão atual) de 7% do PIB, enquanto a renda social não chega a 1,6% ou 2%. Poderíamos dizer que o “Lulismo” defendido pela esquerda hoje baseia-se nessa mistificação, uma vez que é um governo para os ricos que quer falsificar a moeda diante de um “Lulismo selvagem”. Vemos claramente que a renda básica já existe, mas que o financiamento público é distribuído, numa grande divisão, de um lado, aos *Global Players* (as grandes empresas) e detentores dos títulos da dívida pública e, de outro, aos pobres, através de outras microclivagens entre diferentes regimes de aposentadorias, seguro-desemprego e assistência social. Portanto, o desafio é construir uma grande unificação dos diferentes dispositivos numa Renda Básica que não tenha mais condicionantes além de sua dimensão progressista. Isso significaria começar pelos mais pobres e universalizar depois progressivamente. Mas, para tanto, é preciso reconhecer que a moeda não tem valor em si mesma e que de nada adianta decretar a redução dos índices de juros, como tentou fazer Dilma em 2011 e 2012. Para que a moeda mude de valor, a democracia deve imprimir em suas notas de dinheiro não mais “Que Deus seja louvado”²¹, e sim “Os pobres louvem os pobres”, “Os pobres amam os pobres”. Foi o que começou a acontecer em junho de 2013, quando a luta contra a inflação radicalizou-se nas mobilizações radicalmente democráticas das ruas. Hoje, essa luta continua, mas suas dimensões constituintes caíram na armadilha da chantagem stalinista e falsamente reformista do medo e da repressão.

¹⁸ Cit. p. 37. (Nota dos autores)

¹⁹ Deve-se ressaltar que Lena Lavinas enfatiza que, apesar desses progressos, o nível absoluto de pobreza no Brasil é ainda extremamente elevado, apesar das estatísticas muito baixas: se forem aplicados os critérios da União Europeia, o indicador atual de pobreza saltaria para 40%, ou seja, 70 milhões de pessoas. Cit. p. 38. (Nota dos autores)

²⁰ Enquanto o PIB brasileiro passa hoje por uma forte recessão, esses dados de 2013 devem ter aumentado ao mesmo tempo em que a proteção social caiu drasticamente. (Nota dos autores)

²¹ É exatamente a expressão em português para o “In God we trust” dos yankee! (Nota dos autores)

IHU IDEIAS

*Um espaço de reflexão interdisciplinar para debater
e avaliar grandes desafios de nossa época*

O Rio Grande do Sul: a história e a política, ontem e hoje. O gaúcho real e o imaginário



15 setembro

Palestrante: Prof. Dr. Mario Maestri – UPF

Horário: das 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros - IHU Campus de São
Leopoldo

ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

www

ihu.unisinos.br



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Confira os próximos eventos promovidos pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU



I Ciclo de Estudos Modos de existência e a contemporaneidade em debate. Reflexões transdisciplinar

Atividade: Apresentação e debate acerca da obra *Sociedade Com Custo Marginal Zero. A Internet das Coisas, os Bens Comuns Colaborativos e o Eclipse do Capitalismo* (São Paulo: M. Books, 2015), de Jeremy Rifkin.

Horário: das 17h30min às 19h

Ministrantes: Prof. MS Gilberto Faggion - Unisinos e Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz - Unisinos

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2bg2KGD>

Ecofeira Unisinos

Mostra e comercialização de produtos orgânicos

Horário: 10h às 18h

Local: Corredor central (B 07), em frente ao IHU

Campus Unisinos São Leopoldo



Ecofeira Unisinos

Oficina Plantas Medicinais

Coordenação: pesquisadora Denise Schnorr - Instituto Anchieta de Pesquisas - IAP

Horário: 13h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

IV Colóquio Internacional IHU. Políticas Públicas, Financeirização e Crise Sistêmica

Manhã

Conferência: Compreendendo a financeirização: conceito(s), origens, impactos e (im)possibilidades

Conferencista: Prof. Dr. Yann Moulrier Boutang - Université de Technologie de Compiègne - UTC - França



Horário: 9h15min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2cgkNLk>

Conferência: Políticas públicas e políticas sociais no contexto do capitalismo financeiro

Conferencista: Profa. Dra. Berenice Rojas Couto - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Horário: 11h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2cgkNLk>

Tarde

Conferência: Financeirização e suas estruturas: a transição ecológica para uma sociedade dos comuns?

Conferencista: Prof. Dr. Gaël Giraud - Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS - França

Horário: 14h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2cgkNLk>

Conferência: Financeirização e efeitos sobre a estrutura agrária brasileira, a políticas públicas para a reforma agrária e povos tradicionais

Conferencista: Prof. Dr. Joaci Cunha - Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e Universidade Católica do Salvador - UCSal

Horário: 15h45min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2cgkNLk>

Apresentação de trabalhos científicos

Horário: 17h15min

Confira a lista de trabalhos que serão apresentados e os locais em <http://bit.ly/2by2JwE>

Noite

Conferência: A financeirização e seus impactos na vida em sociedade: (co)gestão pública, privada e/ou social

Conferencista: Prof. Dr. Yann Moulrier Boutang - Université de Technologie de Compiègne - UTC - França

Horário: 19h30min

Local: Auditório Sérgio Concli Gomes - C09

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2cgkNLk>



IV Colóquio Internacional IHU. Políticas Públicas, Financeirização e Crise Sistêmica

Manhã

Conferência: Democracia, políticas públicas, poder e representação: considerações epistemológicas

Conferencista: Profa. Dra. Francini Lube Guizardi - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz/Brasília

Horário: 9h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2cgkNLk>

Conferência: Políticas públicas, financeirização e crises. Um olhar a partir de Gilles Deleuze

Conferencista: Prof. Dr. Giuseppe Cocco - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Horário: 10h45min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2cgkNLk>

Tarde

Conferência: Políticas Públicas, endividamento e ajuste fiscal no Brasil

Conferencista: Josué Martins - Auditoria Cidadã da Dívida

Horário: 14h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2cgkNLk>

Conferência: Políticas públicas, políticas sociais e a financeirização no Brasil: do modelo atual à necessidade de novos modelos

Conferencista: Prof. Dr. Evilásio da Silva Salvador - Universidade de Brasília - UnB

Horário: 15h45min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2cgkNLk>

Apresentação de trabalhos científicos

Horário: 17h15min

Confira a lista de trabalhos que serão apresentados e os locais em <http://bit.ly/2by2JwE>

Noite

Conferência: O capitalismo vindouro e a sustentabilidade: os papéis da gestão e da economia

Conferencista: Prof. Dr. Gaël Giraud - Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS - França

Horário: 19h30min

Local: Auditório Sérgio Concli Gomes - C09

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2cgkNLk>



Ecofeira Unisinos

Mostra e comercialização de produtos orgânicos

Horário: 10h às 18h

Local: Corredor central (B 07), em frente ao IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Ecofeira Unisinos

Círculo Cultural PPGEduc Unisinos

Coordenação: Prof. Dr. Telmo Adams - Unisinos

Horário: 17h

Local: Corredor central (B 07), em frente ao IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

O Ensino Social da Igreja à luz do Pontificado do Papa Francisco

Conferencista: Prof. Dr. Gaël Giraud - Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS - França

Horário: 10h às 12h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2ctODQI>



IHU Ideias

Conferência: O Rio Grande do Sul: a história e a política, ontem e hoje. O gaúcho real e o imaginário

Conferencista: Prof. Dr. Mario Maestri - Universidade de Passo Fundo - UPF

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2ccywT3>



I Ciclo de Estudos: Saúde e segurança no trabalho na região do Vale do Rio dos Sinos – 2ª edição

Conferência: O mundo do trabalho, os modos de vida dos trabalhadores e a saúde

Conferencista: Profa. Dra. Cleide Fátima Moretto - Universidade de Passo Fundo - UPF

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Campus Unisinos São Leopoldo

Saiba mais em <http://bit.ly/2ccy3R0>



O SUS e a dimensão ontológica do cuidado

É preciso entender a saúde numa dimensão que tenha vínculos com “um modelo de desenvolvimento inclusivo”, frisa José Gomes Temporão. O ex-ministro aponta para o fenômeno preocupante do crescimento dos planos e seguros subsidiados pelo Estado desde 1960

Por João Vitor Santos | Edição Márcia Junges

Com extrema preocupação. É assim que o médico-sanitarista José Gomes Temporão tem observado os movimentos do governo interino de Michel Temer na área da Saúde, sobretudo no que diz respeito ao Sistema Único de Saúde - SUS. “Predomina uma visão da saúde como gasto, e na verdade a saúde é investimento e um dos setores mais dinâmicos da economia. Uma política de saúde compreendida dentro de um modelo distinto de desenvolvimento pode ser inclusive uma das ferramentas para superar a

atual crise econômica”, disse na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**.

Médico-sanitarista, José Gomes Temporão foi professor e pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz por 32 anos, diretor presidente do Instituto Nacional de Câncer - Inca, ministro da Saúde entre 2007 e 2010. Tem doutorado em Medicina Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj e é membro titular da Academia Nacional de Medicina.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como compreender o SUS enquanto um grande “guarda-chuva” para o desenvolvimento de outras políticas públicas nas mais diferentes áreas? Em que medida pode também ser encarado como ferramenta contra a desigualdade no país?

José Gomes Temporão - É exatamente esta a concepção da reforma sanitária: a determinação social da saúde abordada através de políticas intersetoriais onde a saúde ocupa um papel estratégico dialogando com outras políticas e práticas sociais. É a saúde vista em uma dimensão fortemente vinculada a um modelo de desenvolvimento inclusivo, onde o cuidado em sua dimensão ontológica prevalece.

IHU On-Line - Quais os limites do SUS hoje, e que pontos pre-

cisam ser revistos? Como pensar numa reforma que não ameace as conquistas, mas as radicalize e as estenda?

José Gomes Temporão - Os limites estão colocados em múltiplas dimensões. Destaco algumas delas no contexto de uma macrossustentabilidade do SUS e da reforma sanitária. A sustentabilidade econômico-financeira, que se vincula à necessidade de uma reforma fiscal e tributária; a tecnológica, que reduza a dependência do país nas tecnologias essenciais e estratégicas; a do cuidado, que exigirá um novo modelo de atenção centrado na atenção primária de qualidade, na organização de redes assistenciais integradas e na humanização do atendimento; e a sustentabilidade política através da construção de uma consciência política

coletiva que coloque a saúde como bem e direito no centro do processo de desenvolvimento nacional.

IHU On-Line - Em que medida o reaparecimento de dengue, zika e outras doenças vetoriais revelam limitações do sistema sanitário e de prevenção à saúde no Brasil? Ou o problema é a limitação do poder de articulação da saúde com outras áreas?

José Gomes Temporão - Essa questão tem evidente relação com o processo de urbanização que prevaleceu nas últimas décadas nas regiões metropolitanas, a baixa cobertura por água e esgoto, a precária estrutura de coleta de resíduos, entre outros fatores.

IHU On-Line - Como o senhor tem observado os movimentos do

governo interino de Michel Temer¹ na área da Saúde, especificamente com relação ao SUS? Como imagina que deve ser o futuro do SUS diante da atual conjuntura? Como pensar em resistências?

José Gomes Temporão - Vejo com extrema preocupação. Predomina uma visão da saúde como gasto, e na verdade a saúde é investimento e um dos setores mais dinâmicos da economia. Uma política de saúde compreendida dentro de um modelo distinto de desenvolvimento pode ser inclusive uma das ferramentas para superar a atual

1 Michel Miguel Elias Temer Lulia (1940): político e advogado brasileiro, ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). É o atual presidente do Brasil, após a deposição por impeachment da presidente Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da **IHU On-Line**)

crise econômica. Surgem também ameaças ao princípio da universalidade e propostas equivocadas que propõem como solução para a crise de financiamento a expansão da atenção médica através de planos e seguros de baixa cobertura.

IHU On-Line - **O SUS é uma política pública que conjuga entes públicos e privados. Em que medida essa proximidade com a iniciativa privada pode se subverter em ameaça ao próprio sistema?**

José Gomes Temporão - Existe aí um equívoco. O setor privado sempre foi fundamental na oferta de assistência principalmente hospitalar desde os tempos de colônia com as santas casas. Cerca de metade da oferta de leitos no SUS é de entidades privadas com e sem fins lucrativos. O novo fenômeno, e esse sim é preocupante, é o crescimento do segmento de planos e

seguros fortemente subsidiados pelo Estado desde os anos 1960 do século passado, que introduz um vetor diferenciado de acumulação no setor saúde.

IHU On-Line - **Como avalia a relação da categoria médica com as políticas de saúde pública e com o próprio SUS? Em que medida o fato de muitos médicos serem cooperados - portanto donos - em empresas de planos privados de saúde influencia nessas relações?**

José Gomes Temporão - Muito heterogênea e contraditória. As entidades representativas dos médicos sempre apoiaram o SUS enquanto política pública, mas também apoiam o segmento de planos e seguros que hoje possui mais médicos do que o próprio SUS. A interrogação hoje é: o que pensa e quer a nova geração de médicos em formação nas faculdades? ■

LEIA MAIS...

- *“A construção do SUS é um processo histórico”*. Entrevista com José Gomes Temporão, publicada na revista **IHU On-Line** nº 376, de 17-10-2011, disponível em <http://bit.ly/2bBNXC�>.
- *A contaminação do SUS pela fragilidade da atenção básica e má formação de médicos*. Entrevista especial com José Gomes Temporão, publicada na **Notícias do Dia** de 21-1-2015, disponível em <http://bit.ly/2bGsM2Q>.

Programação de Eventos

IHU-2016

Disponível em
ihu.unisinos.br

#Crítica Internacional - Curso de RI da Unisinos

Guerra e conflito no Levante: de 1948 ao Pós-Guerra Fria

Por Carla A. R. Holand Mello

“O subcomplexo do Levante é formado basicamente pelo Estado de Israel e seus vizinhos, a saber, Egito, Síria, Líbano e Jordânia, além do proto-Estado palestino. Centrado no conflito e nas guerras árabe-israelenses, tem como característica histórica a oposição árabe ao Estado israelense na região”, analisa Carla A. R. Holand Mello.

Carla A. R. Holand Mello é mestra em Estudos Estratégicos Internacionais e graduada em Relações Internacionais pela UFRGS. Atualmente é doutoranda no mesmo tema na mesma instituição. É professora do curso de Relações Internacionais da Unisinos, tendo atuado também no curso de Relações Internacionais da UFSM. E-mail: carlaholand@gmail.com

Confira o artigo.

Segundo Halliday (2005), as guerras possuíram desde sempre um papel fundamental na formação dos Estados do Oriente Médio. Com a capacidade de criar rupturas e entrelaçadas com mudanças socioeconômicas e revolução, elas tiveram não somente um cunho militar, mas também social, ideológico e político. A partir do contexto da Guerra Fria, sempre tiveram o poder de serem catalisadores de mudanças em regimes políticos e na própria dinâmica de segurança regional.

Outras formas de conflito além dos interestatais podem ser incluídas no Oriente Médio - golpes militares, guerras civis, oposição de guerrilhas e terrorismo - cada uma sendo recorrente na política e nas relações internacionais da área. Os Estados árabes têm sido governados por períodos significativos de tempo por regimes militares, casos de Egito e Síria, se citarmos países somente da região do Levante¹; monarquias governadas por regimes militares pretorianos (caso da Jordânia); enquanto outros países árabes, com exceção parcial do Líbano, se valem de aparatos militares e de

¹ O termo Levante é usado na geografia de forma imprecisa para se referir, historicamente, a uma grande área do Oriente Médio ao sul dos Montes Taurus, limitada a oeste pelo Mediterrâneo e a leste pelo Deserto da Arábia setentrional e pela Mesopotâmia. O Levante não inclui a Península Arábica, o Cáucaso ou a Anatólia (embora às vezes a Cilícia seja incluída). Já a palavra Levante origina-se do francês médio *levant*, participio presente do verbo *lever*, “levantar” – como em *soleil levant*, “sol nascente”. Referia-se, portanto, à direção do sol nascente, vista da perspectiva dos que originalmente cunharam a expressão, isto é, às terras na costa leste do Mediterrâneo. Outras fontes definem o Levante de uma maneira mais ampla, como o conjunto dos países do Mediterrâneo oriental (Turquia, Síria, Egito) e Ásia Menor. (Nota do autor)

segurança para a retenção ostensiva do poder. Israel, por sua vez, não fica atrás. Apesar de seu exército ter estado sempre sob controle civil, mesmo antes e depois da criação do Estado de Israel em 1948, as forças armadas, e o suporte a elas, sempre tiveram um papel preponderante na política, sociedade e economia do país. O orçamento de defesa foi dos mais elevados do mundo na década de 1990, nada menos que 12% do PIB; e todos os homens de Israel têm sido sujeitos ao serviço militar até a idade de 45 anos. O fato de três primeiros ministros terem sido anteriormente generais influentes corrobora esta tese (HALLIDAY, 2005).

Um sistema de Estados autoritários foi criado através de economias firmadas no petróleo e nos financiamentos para o desenvolvimento destes Estados pelas grandes potências no âmbito da Guerra Fria. Segundo Buzan & Waever (2003), o complexo regional de segurança² do Oriente Médio foi criado através das descolonizações dos Estados a partir de 1945-1948. Mais de 20 Estados foram criados, tendo todos eles pesos semelhantes naquele momento. É interessante notar que este complexo regional de segurança já inicia com uma guerra - a guerra de independência de Israel em 1948.

Ainda, usufruindo-se da abordagem de Buzan & Waever (2003), há o chamado subcomplexo do Levante, formado basicamente pelo Estado de Israel e seus vi-

² Este conceito foi cunhado pelos autores para analisar diferentes regiões do mundo em termos securitários. Mais detalhes acerca do termo podem ser consultados em sua obra “Regions and Powers: the structure of International Security (2003). Adotaremos a sigla CRS ao longo do texto como forma de abreviar a expressão. (Nota do autor)



Um sistema de Estados árabes autoritários foi criado através de economias do petróleo e financiamentos das grandes potências no âmbito da Guerra Fria

zinhos, a saber, Egito, Síria, Líbano e Jordânia, além do proto-Estado palestino. Centrado no conflito e nas guerras árabe-israelenses, o subcomplexo do Levante tem como característica histórica a oposição árabe ao Estado israelense na região. A dinâmica de segurança deste subcomplexo se dá através de alianças interestatais para combater Israel, tanto dentro do subcomplexo, quanto interagindo com os outros dois subcomplexos que formam o grande Complexo Regional de Segurança (CRS) do Oriente Médio - a saber, Golfo e Maghreb.

Os Estados que circundam o Levante e que pertencem a estes dois subcomplexos regionais supracitados possuem papel fundamental em financiamentos para os Estados beligerantes árabes, bem como para grupos subestatais e para a política doméstica destes países do Levante. Nos anos 1980, os países árabes do Golfo tiveram papel fundamental no financiamento do conflito contra Israel - 10 bilhões de dólares³ foram repassados para a OLP⁴. Já, em relação às grandes potências, nenhuma delas conseguiu um controle duradouro sobre a segurança doméstica ou regional dos Estados do Oriente Médio e do Levante. Entretanto, é importante salientar a aliança do Egito com os EUA em 1978, haja vista a ajuda norte-americana que o Estado egípcio passou a receber desde então e que mantém até hoje o equilíbrio na região e o acordo de paz com Israel.

O Pós-Guerra Fria no subcomplexo do Levante começa com o início do processo de paz entre Israel, de um lado, e os palestinos, Jordânia e Síria, bem como, outros Estados árabes mais periféricos, de outro. Passou

³ Dados retirados de Buzan & Wæver (2003). (Nota do autor)

⁴ Organização para a Libertação da Palestina. Formada em 1964. (Nota do autor)

a haver, partindo-se da ótica global, uma unipolaridade na região por parte dos EUA e a diminuição da presença soviética através de financiamentos e suporte militar e político. A Síria passa a não contar mais com a ajuda militar da URSS e exerce maior pressão sobre o Líbano. Além disso, o Estado sírio não consegue mais competir com Israel em termos de capacidades militares. A Jordânia firma um acordo de paz com Israel em 1994, protegendo-se de possíveis instabilidades domésticas causadas pelo êxodo de palestinos expulsos de Israel para o país. Por parte dos palestinos há a continuação dos ciclos de violência através das intifadas contra os assentamentos israelenses nos territórios disputados entre os dois grupos.

Por fim, os anos 1990 foram marcados, sobretudo, por um incremento do conflito local interestatal, ficando as grandes potências de fora de uma maior penetração no subcomplexo. Muito disto se liga à ideia dessas potências de uma possível paz mais duradoura na região por conta da Segunda Guerra do Golfo, não realizada, podendo ser citado o início da segunda intifada pelos palestinos em 2000, apesar do recuo israelense no sul do Líbano. Os EUA, por sua vez, não conseguiram fazer com que as negociações de paz israelo-palestinas iniciadas fossem bem-sucedidas. ■

Referências

BUZAN, Barry & WÆVER, Ole. (2003). *Regions and Powers: the structure of International Security*. Cambridge-UK, Cambridge University Press. ISBN 0521891116. 564 páginas

HALLIDAY, Fred (2005). *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Cambridge-UK, Cambridge University Press. ISBN 978 - 0 - 511 - 10365 - 2

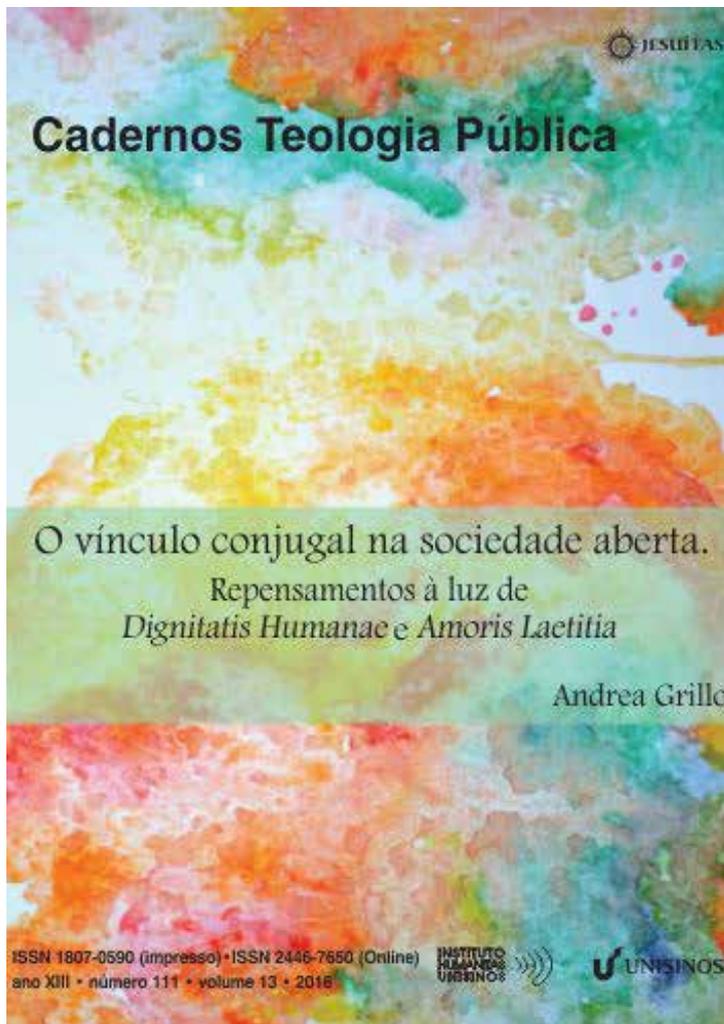
Expediente

Coordenador do curso: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

PUBLICAÇÕES

O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae* e *Amoris Laetitia*



Cadernos Teologia Pública, na sua edição de número 111, traz o artigo de Andrea Grillo, intitulado “O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae* e *Amoris Laetitia*”. Filósofo e teólogo italiano, leigo, Grillo é especialista em liturgia e pastoral, doutor em teologia pelo Instituto de Liturgia Pastoral, de Pádua. Atualmente é professor do Pontifício Ateneu Santo Anselmo, de Roma, do Instituto Teológico Marchigiano, de Ancona, e do Instituto de Liturgia Pastoral da Abadia de Santa Giustina, de Pádua. Também é membro da Associação Teológica Italiana e da Associação dos Professores de Liturgia da Itália.

No artigo, o autor propõe “um repensamento do vínculo conjugal - no horizonte aberto pela *Dignitatis Humanae* e agora ampliado e articulado pela *Amoris Laetitia*”. Para ele, a exortação apostólica permite uma avaliação da história da teologia católica do matrimônio nos últimos 150 anos. “Uma análise dos trabalhos sinodais e da exortação apostólica pós-sinodal permite identificar uma

série de importantes aquisições que dizem respeito não só à compreensão do matrimônio, da família e do amor, mas também à concepção do magistério, do direito canônico e da relação entre Igreja e mundo. Uma teoria da indissolubilidade como indisponibilidade permite pensar de modo diverso e mais equilibrado a relação entre autoridade e liberdade, entre graça, natureza e cultura”, antecipa Grillo.

O artigo completo, em formato PDF, está disponível em <http://bit.ly/2bMTQjJ>.

Esta e outras edições dos Cadernos Teologia Pública podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br.

Informações pelo telefone 55 (51) 3590-8213

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

A financeirização da vida

Edição 468 - Ano XV - 29-06-2015

Disponível em <http://bit.ly/1UeXijs>

Uma economia globalizada e financeirizada, que se sobrepõe à política e está descolada de critérios éticos em suas transações. Sob esse pano de fundo, bancos são salvos da falência enquanto as pessoas perdem suas casas porque não têm condições de continuar honrando seus empréstimos. Nações são varridas por crises econômicas brutais, a democracia é tomada como refém das oscilações do mercado e o endividamento como status de inclusão social via consumo são as notas de um réquiem endereçado à política. A financeirização da vida e os processos de subjetivação que são requeridos e a consequente reconfiguração da relação entre a economia e a política são o tema dessa edição da revista IHU On-Line.



A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx

Edição 278 - Ano VIII - 21-10-2008

Disponível em <http://bit.ly/29aU2uJ>

A crise financeira eclodida em outubro de 2008 foi a suscitadora do tema de capa da edição 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008. A importância do momento foi discutida à luz dos estudos de Karl Marx, que teve suas ideias retomadas em várias partes do mundo com objetivo de interpretar tal contexto. Naquele ano, os jornais alemães, por exemplo, repercutiram amplamente o aumento das vendas das obras de Marx, especialmente de O capital. Os economistas Marcelo Carcañolo, professor da UFF, Paulo Nakatani, presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP, Alvaro Bianchi, professor na Unicamp e diretor do Centro de Estudos Marxistas - Cemarx, Claus Germer, professor da UFPR, a economista Leda Paulani, professora da USP, e o sociólogo alemão Robert Kurz fazem uma análise da crise financeira contemporânea à luz da teoria de Karl Marx.



A reestruturação do capitalismo brasileiro

Edição 322 - Ano X - 22-03-2010

Disponível em <http://bit.ly/1U7Elg6>

Essa edição da IHU On-Line se detém a analisar uma clara e evidente reestruturação ou reorganização do capitalismo brasileiro que transcorria à época. Compreender melhor a sua dinâmica, suas perspectivas, desafios, potencialidades e limites é o que se discutiu na revista em março de 2010. Contribuíram neste debate diversos especialistas com diferentes análises, como Carlos Lessa, economista, professor e ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDES; Luiz Werneck Vianna, sociólogo e professor pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ; Francisco de Oliveira, sociólogo, professor aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP; Ladislau Dowbor, economista e professor da PUC-SP; Marcio Pochmann, presidente do IPEA; Waldir Quadros, economista, professor na UNICAMP; Luís Nassif, jornalista e Bernardo Kucinski, professor aposentado da USP.





Prof. Dr. Yann Moulier Boutang

Université de Technologie de Compiègne – UTC – França

Compreendendo a financeirização: conceito(s),
origens, impactos e (im)possibilidades



13 de setembro de 2016 | 9h15min | Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

A financeirização e seus impactos na vida em sociedade: (co)gestão pública,
privada e/ou social

13 de setembro de 2016 | 19h30 | Auditório Sérgio Concli Gomes – C09 Unisinos São Leopoldo



Prof. Dr. Gaël Giraud

Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS – França

Financeirização e suas estruturas: a transição ecológica
para uma sociedade dos comuns?



13 de setembro | 14h | Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

O capitalismo vindouro e a sustentabilidade: os papéis da gestão e da economia

14 de setembro | 19h30 | Auditório Sérgio Concli Gomes – C09 Unisinos São Leopoldo

O Ensino Social da Igreja à luz do pontificado do Papa Francisco

Conferência ministrada pelo **Prof. Dr. Gaël Giraud**

jesuíta economista e pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS – França

15 de setembro (quinta-feira) | 10h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus da Unisinos de São Leopoldo (RS)

Informações e inscrições:

ihu.unisinos.br



ihu.unisinos.br



bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



medium.com/@_ihu